

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – DOUTORADO**

CAROLINE ELIZABEL BLASZKO

**O PSICOPEDAGOGO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL EM SETE ESTADOS
BRASILEIROS: CENÁRIOS E DESAFIOS**

CURITIBA

2020

CAROLINE ELIZABEL BLASZKO

**O PSICOPEDAGOGO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL EM SETE ESTADOS
BRASILEIROS: CENÁRIOS E DESAFIOS**

Tese apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação, doutorado, na linha de pesquisa Teoria e Prática Pedagógica na Formação de Professores, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Dr.^a Evelise Maria Labatut Portilho.

CURITIBA

2020

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Pamela Travassos de Freitas – CRB 9/1960

B644p
2020

Blaszko, Caroline Elizabel
O psicopedagogo na rede pública municipal em sete estados brasileiros :
cenários e desafios / Caroline Elizabel Blaszko ; orientadora: Evelise Maria
Labatut Portilho. – 2020.
162 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba,
2020

Bibliografia: f. 148-159

1. Psicologia educacional. 2. Aprendizagem. 3. Brasil. 4. Formação
profissional. 5. Professores - Formação. I. Portilho, Evelise Maria Labatut. II.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pós-Graduação em Educação.
III. Título.

CDD 20. ed. – 370.15

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – DOUTORADO

CAROLINE ELIZABEL BLASZKO

**O PSICOPEDAGOGO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL EM SETE ESTADOS
BRASILEIROS: CENÁRIOS E DESAFIOS**

Tese apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação, doutorado, na linha de pesquisa Teoria e Prática Pedagógica na Formação de Professores, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Evelise Maria Labatut Portilho
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof.^a Dr.^a Mirian Celia Castellain Guebert
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof.^a Dr.^a Neide de Aquino Noffs
Membro Externo – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Daniele Saheb
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof.^a Dr.^a Giovanna Medina
Membro Externo – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade
Federal do Paraná

Curitiba, _____ de _____ de 2020.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me guiar pelos melhores caminhos, protegendo-me sempre.

Aos meus pais, José Blaszkó e Elizabel Turkot Blaszkó, pela vida, pela ajuda, motivação e pelos ensinamentos que demonstram o valor da persistência, da dedicação, da humildade e da família. Minha gratidão.

Ao meu irmão Fernando José Blaszkó, à minha cunhada e irmã do coração Jocelaine Aparecida Pszebiyviski Blaszkó e à minha afilhadinha, Sarah Emanuely Blaszkó, que acompanharam minha trajetória, dando força e motivando-me sempre a continuar em busca dos meus objetivos.

A Prof.^a Dr^a Evelise Maria Labatut Portilho, por me receber no programa de pós-graduação, pelo acolhimento e aprendizagens oportunizados ao longo das orientações e encontros semanais, que contribuíram para a construção desta tese e para a minha formação pessoal e profissional.

Aos colegas do grupo de pesquisa, pelos momentos compartilhados de estudos, motivação e alegrias. Em especial, ao colega Juarez Franscisco da Silva que acompanhou a minha trajetória, dando força, compartilhando conhecimentos que contribuíram para o meu progresso pessoal e acadêmico, e também à colega Ana Lucia de Araujo Claro que, com a sua energia positiva e motivação, fez a diferença na minha vida.

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em especial a Solange Helena Correa, que sempre foi muito atenciosa com relação aos assuntos administrativos.

Aos encontros, aos conhecimentos compartilhados e construídos com as psicopedagogas, pedagogas e profissionais da área da educação na sala da Síntese- Centro de Estudos e Aprendizagem.

A todos os professores que fizeram parte da minha trajetória escolar, em especial aos professores do doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

A todos os colegas do Colegiado de Pedagogia e demais colegiados da Universidade Estadual do Paraná – Campus de União da Vitória pela compreensão e ajuda nos momentos em que necessitei me afastar para os estudos. Em especial às coordenadoras do Colegiado de Pedagogia, à atual coordenadora Valéria Aparecida Schena e às anteriores, Kelen dos Santos Junges e Rosana Beatriz Ansai, que me acompanharam e contribuíram para que a realização do meu sonho se tornasse possível.

Em especial também à colega Najela Tavares Ujje, gratidão pelo apoio incondicional, pela amizade, por acompanhar a minha trajetória de formação, motivando a seguir possíveis caminhos e demonstrando como um professor pode fazer a diferença na vida de um acadêmico.

A Roseli Surmacz Gurski pelo apoio e incentivo aos estudos em anos anteriores, demonstrando como uma secretária de educação que prima pela formação de profissionais faz a diferença.

A todos os pesquisadores da área da Psicopedagogia, os quais, por meio dos registros, possibilitaram a ampliação dos conhecimentos.

Aos psicopedagogos e secretários de educação dos municípios que participaram desta pesquisa, contribuindo para a construção dos conhecimentos apresentados nesta tese.

E de maneira geral, a todas as pessoas que participaram de alguma forma desta minha caminhada de estudos e formação profissional.

A tarefa do psicopedagogo é comparável à de um joalheiro que trabalha com filigranas, não com a produção em série. No olhar distinto do psicopedagogo, o aprendiz também pode ser diferente e ter mais chances de sair do lugar em que o puseram ou no qual ele próprio se colocou.

(RUBINSTEIN, 1999, p. 21).

RESUMO

A Psicopedagogia tem se consolidado como uma das áreas de conhecimento em processo de construção e tem despertado interesse nos profissionais e pesquisadores ligados à educação. Esta tese tem como objetivo principal analisar os cenários e desafios dos psicopedagogos nas redes públicas municipais de educação em sete estados brasileiros. A sustentação teórica sobre a história da Psicopedagogia no Brasil se fundamenta nos estudos de Almeida e Silva (2018), Barbosa (2012, 2007), Portilho (1992), Visca (2010, 1991, 1987), Rubinstein, Castanho e Noffs (2004), entre outros. Para os conceitos de Psicopedagogia utilizados nesta tese, sobre formação e atuação do psicopedagogo, foram utilizados estudos de Visca (2010), Portilho (2018, 2003), Silva e Hübner (2016), Lima e Natel (2010), Nascimento (2007), Noffs (2003), entre outros. Em relação ao objeto de estudo da Psicopedagogia, ou seja, a aprendizagem, a tese está embasada nos estudos de Portilho (2018, 2011, 2005, 1992), Claxton (2019, 2005), Pozo (2004, 2002), Visca (2010, 1991), Cosenza e Guerra (2011), Barbosa (2006, 2001), Vygotsky (2010, 1998, 1984), Piaget (1999), Pichon-Rivière (1988), entre outros. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, com a abordagem descritiva. Para a coleta de dados foi encaminhado um questionário para 1.537 municípios de sete estados brasileiros e, em seguida, realizado contato telefônico. Constatou-se que atuam na rede pública municipal dos sete estados brasileiros um total de 738 psicopedagogos com vínculos empregatícios, sendo: 127 concursados como psicopedagogos; 61 contratados como psicopedagogos; 517 concursado para outro cargo e designado à função de psicopedagogo e 33 profissionais possuem outros vínculos empregatícios. A pesquisa evidenciou a necessidade da formação qualificada dos profissionais psicopedagogos, a regulamentação da profissão para o fortalecimento da identidade e profissionalidade do psicopedagogo, e a necessidade de aproximação dos órgãos representativos da Psicopedagogia com os psicopedagogos atuantes no cargo na rede pública municipal de educação. Atestou também a importância da atuação do psicopedagogo na rede pública municipal e suas contribuições em prol da melhoria da aprendizagem discente, do aperfeiçoamento das práticas educativas e da educação como direito de todos.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Atuação psicopedagógica. Formação. Aprendizagem. Discente.

ABSTRACT

Psychopedagogy has remained one of the areas of knowledge in the construction process and has aroused interest in professionals and researchers linked to education. This thesis has as main objective to analyze the scenarios and challenges of the Psychopedagogists in the municipal public education networks in seven Brazilian states. Theoretical support on the history of Psychopedagogy in Brazil is based on the studies of Almeida e Silva (2018), Barbosa (2012, 2007), Portilho (1992), Visca (2010, 1991, 1987), Rubinstein, Castanho and Noffs (2004), among others. For the concepts of Psychopedagogy used in this thesis, on the formation and performance of the Psychopedagogue, were used studies of Visca (2010), Portilho (2018, 2003), Silva and Hübner (2016), Lima and Natel (2010), Nascimento (2007), Noffs (2003), among others. Regarding the object of study of psychopedagogy, that is, learning, the thesis is based on Portilhos studies (2018, 2011, 2005, 1992), Claxton (2019, 2005), Pozo (2004, 2002), Visca (2010, 1991), Cosenza and Guerra (2011), Barbosa (2006, 2001), Vygotsky (2010, 1998, 1984), Piaget (1999), Pichon-Rivière (1988), among others. The methodology used was the qualitative research that, according to Minayo (2012), seeks to answer very particular questions and works with the universe of meanings. The collected data were analyzed according to the descriptive approach that, according to Triviños (1987), which aims to study and describe characteristics of a particular group. For data collection, a questionnaire was sent to one thousand five hundred and thirty-seven municipalities in seven Brazilian states and then made telephone contact. It was found that they work in the municipal public network of the seven Brazilian states a total of seven hundred and thirty-eight Psychopedagogists with different employment ties. Of which: One hundred twenty-seven candidates as psychopedagogists; sixty-one hired as psychopedagogists; five hundred seventeen competed for another position and assigned to the role of psychopedagogue and thirty-three professionals have other employment relationships. The research showed the need for qualified training of psycho-pedagogical professionals, the regulation of the profession to strengthen the identity and professionalism of the psycho-pedagogue, and the need to bring the representative bodies of Psychopedagogy closer to the psychopedagogues working in the post in the municipal public education system. Stressed also the importance of the Psychopedagogues performance in the municipal public network and its contributions in favor of improving student learning, improving educational practices and education as a right for all people.

Keywords: Psychopedagogy. Psychopedagogical practice. Formation. Learning. Student.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Resumo do estado do conhecimento da Psicopedagogia no Brasil: 2008 a 2018	20
Quadro 2 – Estados brasileiros, municípios e psicopedagogos	76
Quadro 3 – Representatividade total da amostra dos municípios e psicopedagogos participantes da pesquisa.....	77
Quadro 4 – Panorama do número de municípios que oferecem o serviço psicopedagógico	82
Quadro 5 – Vínculos empregatícios dos psicopedagogos	93
Quadro 6 – Área de formação inicial dos psicopedagogos	112
Quadro 7 – Área de formação na especialização dos psicopedagogos atuantes nos sete estados brasileiros.....	116
Quadro 8 – Parcerias psicopedagógicas e composição das equipes multiprofissionais.....	132
Tabela 1 – Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do estado do Rio Grande do Sul	83
Tabela 2 - Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do Paraná.....	84
Tabela 3 – Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do estado de Santa Catarina.....	85
Tabela 4 – Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do Acre.....	86
Tabela 5 – Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do Rio Grande do Norte.....	87
Tabela 6 – Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do Espírito Santo.....	88
Tabela 7 – Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do Mato Grosso do Sul.....	89
Tabela 8 – Panorama do número de municípios que não oferecem o serviço psicopedagógico	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPp	Associação Brasileira de Psicopedagogia
AC	Acre
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
C.Vale	Cooperativa Agroindustrial
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Comissão de Assuntos Sociais
CBO	Classificação Brasileira de Ocupação
CISCAÍ	Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DCM	Disfunção Cerebral Mínima
DF	Distrito Federal
EAD	Educação a Distância
Edubase- Unicamp	Base de dados desenvolvida pela Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp
ES	Espírito Santo
FIEO	Fundação Instituto de Ensino para Osasco
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
NOAP	Núcleo de Orientação e Aconselhamento Psicopedagógico
PIBs	Produtos Internos Brutos

PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PR	Paraná
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SME	Secretaria Municipal de Educação
SRM	Sala de Recursos Multifuncional
T.O	Terapeuta Ocupacional
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNIFIEO	Centro Universitário FIEO
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
USP	Universidade de São Paulo
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	TRAJETÓRIA DE VIDA: REFLEXOS NA ESCOLHA PROFISSIONAL E INSERÇÃO NA ÁREA DA PSICOPEDAGOGIA	13
1.2	O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL: OS ÚLTIMOS DEZ ANOS	17
1.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	21
1.4	OBJETIVO GERAL.....	22
1.4.1	Objetivos específicos.....	22
2	A PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL: RETROSPECTIVA HISTÓRICA	24
2.1	PSICOPEDAGOGIA: CONCEITUAÇÃO, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICOPEDAGOGO.....	44
3	APRENDIZAGEM: CONCEITUAÇÕES	56
4	METODOLOGIA DA PESQUISA	69
4.1	TIPO DA PESQUISA.....	69
4.2	CONTEXTO DA PESQUISA	71
4.2.1	Participantes da pesquisa	74
4.3	INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	78
4.4	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	79
5	DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS	81
5.1	SERVIÇO PSICOPEDAGÓGICO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	81
5.1.1	Panorama dos municípios que oferecem serviço psicopedagógico na rede pública municipal de educação	82
5.1.2	Vínculos empregatícios dos psicopedagogos atuantes em sete estados brasileiros	92
5.1.3	Panorama dos municípios que não possuem serviço psicopedagógico na rede pública municipal de educação	109
5.2	FORMAÇÃO DOS PSICOPEDAGOGOS ATUANTES NOS SETE ESTADOS BRASILEIROS	112
5.2.1	Formação na especialização	115
5.3	ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.....	121

5.4	A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL: PARCERIAS PSICOPEDAGÓGICAS ...	131
5.5	NECESSIDADES EMERGENTES DA PROFISSÃO DE PSICOPEDAGOGO	136
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
	REFERÊNCIAS.....	148
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	160
	ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	162

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada encontra-se vinculada à linha de pesquisa Teoria e Prática Pedagógica na Formação de Professores, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Dentre os grupos de pesquisa da referida linha, esta tese vincula-se ao grupo Aprendizagem e Conhecimento na Prática Docente e à pesquisa Aprendizagem e Conhecimento na Formação Docente, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Evelise Maria Labatut Portilho.

As leituras, estudos e discussões durante os encontros do grupo de pesquisa e de estudo, as trocas de informações e experiências entre os colegas, as conversas com a orientadora e a minha experiência como professora, pedagoga e psicopedagoga contribuíram para o delineamento do objeto de pesquisa de doutorado envolvendo a Psicopedagogia no Brasil.

1.1 TRAJETÓRIA DE VIDA: REFLEXOS NA ESCOLHA PROFISSIONAL E INSERÇÃO NA ÁREA DA PSICOPEDAGOGIA

Trazemos conosco o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância, da adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós, em nós [...] (FREIRE, 1992, p. 32).

Ao ingressar no doutorado, passei a compreender a influência da história de vida na escolha profissional, na formação, na atuação e inserção da pesquisadora na área da Psicopedagogia, pois a história de vida é marcada por sentimentos, dificuldades, períodos de mudanças, expectativas, objetivos e aprendizagens que norteiam o percurso pessoal e profissional.

Assim, compartilho a minha trajetória profissional, repleta de lembranças e vivências, com momentos emocionantes e desafiadores que exigiram muita persistência, humildade, foco e dedicação para alcançar os objetivos almejados. Cada momento dessa história revela os progressos e as transformações que me ocorreram como aprendente.

Relembrar a história é mergulhar nas memórias. A minha história começa em uma cidade com 6.913 habitantes, no interior do sul paranaense, como filha de

agricultores que, mesmo perante as muitas dificuldades, incentivaram-me e apoiaram meus estudos. Foi no sítio que aprendi a correr de pés descalços, a brincar e explorar espaços; aprendi que tudo tem seu valor, que o pouco representa muito e que a persistência é um dos pilares para novas mudanças.

Na zona rural, a ausência de instituições escolares próximas impossibilitou-me de frequentar a educação infantil, acontecendo o início do processo de escolarização aos seis anos, em classe multisseriada, formada por alunos de diferentes níveis de ensino que estudavam em uma única sala. Lembro que muitos alunos, assim como eu, apresentavam dificuldades para aprender, mas a professora tentava ensinar todos, além de preparar o lanche e cuidar da limpeza da escola.

Ao longo dos anos finais da educação básica, além da aprendizagem, o que marcou minha vida foram as ações e palavras dos professores. Vem-me à memória que a professora de Inglês sempre dizia: “Você pode, você consegue, você tem potencial para aprender”, motivando-me positivamente. Porém, havia professores que me desestimulavam dizendo: “Para que você vai estudar? Não adianta fazer vestibular. Você tem dificuldades de aprendizagem e seu lugar é na roça”.

Sempre busquei aprender com as vivências, demonstrar que é possível romper rótulos, persistir, superar os obstáculos e mostrar que, independentemente da condição financeira ou das dificuldades, é possível continuar aprendendo e evoluindo. Como afirma Gasparian (2007, p. 113): “Experiências felizes ou infelizes são passos valiosos em nossas vidas, desde que percebamos o quanto elas nos têm para ensinar e mostrar”.

Impulsionada pelo desejo de ser uma profissional da área de Educação e contribuir na formação do ser aprendente, ingressei, no ano de 2002, no curso de Pedagogia na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - PR. Ao longo da graduação, a disciplina denominada Introdução à Psicopedagogia despertou-me o interesse pela área e motivou-me a cursar a especialização em Psicopedagogia.

Com relação à atuação profissional, lecionei na educação infantil nos anos iniciais do ensino fundamental e trabalhei como pedagoga na rede municipal e estadual em dois municípios distintos. Foi no chão da escola que aprendi que cada aluno tem uma história de vida e que, para além das dificuldades, apresentam habilidades que exigem do docente maior percepção, o olhar mais atento e a necessidade de acreditar no potencial de cada um. Para confirmar essa questão,

vale retomar Portilho (2011, p. 77), que afirma: “a beleza de ser um eterno aprendiz está no fato de reconhecermos que cada pessoa tem suas próprias características físicas, psicológicas, mentais, sociais, éticas”.

Com a intenção de atuar com o ser aprendente, em 2007 realizei concurso para professor pedagogo. Ao assumir o cargo, em razão da formação em Psicopedagogia, fui designada para atuar como psicopedagoga no município de João do Triunfo - PR, realizando avaliações psicopedagógicas, encaminhamentos, orientações e atendimentos de alunos das zonas rural e urbana.

Rumo a novos horizontes, no início de 2008 realizei um concurso para o cargo específico de psicopedagogo no município de Rio Azul - PR. Fui aprovada e iniciei os trabalhos no segundo semestre do mesmo ano. O serviço psicopedagógico contemplava triagens dos alunos com dificuldades de aprendizagem, avaliações psicopedagógicas, encaminhamentos, atendimentos, orientações aos professores, aos pais e demais profissionais.

Nesse município, também desenvolvi um trabalho em conjunto com a equipe multiprofissional a partir das necessidades dos alunos, que eram encaminhados para especialistas como psicóloga, fonoaudióloga, assistente social, nutricionista, pediatra, neuropediatra, neurologista, psiquiatra, entre outros. Além do atendimento ao educando, os especialistas reuniam-se para discutir os casos, compartilhando informações e planejando ações para melhor atendimento do aluno. Havia momentos, inclusive, que eu acompanhava o estudante e a família na consulta e no atendimento com os especialistas da área médica, por exemplo.

No município de Rio Azul entre 2008 a 2012, atuei como psicopedagoga em uma escola de grande porte da zona urbana que possuía, na época, salas de ensino regular, salas de recursos multifuncionais e salas de Educação Especial. E entre os anos de 2012 a 2016, fui convidada para trabalhar como psicopedagoga na Secretaria Municipal de Educação (SME). Esse período possibilitou novas experiências que contribuíram amplamente para a minha formação, aperfeiçoamento e construção da identidade profissional.

Nessa época, atuava na SME e desenvolvia um trabalho itinerante nas 16 escolas da zona rural do município de Rio Azul, sendo que algumas possuíam classes multisseriadas. Nas referidas escolas, realizava atendimento psicopedagógicos aos alunos, orientações aos professores, aos pais e visitas domiciliares às famílias.

A experiência profissional obtida ao longo dos oito anos atuando no cargo de psicopedagoga concursada no setor educacional da rede pública municipal contribuiu para a realização de pesquisas, além das reflexões enfocando o papel do psicopedagogo e a sua atuação na educação básica.

Ao assumir o cargo de psicopedagoga, deparei-me com inúmeros desafios, os quais indicaram a necessidade da aproximação e diálogo com os meus pares, com o intuito de compartilhar conhecimentos, experiências, esclarecer dúvidas, refletir sobre a prática e a atuação do profissional iniciante na área da Psicopedagogia.

Simultaneamente à atuação como psicopedagoga na rede pública municipal, outra questão marcante que vale registrar é o fato de eu ter passado a compreender a leitura analítica e a pesquisa como parte do meu aperfeiçoamento profissional, a partir da parceria empreendida com a orientadora da pós-graduação em Educação Especial, que havia motivado meu ingresso no magistério superior, em 2012, e no mestrado, cursado entre 2013 e 2014, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

A pesquisa de mestrado contemplou a realização de formação continuada na rede municipal Rioazulense, englobando ações e práticas educativas multidisciplinares com foco no ensino de Ciências, direcionado à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, na minha trajetória, a cada novo estudo, a cada leitura e a cada interação, novas aprendizagens foram construídas e provocaram mudanças de atitudes, de pensamentos e de ações. Nesse sentido, “aprender é mudar, é se tornar, é vir a ser. Se não aprendo o tempo todo, com certeza estou sempre com alguém que está aprendendo algo. A aprendizagem roda o dia a dia, e a vida fica mais colorida e movimentada” (BARBOSA, 2001, p. 364).

Após finalizar o mestrado, nasceu o desejo de cursar o doutorado. Ao longo de dois anos, foram muitos dias de estudos, elaboração de projetos e dez tentativas em instituições diferentes, buscando o meu objetivo. A insistência e a persistência moviam a busca de um sonho.

Em 2016, veio a tão almejada aprovação para ingresso no doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). No período de doutorado, as disciplinas cursadas

possibilitaram ampliar os conhecimentos, realizar reflexões, promover questionamentos e construir novas aprendizagens.

Comecei a frequentar o grupo de pesquisa e o grupo de estudos e ambos possibilitaram discussões e reflexões sobre a teoria aliada à prática, sobre o processo de ensino e aprendizagem, o ser aprendente e os processos cognitivos. Esses saberes contribuíram muito para o meu progresso pessoal e profissional.

As reflexões desenvolvidas nos grupos, a experiência profissional como psicopedagoga na rede pública municipal e a necessidade de desenvolver novas pesquisas na área motivaram o encaminhamento desta tese.

1.2 O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL: OS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Diante da diversidade de pesquisa na área da Psicopedagogia faz-se necessário um detalhamento sobre o estado do conhecimento, de modo a identificar as principais pesquisas que se aproximam desta tese, abrangendo o mapeamento do serviço psicopedagógico e atuação do psicopedagogo na rede pública municipal no Brasil.

Assim, utilizando o descritor Psicopedagogia, foram selecionadas teses e dissertações disponíveis publicadas na última década nos periódicos da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) / Ministério da Educação e Cultura (MEC), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Educa, Base de dados desenvolvida pela Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp (Edubase-Unicamp) e Revista da Associação de Psicopedagogia nos últimos dez anos, identifiquei um total de 712 trabalhos.

No portal da BDTD foram encontradas 129 dissertações e 54 teses, cuja leitura dos resumos permitiu identificar no referido portal uma dissertação e uma tese que se aproximavam deste trabalho e que são apresentadas a seguir.

A dissertação de Côrtes (2011) teve como objetivo compreender as possibilidades e os desafios do trabalho do psicopedagogo no processo escolar da rede municipal de ensino de Itajaí, após a aprovação da Lei nº 5.186/2008 (SANTA CATARINA, 2008). A autora realizou revisão bibliográfica, análise da Lei nº 5.186/2008 e entrevistas com seis psicopedagogas, cinco gestoras e com o

vereador autor da lei citada. Os resultados apontaram que é necessário o apoio político para a inserção do profissional psicopedagogo nas instituições educacionais, o assessoramento aos professores e o desenvolvimento do trabalho em equipe, bem como a necessidade de dar continuidade ao trabalho psicopedagógico já iniciado. Destacaram também os desafios encontrados, como a falta de esclarecimento quanto ao papel da Psicopedagogia Escolar, a necessidade da regulamentação da profissão e a falta de espaço e estrutura para os psicopedagogos desenvolverem as atividades nas instituições educacionais.

A tese de Coutinho (2008) surge a partir dos estudos foucaultianos, problematizando as condições que tornaram possível a Psicopedagogia no Brasil e analisando uma série de práticas e discursos. A autora inicia a tese destacando que as primeiras possibilidades para a construção da Psicopedagogia ocorreram pelas relações entre os estudos da criança, a ligação entre Psicologia e Pedagogia e a criação da infância anormal, da mesma forma por meio das práticas de Montessori, Decroly, Claparède e Piaget. Também foram analisadas as relações da Psicopedagogia com os processos de normalização, com a gestão do risco social e com o deslocamento do ensino para a aprendizagem.

No portal da Capes, foram encontradas 99 dissertações e 28 teses. Após a triagem dos resumos, identificaram-se três dissertações e uma tese que se aproximam desta pesquisa, as quais são detalhadas a seguir.

Na pesquisa de mestrado de Martins (2013), foi analisada a constituição da Psicopedagogia na cidade de Uberlândia-MG e constatou-se que a atuação psicopedagógica está mais presente nas escolas federal e privada, nas quais foi registrado grande número de profissionais com formação em Psicopedagogia. Essas escolas também dão ênfase para ações preventivas nos processos de ensino e aprendizagem e apresentaram espaços próprios e profissionais específicos para atender os alunos nos casos de dificuldades de aprendizagem. Com relação aos segmentos municipal e estadual, estes não possuem profissionais psicopedagogos em atuação, com exceção de uma escola da rede municipal que efetiva um projeto de intervenção psicopedagógica devido à parceria que estabeleceu com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU)/SME/EM. A autora conclui que a constituição da Psicopedagogia Institucional/Escolar, na cidade de Uberlândia-MG, não está configurada de forma homogênea e que isso está relacionado, de alguma forma, à falta da regulamentação da atuação do psicopedagogo.

A dissertação de Pöttker (2012) demonstra que aumentou significativamente o número de alunos com problemas de aprendizagem, e os professores e profissionais da equipe pedagógica passaram a encaminhar esses alunos a profissionais especializados, como o psicopedagogo. A pesquisa abrangeu algumas escolas públicas de um município do oeste do Paraná, onde há profissionais ocupando um cargo denominado professor-psicopedagogo, e investigou-se quem é esse profissional e como atua no contexto escolar.

Conforme a pesquisa de Pöttker (2012), o cargo de professor-psicopedagogo foi ocupado por professores das escolas os quais possuíam especialização em Psicopedagogia e que haviam parado de lecionar para assumir o novo cargo. A função do professor-psicopedagogo é tentar compreender por que os alunos não aprendem; auxiliar e orientar os professores; fazer avaliação psicopedagógica e encaminhamentos a profissionais especializados; e prestar atendimento aos alunos e pais.

Em sua dissertação, Mello (2016) teve como objetivo analisar as condições sócio-históricas que contribuíram para a presença da Psicopedagogia na rede municipal de educação de Barueri e identificar o lugar que tem sido construído coletivamente para o psicopedagogo. A autora concluiu que a emergência da Psicopedagogia no município está relacionada à implantação das políticas públicas da educação inclusiva e que o papel do psicopedagogo tem se estabelecido por meio de negociações com outras áreas que transitam pelo espaço educativo.

A tese de Mello (2018) objetivou compreender a implantação e a especificidade da atuação do psicopedagogo nas Secretarias de Educação da região oeste de São Paulo. Identificou, comparou e analisou a estrutura do serviço onde o psicopedagogo atua, as demandas atendidas, as inter-relações entre psicopedagogos e outros profissionais, a fundamentação teórica que embasa a prática e os aspectos legais que amparam a carreira do psicopedagogo em municípios de São Paulo. A pesquisa apontou que a atuação do psicopedagogo no município está se construindo de acordo com as Diretrizes e com as tendências teóricas da área.

No portal do Educ@ e SciELO foram pesquisados artigos com destaque na categoria Psicopedagogia, os quais estão voltados a práticas psicopedagógicas e dificuldades de aprendizagem; porém, não foram encontrados trabalhos com foco na atuação do psicopedagogo na rede pública municipal.

Na Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia foram encontrados 386 artigos. Após analisados, confirmou-se que eles não contemplam dados sobre o mapeamento da Psicopedagogia no Brasil.

A partir do estado do conhecimento da Psicopedagogia no Brasil na última década, elaborou-se o Quadro 1, que apresenta uma síntese de dados das teses e dissertações supramencionadas.

Quadro 1 – Resumo do estado do conhecimento da Psicopedagogia no Brasil: 2008 a 2018

Ano	Título	Autor (a)	Local acesso	Tipologia
2018	Análise crítica da atuação do psicopedagogo em municípios da grande São Paulo - Centro Universitário Fundação Instituto de Ensino para Osasco (FIEO)	Eliana Thomaz de Mello	Periódicos Capes	Tese
2016	A atuação do psicopedagogo na rede municipal de Barueri: análise da trajetória	Eliana Thomaz de Mello	Periódicos Capes	Dissertação
2013	A constituição da Psicopedagogia Institucional /Escolar na cidade de Uberlândia-MG	Katiane Braga da Silva Martins	Periódicos Capes	Dissertação
2012	A atuação do professor-psicopedagogo na escola: suas implicações no processo de escolarização	Caroline Andrea Pöttker	Periódicos Capes	Dissertação
2011	A inserção do psicopedagogo nas escolas da rede municipal de Itajaí: possibilidades e desafios	Ana Rita Ferreira Braga Côrtes	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)	Dissertação
2008	A emergência da Psicopedagogia no Brasil	Karyne Dias Coutinho	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)	Tese

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Com base no levantamento, constatou-se que na última década somente seis trabalhos apresentam dados sobre a formação, a atuação do psicopedagogo na rede municipal e o serviço psicopedagógico nas escolas públicas e privadas.

As teses, dissertações e artigos analisados estabelecem aproximações, relações e contrapontos com o objeto desde estudo. Também demonstram a inexistência de pesquisas abrangendo o serviço psicopedagógico na rede pública municipal de educação em sete estados brasileiros, dado que aponta e justifica a necessidade deste estudo, cuja tese defendida é: A atuação do psicopedagogo nas

redes municipais de educação dos sete estados brasileiros contribui na aprendizagem discente, demonstrando a importância e a necessidade de formação e regulamentação da profissão no país.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Sendo o psicopedagogo o especialista da aprendizagem humana, ao trabalhar para que todos os educandos aprendam, dará ênfase à prevenção das dificuldades específicas desse processo. Conforme a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp, 2019c), o psicopedagogo é um profissional habilitado mediante formação específica em Psicopedagogia, o qual atua em diversos setores sendo, no entanto, o foco da pesquisa a atuação do psicopedagogo no setor educacional. Para tanto, é fundamental a atuação desse profissional nas redes municipais de educação, no trabalho direto com educandos, pais ou responsáveis, professores, equipes multidisciplinares e comunidade.

Nesse sentido, a Psicopedagogia é a ciência que estuda o sujeito na sua singularidade e, dessa forma, contribui para a compreensão global do ser humano e seu processo de aprendizagem, considerando os aspectos cognitivos, biológico, afetivos, sociais e culturais do aprendiz (PORTILHO, 2003).

O psicopedagogo é um profissional formado em Psicopedagogia, cuja ação implica “refletir sobre as situações, problemas apresentados e indicar alternativas para tomada de decisão [...] visando à transformação da pessoa rumo à qualidade de vida e enfrentamento de suas dificuldades” (ABPp, 2019c, p. 3).

Considerando as afirmações e visando contribuir para o enfrentamento das dificuldades escolares dos discentes, pode-se aventar que a atuação do psicopedagogo nos contextos escolares pode favorecer o desenvolvimento de práticas e ações pedagógicas que atendam as demandas dos educandos e contribuam para a melhoria da aprendizagem.

Portanto, diante desse cenário, pergunta-se: Quem é o psicopedagogo atuante nas redes públicas municipais de educação de sete estados brasileiros?

1.4 OBJETIVO GERAL

Considerando a problemática desta pesquisa e a necessidade eminente de conhecer o panorama do serviço psicopedagógico oferecido nas redes públicas municipais dos sete estados brasileiros, realizou-se um levantamento dos municípios que possuem psicopedagogos atuando no cargo, dos âmbitos de atuação e das contribuições do trabalho psicopedagógico para o desenvolvimento e aprendizagem discente.

Assim, o objetivo geral é analisar os cenários e desafios do psicopedagogo nas redes públicas municipais de educação de sete estados brasileiros. Decorrente do objetivo geral deste estudo, desdobram-se três objetivos específicos, conforme serão apresentados no item a seguir.

1.4.1 Objetivos específicos

- a) Mapear o serviço psicopedagógico das redes públicas municipais de educação em sete estados brasileiros;
- b) Identificar o perfil do psicopedagogo atuante na rede pública municipal de educação;
- c) Contextualizar o trabalho do psicopedagogo na atualidade.

Em linhas gerais, a tese está organizada da seguinte maneira:

O primeiro capítulo é denominado Introdução, o qual apresenta o memorial da pesquisadora, contemplando aspectos sobre a trajetória de vida, os reflexos na escolha profissional e a inserção na área da Psicopedagogia. Esse primeiro capítulo também traz o estado do conhecimento da Psicopedagogia no Brasil dos últimos 10 anos, abrangendo pesquisas que se aproximam desta tese. Em seguida é apresentada a tese e os objetivos deste trabalho.

O segundo capítulo, intitulado “A psicopedagogia no Brasil: retrospectiva histórica”, aborda os aspectos históricos da Psicopedagogia, a partir da década de 1970 até a atualidade e a conceituação, formação e atuação profissional do psicopedagogo no cenário brasileiro.

O terceiro capítulo traz conceituações e considerações sobre aprendizagem, que é o objeto de estudo da Psicopedagogia.

No quarto capítulo, intitulado “Metodologia da pesquisa”, apresentam-se a abordagem da pesquisa adotada nesta tese, o contexto da pesquisa, os participantes, o instrumento de coleta de dados e os procedimentos.

Por sua vez, os resultados são apresentados e descritos no quinto capítulo, denominado “Descrição dos resultados”.

Nas Considerações são descritos os aspectos sobre o psicopedagogo atuante na rede pública municipal de educação dos sete estados brasileiros e suas respectivas contribuições na aprendizagem discente. Também se enfatizam os aspectos que indicam a necessidade emergencial da regulamentação da profissão do psicopedagogo no país, para o fortalecimento da profissionalidade e da identidade do psicopedagogo e da Psicopedagogia.

2 A PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL: RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Este capítulo apresenta uma breve retrospectiva da trajetória histórica da Psicopedagogia no Brasil, envolvendo um percurso de estudos, práticas, pesquisas, debates, reflexões, congressos, eventos e criação de órgãos representativos da Psicopedagogia como a Associação Brasileira da Psicopedagogia, Seções e Núcleos.

A construção de um corpo teórico próprio vem fortalecendo e consolidando a história da Psicopedagogia no Brasil. Tal corpo teórico é fundamental para se compreender a Psicopedagogia, pois é imprescindível realizar um alinhamento histórico e contextual, com o intuito de manter o rigor ao pesquisar os dados já registrados em documentos, legislações, livros, revistas e publicações na área educacional.

A Psicopedagogia surgiu no Brasil na década de 1970 e tem sua trajetória histórica influenciada por autores estrangeiros, como Sara Paín, Jorge Visca, Alicia Fernández, Ana Maria Rodriguez Muñiz, Bernardo Quirós, Jacob Feldman, e autores brasileiros, tais como: Lino de Macedo, Neide Aquino Noffs, Maria Cecilia Almeida e Silva, Elcie Masini, Maria Lúcia Lemme Weiss, Beatriz Judite Scoz, Eloisa Quadros Fagali, Edith Regina Rubinstein, Maria Aparecida Neves, Leda M. Codeço Barone, Maria Célia R. Malta Campos, Maria Cristina Natel, Laura Monte Serrat Barbosa, Evelise Maria Labatut Portilho, Isabel Cristina Hierro Parolin, Simone Carlberg, Neusa Hickele, entre outros, que contribuíram para a construção do corpo teórico, realizaram cursos e supervisões e compartilharam conhecimentos com profissionais interessados nas questões da aprendizagem.

No Brasil, a Psicopedagogia tem sua gênese demarcada por um movimento que promoveu aos profissionais da educação formações, supervisões, assessoramentos, bem como o contato com diferentes posições teóricas sobre o processo de ensinar e aprender.

Outrossim, a gênese da Psicopedagogia vincula-se à necessidade de atender seres humanos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido, Almeida e Silva (2018, p. 25) afirma que, no Brasil, a Psicopedagogia surge “como uma das respostas ao grande problema do fracasso escolar e evolui de acordo com a natureza do seu objeto e dos seus objetivos”. De acordo com a autora, no início, o

objeto de estudo da Psicopedagogia eram os sintomas das dificuldades de aprendizagem, e os objetivos consistiam em remediar os respectivos sintomas.

Na década de 1970, os problemas de aprendizagem eram associados à disfunção neurológica, chamada também de Disfunção Cerebral Mínima (DCM), e a pessoa era responsabilizada pela dificuldade. Nesse caso, prevalecia a explicação organicista dos problemas de aprendizagem, a atitude medicalizadora e a visão patológica que, segundo Barbosa (2006, p. 52), "passou a ter a conotação de cura e não de superação processual das dificuldades de aprendizagem". Assim, nessa década, as pessoas que apresentavam dificuldades de aprendizagem eram encaminhadas para atendimento com especialistas da área médica, os quais emitiam um diagnóstico justificando as dificuldades de aprendizagem apresentadas por elas.

Contudo, perante esse quadro de acontecimentos, a fim de romper com a perspectiva organicista dos problemas de aprendizagem, observa-se uma preocupação da Psicopedagogia em integrar os conhecimentos de várias áreas de maneira interdisciplinar e transdisciplinar (BARBOSA, 2001).

No final da década de 1970, Jorge Visca traz para a Psicopedagogia o fundamento teórico que foi sistematizado por Pichon-Riviére, denominado *Epistemologia Convergente*: "vem ao Rio de Janeiro [Jorge Visca], convidado pela Escola Movimento (RJ), ministrar os primeiros cursos livres sobre Psicopedagogia em bases construtivistas, interacionista e estruturalista" (RODRIGUES; NOFFS; FABRÍCIO, 1997, p. 6). A base teórica e técnica que trouxe possibilitou, em grande parte, o desenvolvimento da Psicopedagogia no Brasil (VISCA, 1991).

Na década de 1970, Barbosa (2012, p. 13) complementa que "a Epistemologia Convergente como fundamento de uma proposta psicopedagógica chegou no Brasil". Esta foi amplamente divulgada inicialmente no Rio de Janeiro, mas também em Curitiba, Campinas e Salvador, São Paulo e, posteriormente, estendeu-se para outras regiões do país por meio de seus seguidores.

Ressalta-se que o fundamento teórico da Epistemologia Convergente está apoiado em três abordagens teóricas: a psicanálise, a psicologia social e a epistemologia genética. Visca (1987) articulou a convergência dessas três abordagens teóricas, o que permitiu o desenvolvimento de um olhar sobre o ser humano em situação de aprendizagem.

De acordo com a teoria da Epistemologia Convergente, a aprendizagem é “concebida como um processo, no qual o aprendiz possui uma participação intensa sobre seu próprio aprendizado, articulando cognição e afeto e garantindo que o conhecimento seja desejado e, por isso, aprendido” (BARBOSA, 2012, p. 13).

Visca (2010) traz o método clínico como base para a prática psicopedagógica, que possui uma estrutura composta por enquadramento, contrato, conteúdos, diagnóstico, nosologia e processo corretor pensados a partir de uma reflexão em três níveis de análise: metacientífico, científico e técnico.

Segundo Visca (2010), a reflexão metacientífica corresponde ao plano filosófico que busca analisar com sentido crítico o objeto de estudo da ciência; a científica busca construir sistemas descritivos e explicativos do mesmo objeto e seus estados; e a técnica estuda as regras e práticas vinculadas ao fazer empírico.

Esses três níveis de análise são complementares e realimentam-se reciprocamente. Enquanto o objeto de estudo da filosofia da ciência é a ciência mesma, como corpo teórico, com seus recursos e procedimentos, a ciência ou disciplina, em nosso caso, o conhecimento psicopedagógico, tem como objeto de estudos a aprendizagem em seus estados normais e patológicos; ao mesmo tempo em que a técnica tem como objeto de seu interesse o quê, o como e o quando realizar determinada ação exploratória (VISCA, 2010, p. 67).

Nesse sentido, Visca caracterizou-se como um autor que buscou fundamentar a Psicopedagogia tendo em vista esses três planos de reflexão e ação; por isso, torna-se uma das fortes referências nessa área.

Dando sequência à argumentação, cabe relatar que foi a partir do final da década de 1970 que surgiram os primeiros cursos de especialização no campo da Psicopedagogia no Brasil, com o objetivo de contribuir para a formação de profissionais que atendiam as pessoas com problemas de aprendizagem.

Também, na década de 1970, foram criados os primeiros cursos com enfoque psicopedagógico na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), conforme Rubinstein, Castanho e Noffs (2004, p. 229). Nessa década, na respectiva Universidade, “a Prof.^a Genny Golubi de Moraes organizava cursos voltados para as dificuldades escolares e coordenava um serviço de atendimento clínico para crianças da rede pública na Clínica da PUCSP”.

Os respectivos cursos buscavam preparar e formar profissionais para atuar na escola e na clínica, no acompanhamento, no atendimento à criança e na prevenção de dificuldades.

Entre os anos de 1970 e 1972, foi criado em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, o curso de formação de psicopedagogos na Clínica Médica Psicopedagógica que, depois, nos anos de 1974 e 1975, foi adaptado e levado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, transformando-se em curso de especialização de Psicopedagogia.

No ano de 1979, no estado de São Paulo, criou-se o primeiro “curso regular de Psicopedagogia, no Instituto Sedes Sapientiae, iniciativa de Maria Alice Vassimon, pedagoga e psicodramatista, e de madre Cristina Sodré Dória, diretora do Instituto” (RUBINSTEIN; CASTANHO; NOFFS, 2004, p. 229).

A partir da década de 1980, em São Paulo, surgiram os cursos de especialização *lato sensu* em Psicopedagogia que depois se estenderam para outras instituições e regiões do Brasil. Nessa década, conforme Rubinstein, Castanho e Noffs (2004, p. 230), a formação de profissionais em Psicopedagogia em diferentes capitais brasileiras “tiveram [teve] a colaboração importante de psicopedagogos [...] que mostraram a possibilidade de compreender o aluno que fracassa a partir de uma visão integrada”.

Ainda, conforme as autoras supracitadas, outro marco importante dessa década foi a criação do Laboratório de Psicopedagogia (LAPp) no Instituto da Universidade de São Paulo, local que foi direcionado à capacitação de educadores e psicopedagogos que utilizavam o jogo de regra.

Em 12 de novembro de 1980, segundo Barbosa (1994), foi fundada a Associação Paulista de Psicopedagogos que, posteriormente, transformou-se em Associação Brasileira de Psicopedagogia. A respectiva Associação “agrega psicopedagogos brasileiros com a finalidade de propiciar-lhes o desenvolvimento, a divulgação e o aprimoramento desta área do conhecimento” (ABPp, 2019d, p. 1). Conforme o Estatuto Social, a Associação Brasileira de Psicopedagogia é “uma associação de direito privado, de âmbito nacional, não possui fins lucrativos e econômicos, possui caráter técnico, científico e social, com foco preponderante nas atividades de Psicopedagogia” (ABPp, 2013c, p. 1).

A criação da ABPp representa um marco para a classe dos psicopedagogos, consolidando-se como um órgão de referência nacional, comprometido com o

aprimoramento técnico-científico, tendo por função agregar os profissionais do território brasileiro, engajando-os em debates, reuniões, conferências, cursos, seminários, congressos e eventos de âmbitos regional, estadual, nacional ou internacional. Ressalta-se que a ABPp, como “órgão de classe desde a década de 80, quando foi constituída, mostra-se preocupada com várias questões: regulamentação da profissão, ética e formação, entre outras prioridades” (RUBINSTEIN; CASTANHO; NOFFS, 2004, p. 233).

Ainda, em 1980, houve crescimento no número de profissionais atuando na área da Psicopedagogia, o que motivou a criação de documentos com a finalidade de normatizar e nortear a atuação do psicopedagogo no Brasil. Reuniram-se em vários encontros psicopedagogos representantes de vários estados brasileiros, coordenadores de cursos de Psicopedagogia, representantes de Seções e Núcleos, os quais, com a colaboração da psicopedagoga argentina Sara Paín, buscaram discutir aspectos sobre o perfil profissional do psicopedagogo.

Em seguida, em 1982, no Rio de Janeiro, foi criado o curso de especialização em Psicopedagogia Terapêutica, o qual foi inspirado no Centro de Estudos Psicopedagógicos existente na Argentina, dirigido por Jorge Visca (SCOZ, 1998). Ainda, nesse mesmo ano, outro marco importante foi a elaboração do primeiro *Boletim* na área da Psicopedagogia, que deu origem, em 1991, à revista *Psicopedagogia*. Esta se mantém até hoje com publicações contínuas, conservando a qualidade, promovendo discussões, debates e o fortalecimento de um corpo teórico que possibilita aos psicopedagogos novas reflexões e o aperfeiçoamento de sua prática. Cabe evidenciar que o *Boletim* e a revista *Psicopedagogia*, ambas as publicações são importantes para a constituição da identidade da Psicopedagogia no Brasil, pois por muitos anos consecutivos constituíram a única fonte de divulgação de conhecimentos da referida área (BAPTISTA, 1996).

No que se refere à construção da identidade da Psicopedagogia é importante considerar, segundo Mendes (1999), o percurso de cada um que comporá a identidade coletiva. Além disso, a identidade está estreitamente relacionada à formação, ao aperfeiçoamento e à atuação profissional de cada psicopedagogo e suas respectivas produções científicas, que contribuem para o enriquecimento da Psicopedagogia.

Também foi criado, em 1983, o Núcleo de Orientação e Aconselhamento Psicopedagógico (NOAP) do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), para atender as crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem. Segundo Teixeira e Freitas (1993) o trabalho desenvolvido pelo referido núcleo procurou integrar a universidade, comunidade e escola básica; sendo assim, foi oferecida às escolas a possibilidade de a universidade desenvolver ações no próprio cenário do contexto escolar.

Da mesma forma, no ano de 1984, foi realizado o evento denominado Experiências e Perspectivas do Trabalho Psicopedagógico na Realidade Brasileira, o qual abordou discussões sobre a atuação do psicopedagogo e a qualidade do ensino nas instituições escolares. Em várias regiões do Brasil, nesse mesmo ano, ocorreram movimentos e debates com o objetivo de definir o perfil do profissional psicopedagogo.

Entre os dias 22 a 25 de novembro de 1984, ocorreu o 1º Encontro de Psicopedagogos em São Paulo abrangendo a temática “Experiências e perspectivas do trabalho psicopedagógico na realidade brasileira”, com o temário “A Psicopedagogia – visão preventiva e terapêutica no processo de aprendizagem da criança, do adolescente e do adulto na educação formal e informal e em diferentes instituições”. Tal encontro teve como objetivos: reunir psicopedagogos, pesquisadores e profissionais das diversas áreas – educadores, psicólogos, neurologistas, psiquiatras, fonoaudiólogos, terapeutas educacionais e outros que contribuem para o conhecimento teórico e prático da Psicopedagogia; discutir tendências teóricas e práticas nas abordagens preventivas e terapêuticas da Psicopedagogia; situar de forma abrangente o papel profissional e a identidade do psicopedagogo em nosso meio; propor a criação da Associação Brasileira da Psicopedagogia e a formação de associações estaduais (BARBOSA, 1994).

Nesse primeiro 1º Encontro de Psicopedagogos é que foi proposta a transformação da Associação Estadual de Psicopedagogos de São Paulo em Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), que incorpora, em sua história, a data da fundação da Associação Paulista de Psicopedagogos (BARBOSA, 1994).

No ano de 1985, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, também se iniciou um curso de especialização em Psicopedagogia que teve como enfoque preventivo e objetivo formar profissionais para atuar nas instituições.

Na década de 1980, iniciou-se em nível particular o primeiro curso formal de Psicopedagogia Clínica no Centro de Estudos Psicopedagógicos do Rio de Janeiro, o qual seguia o modelo realizado pelo Centro de Estudos de Buenos Aires, dirigido

por Jorge Visca. Nesse período, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) criou o Serviço de Psicopedagogia que objetivava atender a comunidade local.

Em 1986, foi realizado o II Encontro de Psicopedagogia e, no mesmo ano, ocorreu o III Encontro e I Congresso Nacional de Psicopedagogia como esfera aglutinadora e organizadora dos debates e normatizações das diretrizes para o campo da Psicopedagogia. Os referidos eventos possibilitaram espaço para maior número de participantes com conhecimentos diversificados, com o intuito de aproximar os profissionais e construir uma visão abrangente sobre a aprendizagem.

Entre os anos de 1986 e 1987, no Rio de Janeiro, houve encontros entre profissionais da área da Psicopedagogia e representantes de instituições universitárias, que objetivaram a criação da Associação Brasileira de Psicopedagogia – Seção Rio de Janeiro (ABPp-RJ), a qual foi criada em 1987. A referida Associação “foi a segunda criada no Brasil e, a partir da sua fundação, vem realizando eventos científicos periódicos com objetivo primeiro de atender às necessidades dos profissionais envolvidos com a aprendizagem” (ZENICOLA; CASTRO, 2007, p. 152).

Pode-se afirmar que a criação de Associações representantes da Psicopedagogia no nível nacional, estadual e municipal tem contribuído de fato para o fortalecimento da Psicopedagogia no Brasil, como também na construção de novos conhecimentos e nas lutas em prol da regulamentação da profissão de psicopedagogo.

Continuando, no ano de 1987, ocorreu o 1º Seminário Estadual de Psicopedagogia promovido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Associação Brasileira de Psicopedagogia – Seção Rio de Janeiro. Nesse evento, a pesquisadora e autora Aglael Luz Borges apresentou um trabalho intitulado “Psicopedagogia, o que é?”, fundamentado na abordagem teórica da Epistemologia Convergente, o qual trouxe esclarecimentos e maior nitidez sobre a área.

No ano de 1988, a ABPp realizou o I Congresso e o III Encontro de Psicopedagogos contemplando a temática “Processo de Integração Ensino/Aprendizagem”, que discutiu aspectos da atuação psicopedagógica e integração de conhecimentos com o intuito de compreender melhor a aprendizagem.

Destaca-se que as discussões promovidas nos eventos de Psicopedagogia, a crescente expansão dos cursos de especialização na área nas cinco regiões

brasileiras e a ampliação do número de profissionais formados direcionaram a ABPp a criar um documento a respeito da Identidade Profissional do Psicopedagogo.

Diante da necessidade de regulamentar a profissão do psicopedagogo, em 1988, os representantes da ABPp receberam orientação a partir do documento referente ao perfil profissional do psicopedagogo elaborado pela Prof^a Guiomar Namó de Mello, a qual na época era deputada estadual (SCOZ, 1998).

Ainda, de acordo com autoras, para a criação do documento sobre o perfil profissional do psicopedagogo foram realizadas várias discussões envolvendo representantes da ABPp no nível nacional e estadual, profissionais e coordenadores de cursos em Psicopedagogia, por meio da assessoria da Prof^a Sara Paín, sendo também essa proposta o foco principal de estudos e debates do IV Encontro Nacional da ABPp. O referido documento, com base no perfil do psicopedagogo, contribuiu para embasar o currículo e as normas de vários cursos de formação no nível de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras.

Indiscutivelmente, as ações e discussões realizadas pela ABPp sobre a Psicopedagogia, o campo de atuação do psicopedagogo e os saberes necessários para atuar na área colaboraram muito para a melhoria dos cursos de formação oferecidos e fortaleceram a necessidade da regulamentação da profissão no Brasil.

A partir da década de 1990, observa-se também que ocorreu uma ampliação da práxis psicopedagógica, a qual passou a entender o ser humano como sujeito ativo de sua aprendizagem e vinculado ao outro que ensina (BERLIM; PORTELLA, 2007).

Em 1990, foi criado o primeiro curso de especialização em Psicopedagogia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sendo que a seleção dos candidatos foi realizada mediante análise do *curriculum vitae*, exigindo experiência profissional de no mínimo dois anos e a graduação no nível de 3º grau (PORTILHO, 1992). Conforme a autora, o curso de Psicopedagogia tem como objetivo integrar as várias áreas do conhecimento para estudar de forma aprofundada a aprendizagem como processo dinâmico e evolutivo.

Em Belo Horizonte, na década de 1990, foi criado o primeiro curso de Psicopedagogia no nível de pós-graduação *lato sensu*, desenvolvido pelo Centro de Extensão e Pesquisa do Instituto de Educação do estado de Minas Gerais (RUBINSTEIN; CASTANHO; NOFFS, 2004). A partir dessa década, no Brasil, consta-se que os cursos de Especialização em Psicopedagogia, da mesma forma,

aumentaram consideravelmente, sendo oferecidos por várias universidades brasileiras.

Em 1990, foi realizado também, em São Paulo, o IV Encontro de Psicopedagogos denominado “A Identidade do Psicopedagogo: Formação e Atuação Profissional”, envolvendo discussões, reflexões e aprofundamento sobre a identidade do psicopedagogo no Brasil. Da mesma forma, nesse mesmo ano foi fundada a Associação Brasileira de Psicopedagogia – Seção Goiás (ABPp-GO), que desenvolveu várias ações, das quais algumas são apresentadas a seguir de maneira sintetizada: a) Eventos anuais: com foco na escola, buscando resgatar o pensar, perguntar e o prazer de aprender e ensinar; b) *Jornal Psicopedagogia*: buscou possibilitar o acesso de materiais aos psicopedagogos e educadores para nortear e enriquecer as suas respectivas práticas; c) Criação do Projeto Reencontrar a Aprendizagem: objetivou estender o atendimento psicopedagógico aos aprendentes menos favorecidos; d) Cursos de Formação para o psicopedagogo: possibilitou aos profissionais da área da capital e do interior a chance de aprimorar seus conhecimentos e suas práticas psicopedagógicas (ABPp-GO, 2020).

Em 1990, foi criada também a Associação Brasileira de Psicopedagogia – Seção Paraná com sede em Londrina. E, em 1991, o grupo de estudos de Psicopedagogia de Curitiba transformou-se em uma Subseção da Seção Paraná (BARBOSA, 1994).

Em 1992, a ABPp promoveu o II Congresso Brasileiro de Psicopedagogia e V Encontro de Psicopedagogos abrangendo a temática “A Práxis Psicopedagógica na Realidade Nacional Brasileira”. Durante a assembleia geral realizada nesse evento, constituíram-se os princípios e orientações geradores do primeiro Código de Ética da Psicopedagogia, o qual tinha por primazia delimitar os objetivos da Psicopedagogia e as principais nuances da identidade do psicopedagogo.

Com relação ao evento supracitado, a ABPp posicionou-se evidenciando a Psicopedagogia:

como uma práxis e, como tal, capaz de oferecer alternativas de ação no sentido de uma transformação, o que possibilitaria à instituição escolar e aos alunos melhorar as condições de aprendizagem e reverter a situação dramática do desempenho das escolas (SCOZ, 1998, p. 9).

Observa-se a preocupação da ABPp em construir uma práxis que pudesse potencializar as aprendizagens dos discentes e, por conseguinte, contribuir para amenizar e superar o fracasso escolar e o panorama apresentado pelas instituições escolares.

Com a finalidade de discutir o trabalho psicopedagógico institucional, foi realizado, em 1994, o VI Encontro com a Temática “A Psicopedagogia Institucional”. Em seguida, no mesmo ano, ocorreu a implantação de um Curso de Psicopedagogia pela ABPp, em caráter experimental, tomando como base um modelo de formação próprio, o qual foi fundamentado teoricamente seguindo a proposta do documento sobre a identidade profissional do Psicopedagogo elaborado em 1989 (SCOZ, 1998).

No ano de 1996 aconteceu o III Congresso e o VII Encontro de Psicopedagogia que abordou a temática “O Espaço Transdisciplinar da Psicopedagogia no Brasil”, discutindo a Psicopedagogia e suas múltiplas relações. Os diversos eventos, debates e discussões contribuíram, assim, para a criação da primeira versão do Código de Ética, que foi elaborado pelo Conselho Nacional da ABPp do biênio 91/92 e, posteriormente, reformulado pelo Conselho Nacional de Psicopedagogia no biênio 95/96. É importante destacar que o Código de Ética é constantemente atualizado, respeitando os princípios éticos, visando contribuir para normatizar a atuação dos profissionais na área da Psicopedagogia.

Em 1996, foi criada a Associação Brasileira de Psicopedagogia – Seção Bahia (ABPp-BA), a qual prima pelo desenvolvimento de grupos de estudos, palestras, cursos, oficinas e atendimentos, objetivando contribuir para a formação e desenvolvimento do psicopedagogo com foco em uma perspectiva educacional inclusiva e transformadora (ABPp-BA, 2019).

A profissão de psicopedagogo necessita de reconhecimento legal, por isso, a luta avança para a sua regulamentação em duas instâncias, ou seja, no nível federal e no nível estadual.

Ainda no ano de 1996, por meio do Deputado Federal Barbosa Neto, os membros da ABPp, compostos pela presidente, na época Neide de Aquino Noffs, pela vice-presidente, Nívea Fabricio, a presidente da Seção Goiás, Marilene de Azevedo Ribeiro, a vice-presidente da mesma Seção, Maristela Nunes Pinheiro, e o próprio Deputado Barbosa Neto participaram de uma audiência em Brasília, com o objetivo de esclarecer e explicar sobre a ABPp, articulando com os objetivos do III

Congresso de Psicopedagogia, que ocorreria no mesmo ano, em 1996, o qual teve como objetivo discutir o campo de atuação do psicopedagogo e o perfil profissional.

Evidencia-se que, no ano de 1996, uma das pesquisadoras e fundadoras da Associação Brasileira da Psicopedagogia (ABPp), Neide de Aquino Noffs, defendeu a tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP) intitulada “Psicopedagogo na rede de ensino: a trajetória institucional de seus atores-autores”, a qual foi a primeira tese no Brasil na área da Psicopedagogia (NOFFS, 2003). É importante destacar que a referida autora defende a importância do psicopedagogo como um novo profissional da educação. Ela foi presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) nas gestões de 1995/1996 e 1997/1998, e coordena desde 1995 a comissão que busca a regulamentação da profissão de psicopedagogo em território brasileiro.

Em 1997, o Deputado Barbosa Neto criou o primeiro Projeto de Lei nº 3.124/97, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de psicopedagogo; cria também o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicopedagogia e determina outras providências (BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1997). O referido Projeto de Lei “visa disciplinar o exercício da Psicopedagogia como profissão, bem como as diversas áreas de atuação da mesma” (RUBINSTEIN; CASTANHO; NOFFS, 2004, p. 235).

O Projeto de Lei nº 3.124/97 também prevê as atribuições para a atuação do profissional psicopedagogo (NETO, 2001). Destacam-se algumas, a seguir, de maneira sintetizada: Intervenção psicopedagógica, buscando a solução dos problemas de aprendizagem tendo como foco o indivíduo ou a instituição; Realização de diagnóstico e intervenção psicopedagógica utilizando-se de instrumentos e técnicas próprios da Psicopedagogia; Consultoria e assessoria psicopedagógicas; Apoio psicopedagógico aos trabalhos realizados nos espaços institucionais; Supervisão de profissionais em trabalhos teóricos e práticos na área da Psicopedagogia; Orientação, coordenação e supervisão de cursos de Psicopedagogia; Direção de serviços de psicopedagogia em estabelecimentos públicos e privados; e Projeção, direção ou realização de pesquisas psicopedagógicas. Tais atribuições, propostas por esse Projeto de Lei aos psicopedagogos, são muito específicas, tornando os profissionais aptos a realizá-las objetivando contribuir para a aprendizagem discente.

Assim, os professores, os pais e a comunidade escolar, que estão intrinsecamente ligados ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos, necessitam ter ciência da importância do psicopedagogo e de suas atribuições (FARIAS, 2017).

No ano de 1998, ocorreu em São Paulo o VIII Encontro de Psicopedagogos; no evento foram realizadas reflexões e discussões que resultaram na criação do primeiro cadastro de cursos de Psicopedagogia no Brasil. Também, a pesquisadora Maria Cecília Almeida e Silva, no mesmo ano, teve a iniciativa de buscar uma fundamentação teórica para a Psicopedagogia, a qual:

surgiu a partir da constatação de que a Psicopedagogia no Brasil se encontra aparentemente numa fase de pré-saber com características positivas deste estado, ou seja, se acha baseada numa empiria, numa opinião válida, numa experiência (ALMEIDA E SILVA, 2018, p. 17).

Segundo Almeida e Silva (2018, p. 18): “A falta de nitidez conceitual, a indefinição do corpus teórico psicopedagógico convive no Brasil com uma prática psicopedagógica com resultados bastante eficazes [...]”. Nesse sentido, Almeida e Silva (2018, p. 19) aponta: “se, contudo, a Psicopedagogia ficar apenas nessa prática, ainda que eficiente, sem uma teoria consistente que fundamente e sustente, acabará por perder sua especificidade e identidade [...]”.

Conforme a autora, as produções científicas, na sua maioria, abrangem estudos de casos e práticas psicopedagógicas desenvolvidas em diversos âmbitos; porém, são escassas as produções teóricas com foco, discussão e questionamentos que sirvam de ponto de partida para a criação de uma fundamentação teórica para a Psicopedagogia. Seus apontamentos também indicam a necessidade de aprofundar e sistematizar os conhecimentos, que vão além da prática psicopedagógica, isto é, que seja criado um corpo teórico que fundamente a Psicopedagogia no Brasil. É importante destacar que a revista *Psicopedagogia* tem trazido, a partir de 1991, estudos e pesquisas que caminham na direção da superação da carência apontada por Maria Cecília Almeida e Silva; no entanto, ainda há muito a avançar na área.

Outro marco importante no campo da Psicopedagogia ocorreu em 2000: a criação das Diretrizes Básicas da Formação de Psicopedagogos no Brasil e os eixos temáticos para os Cursos de Formação em Psicopedagogia, os quais foram resultado dos eventos intitulados Pré-Congresso de Coordenadores de Curso e

Supervisores de Estágio, V Congresso Brasileiro de Psicopedagogia, I Congresso Latino-Americano de Psicopedagogia e IX Encontro de Psicopedagogos (BARBOSA, 2007).

Com relação ao V Congresso Brasileiro de Psicopedagogia, I Congresso Latino-Americano de Psicopedagogia e IX Encontro Brasileiro de Psicopedagogos, estes tiveram como temática: “Psicopedagogia Avanços Teóricos e Práticos: escola-família-aprendizagem” (BARBOSA, 1994). Já nos eventos denominados VI Congresso Brasileiro de Psicopedagogia, II Congresso Latino-Americano de Psicopedagogia, X Encontro Brasileiro de Psicopedagogos, foram realizadas discussões referentes à qualidade da formação dos psicopedagogos e buscou-se atualizar o cadastro dos cursos no Brasil.

No ano de 2000, ocorreu o VII Encontro de Psicopedagogia da Seção Curitiba, que teve como temática “Psicopedagogia – Lendo o Mundo e Reescrevendo Histórias”, um estudo de leitura e escrita (BARBOSA, 2007). Ainda, segundo a autora, em 2001 aconteceram: I Seminário Mineiro da Associação Brasileira de Psicopedagogia Seção Minas Gerais; Fórum Psicopedagógico em São Paulo; XI Encontro Regional de Psicopedagogia de Goiás; I Encontro de Psicopedagogia do Maranhão; I Encontro Carioca de Psicopedagogia.

No ano de 2001 houve o VIII Encontro de Psicopedagogia - Seção Curitiba realizado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que reuniu vários especialistas da região da área da Psicopedagogia.

No estado de São Paulo, no dia 17 de março de 2000, foi publicado no Diário da Assembleia o Projeto de Lei nº 0128/2000 (SÃO PAULO (ESTADO). ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2000), do Deputado Estadual Claury Alves da Silva, que estabeleceu a implantação de assistência psicopedagógica e psicológica em todos os estabelecimentos públicos de ensino do estado de São Paulo. Evidencia-se que a partir da criação da referida Lei, surgiram editais de concursos públicos com cargos de psicopedagogos.

No Brasil, em vários municípios estão ocorrendo iniciativas de contratação formal do profissional psicopedagogo na área educacional (RUBINSTEIN; CASTANHO; NOFFS, 2004). Ressalta-se que os municípios possuem autonomia para criar leis complementares, abrir editais e concursos para contratar e efetivar o profissional psicopedagogo no quadro de funcionários da rede pública municipal. Em São Paulo, por exemplo, no município de Ourinhos, foi criada a Lei Complementar nº

387, de 17 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o estatuto e plano de carreira do magistério público municipal de Ourinhos – SP, sancionada pelo prefeito e aprovada pela Câmara Municipal.

O art. 2º da Lei nº 387 abrange professores e técnicos de ensino que “compõem o Quadro do Magistério e desenvolvem atividades de ministrar, planejar, executar, avaliar, dirigir, orientar, coordenar e supervisionar o ensino e atividades educativas da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal” (SÃO PAULO, 2002). E, no Capítulo III, intitulado Da Assessoria à Educação, o art. 5º afirma que fazem parte do quadro de magistério as instituições auxiliares mediante Cargo Efetivo: a) Psicopedagogo; b) Psicólogo em Educação.

Com relação ao campo de atuação, o art. 8º da Lei nº 387 indica que “o psicopedagogo atuará de forma preventiva assessorando a instituição articulando meios que possibilitem melhores resultados no processo ensino-aprendizagem da Educação Infantil ao Ensino Fundamental” (SÃO PAULO, 2002). Ainda, a Lei especifica que o psicopedagogo terá um local designado pela Secretaria Municipal de Educação e que possui direito à progressão funcional por títulos.

Segundo Rubinstein, Castanho e Noffs (2004, p. 235), o cargo de “psicopedagogo, por estar previsto no Estatuto do Magistério como efetivo, tem no concurso público de provas e títulos o acesso à carreira”. Portanto, a gestão de cada município possui também autonomia para realizar estudos, criar leis e prever no Estatuto do Magistério o cargo de psicopedagogo, fato que possibilitará a criação de concursos públicos, a contratação do profissional e a progressão funcional.

Nesse sentido, destaca-se que a implantação do serviço psicopedagógico nos municípios está relacionada à compreensão da importância do cargo e à vontade política dos representantes em diferentes instâncias, a nível municipal, estadual e federal.

Considerando a sequência cronológica, no ano de 2002 ocorreram novos eventos na área da Psicopedagogia: XII Encontro Regional de Psicopedagogia de Goiás; V Encontro Goiano de Psicopedagogos; XI Encontro Estadual de Psicopedagogos no Rio Grande do Sul; Pequenos eventos e grandes ideias em Curitiba; Reunião Científica em Salvador (BARBOSA, 2007).

Outro marco importante na área da Psicopedagogia foi o fato de que a ocupação de psicopedagogo passou a ser reconhecida oficialmente em 2002. A ocupação do cargo de psicopedagogo no mercado de trabalho foi instituída na

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sendo inseridos na família ocupacional 2394-25 dos programadores, avaliadores e orientadores de ensino (ABPp, 2002). A partir da criação da CBO, espera-se, em termos de legislação nacional, que a profissão de psicopedagogo seja regulamentada mediante trâmites legais.

No ano de 2003, foi criado o Projeto Lumiar de Atendimento Psicopedagógico da Associação Brasileira de Psicopedagogia da Seção Ceará, que buscou contribuir para o atendimento de pessoas que não apresentavam condições financeiras para custear a intervenção psicopedagógica (SILVA; CASTRO, 2007).

Nesse mesmo ano, segundo Barbosa (2007), ocorreu o I Encontro Paranaense de Psicopedagogia em Maringá e, em São Paulo, realizaram-se o VI Congresso Brasileiro de Psicopedagogia, o II Congresso Latino-Americano e o X Encontro Brasileiro de Psicopedagogos, nos quais foram realizados debates e discussões sobre a qualidade de formação dos profissionais psicopedagogos, tendo também como objetivo atualizar os cadastros de cursos de Psicopedagogia no Brasil.

Ainda, de acordo com a autora citada, em 2004 aconteceu o XIV Encontro Regional de Psicopedagogia da Seção Goiás. No ano de 2006 realizaram-se o II Encontro Sul-Brasileiro de Psicopedagogia; Pequenos eventos e grandes ideias em Curitiba; Café da Manhã com Psicopedagogia, também em Curitiba.

Os fatos que fazem parte da trajetória histórica da Psicopedagogia no Brasil, destaca-se que, em 2008, foi apresentado o Projeto de Lei nº 3.512, de autoria da deputada e professora Raquel Teixeira, que dispõe sobre a regulamentação do exercício das atividades de Psicopedagogia, o qual aguardava apreciação pelo Senado Federal (BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL, 2008).

A Assembleia Legislativa do estado de São Paulo cria a Lei nº 10.891, de 20 de setembro de 2001, que autoriza a implantação da assistência psicopedagógica em todos os estabelecimentos de ensino básico público, visando diagnosticar e prevenir os problemas de aprendizagem. Conforme a referida Lei, a assistência psicopedagógica tem como enfoque a instituição pública de ensino de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e o aprendiz, que deverá ser atendido nas dependências da instituição e em período escolar (SÃO PAULO (ESTADO). ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2001).

Quanto ao Código de Ética do psicopedagogo, sabe-se da necessidade de reformulá-lo periodicamente. Este foi atualizado pelas Comissões de Ética da ABPp no triênio 2008/2010 e, em seguida, reformulado novamente no triênio de 2011/2013 (ABPp, 2013a).

No ano de 2005 foi reconhecido o primeiro curso de graduação em Psicopedagogia oferecido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Nesse período, dois outros cursos de graduação também estavam em andamento: um no Centro Universitário La Salle, localizado em Canoas, no Rio Grande do Sul, e outro no Centro Universitário FIEO, localizado em Osasco, no estado de São Paulo.

No Centro Universitário FIEO, que é a Fundação Instituto de Ensino para Osasco, foi criado um curso de especialização em Psicopedagogia em 1994 como experiência-piloto para um futuro curso de mestrado na área. No ano de 2006, no respectivo Centro Universitário, foi autorizada a criação do curso de mestrado, primeiramente com área de concentração em Psicopedagogia, sendo posteriormente reformulado para o curso de mestrado em Psicologia Educacional (UNIFIEO, 2020).

Com a expansão dos cursos em Psicopedagogia no Brasil, a Comissão de Formação e Regulamentação do Conselho Nacional da ABPp, sob a coordenação da Prof.^a, Dr.^a Evelise Maria Labatut Portilho (PR), Luciana Barros de Almeida (GO) e Neide de Aquino Noffs (SP), juntamente com a equipe representativa da ABPp, criaram, em 2008, o documento denominado *Diretrizes Básicas de Formação do Psicopedagogo*, que norteia a organização dos cursos em Psicopedagogia, os quais devem formar profissionais que garantam a aprendizagem como direito de todos os seres humanos.

Na mesma direção regulamentária, ocorreu a promulgação da Resolução nº 1, de 3 de abril de 2001, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu* e os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo programas de mestrado e doutorado no Brasil. A Resolução possibilitou às instituições conhecerem e seguirem as normas para criar cursos de especialização, mestrado e doutorado (CNE, 2001).

Em relação aos cursos *lato sensu*, observando-se a especificidade e complexidade da formação do psicopedagogo, os documentos da Psicopedagogia,

na época, recomendavam que a carga horária mínima da especialização fosse de 600 horas presenciais, abrangendo estudo teórico e atividades práticas com estágios na área da Psicopedagogia.

É importante frisar que a formação do psicopedagogo visa atender à visão integral desse profissional, isto é, o profissional precisa ser formado e habilitado para atuar com os processos de aprendizagem junto aos indivíduos, aos grupos, às instituições e às comunidades.

A formação na área específica de Psicopedagogia é critério para que o profissional possa tornar-se Associado Efetivo e Associado Titular da ABPp, como psicopedagogo. Caso realize cursos ou especializações com outras denominações, poderá somente participar da categoria de Associado Colaborador, que “é a pessoa física que não tem a formação em Psicopedagogia, constituída por profissionais de outras áreas, acadêmicos, estagiários e outras, que prestam serviços na Educação ou Saúde” (ABPp, 2019a, p. 2).

Em São Paulo, no ano de 2006, foram realizados o VII Congresso Brasileiro de Psicopedagogia, o III Congresso Latino-Americano de Psicopedagogia, o I Congresso Luso-Brasileiro de Psicopedagogia, o XI Encontro Brasileiro de Psicopedagogos e o II Expo Psicoped, sendo abordada a temática “Desafios da Psicopedagogia no Século XXI,” enfocando a aprendizagem: tramas do conhecimento do saber e da subjetividade.

No ano de 2008, em São Paulo, ocorreu o II Simpósio Internacional de Psicopedagogia, que focou as discussões nas práticas psicopedagógicas de intervenção e nos instrumentos de avaliação diagnóstica.

Em 2009, aconteceu em São Paulo o VIII Congresso Brasileiro de Psicopedagogia, IV Congresso Latino-Americano de Psicopedagogia, II Congresso Luso-Brasileiro de Psicopedagogia, IX Encontro Brasileiro de Psicopedagogos e o I Simpósio Nacional de Psicopedagogia, os quais abordaram a temática “Psicopedagogia: entre a ciência e a experiência diagnóstica, intervenção e produção científica”.

Considerando a importância do psicopedagogo, foi criado o Projeto de Lei nº 3.512-C, de 2008, de autoria da Sra. Professora Raquel Teixeira, que “dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia”, sendo livre em todo Brasil o exercício da atividade psicopedagógica, desde que observadas e respeitadas as disposições legais. Ressalta-se que, em 2010, o referido Projeto foi

aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, mediante reunião deliberativa ordinária (BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL, 2008).

O Projeto de Lei 31/2010, o segundo de autoria da Deputada Federal Raquel Teixeira, que regulamenta a atividade de Psicopedagogia, também foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal e, em seguida, retornou para a Câmara. Até 2019, o Projeto permanece em trâmite para votação no Congresso Nacional, e as etapas para regulamentação e votação são acompanhadas pelos representantes da ABPp (BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL, 2010).

Em 2013, no estado de São Paulo, foi criada e regulamentada a Lei nº 15.719 que dispõe sobre a implantação de assistência psicopedagógica em toda a rede municipal de ensino, com o objetivo de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem, tendo como enfoque o educando e as instituições de educação infantil e ensino fundamental. Conforme o documento, a rede de ensino implantará a assistência psicopedagógica, que deverá ser prestada por profissional habilitado e ocorrer nas dependências da instituição durante o período escolar (SÃO PAULO, 2013).

Observa-se que, no estado de São Paulo, as leis referentes à implantação da assistência psicopedagógica foram criadas por alguns municípios aleatórios, os quais as criaram por autonomia própria, com o apoio da Prefeitura e da Câmara Legislativa. Com a Lei nº 15.719, todos os municípios de São Paulo possuem respaldo legal para contratar os profissionais psicopedagogos e implantar a assistência psicopedagógica visando diagnosticar, intervir e prevenir os problemas de aprendizagem contribuindo para a melhoria da aprendizagem do discente em processo de escolarização (SÃO PAULO, 2013).

No ano de 2016, realizou-se em São Paulo o IV Simpósio Internacional de Psicopedagogia que abordou o tema “Psicopedagogia por uma Sociedade Aprendente: reflexões e ações”, buscando promover a qualificação e atualização do profissional psicopedagogo.

Ao longo da trajetória histórica da Psicopedagogia no Brasil, além da Associação Brasileira de Psicopedagogia a nível nacional, foram criados Seções e Núcleos distribuídos em todo o território brasileiro. Atualmente a ABPp possui 15 Seções e 5 Núcleos distribuídos pelo território nacional. Confira-se na sequência: na

Região Sul tem-se a Seção Rio Grande do Sul, Seção Santa Catarina, Seção Paraná, Núcleo Paraná Norte; na Região Sudeste tem-se a Seção São Paulo, Seção Rio de Janeiro, Núcleo Espírito Santo, Seção Minas Gerais e Núcleo Sul Mineiro; na Região Centro-Oeste, Seção Distrito Federal, Seção Goiás; na Região Nordeste, a Seção Bahia, Seção Sergipe, Seção Pernambuco, Núcleo Paraíba, Seção Rio Grande do Norte, Seção Ceará e Seção Piauí; e na Região Norte, tem-se a Seção Pará e o Núcleo Maranhão (ABPp, 2020).

Ressalta-se que o órgão representativo da Psicopedagogia no Brasil, a ABPp, desde a sua fundação prima por desenvolver ações e “promove cursos e eventos em que a tônica continua sendo o estudo sobre a identidade, as áreas de conhecimento, a formação do psicopedagogo, o reconhecimento da profissão” (NOFFS, 2003, p. 60).

Foi publicada a Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018 (CNE, 2018), a qual estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados *cursos de especialização*, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, parágrafo 3º, da Lei nº 9.394/1996, e oferece também outras providências (BRASIL, 1996b).

Após a publicação da Resolução supracitada, conforme a ABPp (2019c), a Comissão de Formação e Regulamentação apresentou ao Conselho Nacional da ABPp os referenciais de seu estudo, e a comissão compreende que deve sugerir uma Política de Formação que aponte os princípios que organizam as ações na área.

No Pré-Congresso do IV Simpósio Nacional de Psicopedagogia aconteceu a reunião com coordenadores de cursos que objetivou a atualização das Diretrizes da Formação de Psicopedagogos no Brasil (2018/2019). Nessa reunião, segundo a ABPp (2019c), foi apresentado um conjunto de indicadores, orientações para a construção das matrizes curriculares dos cursos de formação em Psicopedagogia nos níveis de graduação ou pós-graduação, sendo descritos a seguir na íntegra: 1) Flexibilização curricular – matriz curricular com conhecimentos específicos prevendo também conhecimentos necessários ao contexto regional; 2) Interdisciplinaridade /multidisciplinar / transdisciplinaridade; 3) Intervenção psicopedagógica – atuação supervisionada por psicopedagogo; 4) Pesquisa – intervenção e construção de conhecimento; 5) Gestão compartilhada (colegiado de curso) colaborativa, ambiente acolhedor (visão sistêmica); 5) Educação a Distância (EaD) – modelo híbrido –

cuidando da formação pessoal; 6) Carga horária mínima de 450 horas para o curso *lato sensu* e para o curso de graduação, mínimo de 3.200 horas;

Com relação à distribuição da carga horária nos cursos *lato sensu*, a ABPp (2019c) sugere que, no mínimo, 360 horas dos cursos abordem conhecimentos específicos – referências teórico-práticas dentro da área de conhecimento e 90 horas, no mínimo, de atividades de intervenção.

É importante destacar que, conforme a ABPp (2019e), a carga horária de cursos de especialização com 360h puramente se mostra insuficiente para a formação, destacando a necessidade da supervisão em Psicopedagogia para a formação e aperfeiçoamento profissional.

No IV Simpósio Nacional de Psicopedagogia, que ocorreu em 2019 em São Paulo, a temática foi “Psicopedagogia e Profissionalização: contextos e transformações”. Tal Simpósio objetivou oportunizar a realização de diálogos, reflexões e proposições coletivas entre os pares que ofereciam subsídios aos profissionais psicopedagogos perante os desafios encontrados no fazer cotidiano no campo da Psicopedagogia.

Na cidade de Londrina, no estado do Paraná, ocorreu nos dias 4 e 5 de outubro de 2019 o I Simpósio de Psicopedagogia da Região Sul, que teve como tema “Diálogos com áreas afins – História, pesquisa e âmbitos de atuação”. Além deste, aconteceram no Brasil, em 2019, o Simpósio de Psicopedagogia da Região Nordeste, da Região Norte, da Região Sudeste, o Simpósio da Região Centro-Oeste, que foi realizado separadamente, um no Distrito Federal e outro em Goiás.

No ano de 2019 foi também realizada a última atualização do documento denominado Código de Ética do psicopedagogo pela Comissão de Ética e com anuência do Conselho Nacional da ABPp no triênio 2017/2019, sendo aprovado na Assembleia Geral realizada no dia 26 de outubro de 2019, que ocorreu no IV Simpósio Nacional de Psicopedagogia (ABPp, 2019b).

Constata-se que desde a criação do Código de Ética do psicopedagogo, o documento foi reformulado quatro vezes e conforme, a ABPp (2019b, p. 1), é necessária a atualização constante do documento para que “se mantenha em conformidade com as expectativas da categoria profissional e da sociedade”. O Código de Ética regulamenta os princípios da Psicopedagogia, a formação do psicopedagogo, o exercício das atividades psicopedagógicas, as responsabilidades e deveres dos psicopedagogos e as relações com outras profissões. Estabelece as

regras do sigilo profissional, retrata as normas para as publicações científicas, orienta como deve ser a publicidade profissional, trata dos honorários e traz observâncias referentes ao cumprimento do documento, que é recomendado pelos Conselhos Nacional e Estadual da ABPp.

Ao trazer os dados da trajetória histórica da Psicopedagogia no Brasil, percebe-se a importância da ABPp, dos congressos, eventos, debates e encontros realizados a nível regional, estadual e nacional, os quais contribuíram para discussões e reflexões sobre a Psicopedagogia no Brasil, a formação e atuação do psicopedagogo, a identidade profissional e a regulamentação da profissão. Salienta-se que os eventos também contribuíram para reflexões, discussões e elaboração de documentos, como o Código de Ética do Psicopedagogo, Diretrizes de Formação dos Psicopedagogos no Brasil, Parâmetros Nacionais para Elaboração de Concursos Públicos, entre outros.

Ao detalhar os aspectos históricos da trajetória da Psicopedagogia, observa-se que muitos avanços ocorreram, os quais contribuíram para a abertura de novos espaços de atuação profissional, elaboração de leis, códigos e diretrizes especificando as atribuições e responsabilidades dos profissionais formados e ou especializados na área da Psicopedagogia, além de colaborar no fortalecimento de lutas em busca da regulamentação da profissão de psicopedagogo.

A História da Psicopedagogia no Brasil, que surgiu aproximadamente há 50 anos, é marcada pela criação de órgãos representativos, por lutas, movimentos e conquistas que fortaleceram essa área. As pesquisas realizadas se apresentam na área da prática; porém, o psicopedagogo é também um teórico especialista em aprendizagem. E nesse sentido as pesquisas ainda precisam avançar para fortalecer a base teórica da Psicopedagogia. Contudo, trata-se de uma ciência nova e estamos diante de um cenário de construção e fortalecimento da Psicopedagogia no Brasil.

2.1 PSICOPEDAGOGIA: CONCEITUAÇÃO, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICOPEDAGOGO

Neste tópico, buscou-se refletir sobre o conceito da Psicopedagogia, a formação do psicopedagogo, a atuação do profissional nos diversos âmbitos enfocando a importância do serviço psicopedagógico no contexto escolar e seus contributos para a aprendizagem discente.

Conforme Silva e Hübner (2016), é necessário desfazer o equívoco de que a Psicopedagogia é resultado da fusão da Pedagogia com a Psicologia, pois ela vai além dos conhecimentos específicos dessas áreas, fato que se esclarece quando Visca (2010, p. 13) afirma:

a Psicopedagogia nasceu como um fazer empírico pela necessidade de atender as crianças com dificuldades de aprendizagem, cujas causas eram estudadas pela Medicina e pela Psicologia. Com o transcurso do tempo, o que, inicialmente, foi uma ação subsidiária dessas disciplinas, foi se perfilando como um conhecimento independente e complementar, possuidor de um objeto de estudo (o processo diagnóstico, corretores e preventivos próprios).

Deste modo, o conceito de Psicopedagogia é definido pelas Diretrizes da Formação do Psicopedagogo no Brasil como: “uma área de conhecimento, atuação e pesquisa, que lida com o processo de aprendizagem humana, visando o apoio aos indivíduos e aos grupos envolvidos neste processo, na perspectiva da diversidade e da inclusão” (ABPp, 2013b, p. 1).

Destaca-se que o conceito de Psicopedagogia apresentado é resultado da evolução dos estudos e discussões que ocorreram ao longo da trajetória histórica visto que, inicialmente, a Psicopedagogia focava o olhar nas dificuldades de aprendizagem e no fracasso escolar e, atualmente, tem como objeto o estudo do processo de aprendizagem humana.

Segundo Portilho (2003, p. 125), a Psicopedagogia é uma “ciência que estuda o sujeito na sua singularidade, a partir do seu contexto social e de todas as redes relacionais a que ele consegue pertencer”. Nesse sentido, a Psicopedagogia busca obter uma visão global do aprendiz e constitui-se em uma área de estudos direcionada para o processo do aprender humano.

Assim, o psicopedagogo precisa desenvolver um olhar para o aprendiz, objetivando identificar as capacidades de cada sujeito e as possibilidades existentes de aprendizagem em qualquer situação, a fim de planejar e criar condições para que o aprender ocorra e seja ressignificado.

Para Almeida e Silva (2018, p. 59), a Psicopedagogia é uma área que tem por objeto de conhecimento “o ser cognoscente e por objetivo fundamental facilitar a construção da individualização e da autonomia do eu cognoscente identificando e clarificando os obstáculos que impedem que esta construção se faça”. Ainda, de

acordo com a autora, o ser cognoscente não é considerado um ser pronto e acabado, mas que está em constante processo de construção e contínuo vir a ser.

Desta forma, para a autora, o ser cognoscente é considerado uma unidade de complexidade, formado pelas dimensões relacional, racional e desiderativa que possuem especificidades próprias, as quais se completam e são regidas pelo princípio do desejo e o princípio da realidade e se articulam na dialética da autonomia e determinação.

Conforme Almeida e Silva (2018), na dimensão relacional interpessoal o processo de construção de conhecimentos ocorre pelas relações que o ser cognoscente estabelece com os outros sujeitos. Na dimensão racional, o processo de construção do conhecimento acontece pela estruturação e ação do sujeito sobre o objeto. Na dimensão desiderativa o processo de construção do conhecimento é determinado por um saber inconsciente, instituído por moções do desejo.

Desse modo, as três dimensões do ser cognoscente supracitadas se articulam de modo dinâmico abrangendo “autonomia e determinação, unidade e diversidade – em uma ação que organiza e modifica o meio. Essa ação do sujeito possibilita a construção do conhecimento e [...] do próprio sujeito cognoscente” (ALMEIDA E SILVA, 1998, p. 41).

A formação em Psicopedagogia habilita o profissional a lidar com os processos de aprendizagem e suas intercorrências, atuando com o ser cognoscente, aos grupos, às comunidades, às instituições, buscando contribuir para a aprendizagem de todos os seres humanos.

O profissional com formação em Psicopedagogia é denominado *psicopedagogo* ou *especialista da Psicopedagogia* que, conforme Bock *et al.* (2001, p. 11), é um “profissional que tem habilidades e conhecimento para, a partir de uma atividade aparentemente simples, poder fazer uma leitura abrangente a respeito da relação da criança com o saber e com o processo de aprendizagem”. Desse modo, o psicopedagogo precisa desenvolver a “escuta” e o “olhar” para as habilidades, potencialidades, demandas e dificuldades de cada aprendiz, intervindo de acordo com cada caso.

A ABPp (2019a, p. 1) explica com clareza que o profissional psicopedagogo não é um mero técnico ou profissional “espontaneísta” visto que sua ação implica refletir em relação às situações-problemas que surgem e em “indicar alternativas para a tomada de decisão construída em seu processo de formação pessoal e

acadêmica visando à transformação da pessoa rumo à qualidade de vida e enfrentamento de suas dificuldades”.

Com relação à Psicopedagogia como área de atuação, Rubinstein, Castanho e Noffs (2004) explicam que esta é uma práxis psicopedagógica sustentada por referenciais teóricos em que a formação profissional ocorre em cursos de especialização oferecidos em instituições de ensino superior, além de ser uma área reconhecida pelas produções científicas materializadas em publicações organizadas pela ABPp e outros órgãos.

Segundo o Código de Ética do Psicopedagogo (ABPp, 2019b, p. 1), a Psicopedagogia é um campo de conhecimento e ação interdisciplinar e “ocupa-se do processo de aprendizagem considerando os sujeitos e sistemas, a família, a escola, a sociedade e o contexto social, histórico e cultural”. Dessa forma, a ação interdisciplinar ocorre a partir de uma relação dialógica entre sistemas, instituições e profissionais de diversos âmbitos, os quais possuem conhecimentos distintos, utilizando-se de procedimentos e instrumentos próprios de cada área em prol de um objetivo em comum, buscando contribuir para o desenvolvimento e aprendizado do discente.

Para tanto, o psicopedagogo precisa desenvolver um trabalho interdisciplinar e multiprofissional, estabelecendo aproximações com outros profissionais que atendem o educando, buscando dialogar, discutir e refletir sobre as potencialidades e dificuldades, construindo estratégias e ações que potencializem a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno.

Com relação à ação interdisciplinar, esta pode ocorrer com os pares idênticos, anônimos e consigo mesmo; exige atitude de envolvimento, comprometimento, responsabilidade, necessidade de desvelar novos saberes e busca de alternativas para ampliar e aprofundar os conhecimentos (FAZENDA, 1991).

Destaca-se que, no campo da Psicopedagogia, é necessário que o psicopedagogo reflita primeiramente sobre cada caso atendido, que estabeleça contato com pares idênticos, ou seja, profissionais com formação no campo da Psicopedagogia e com especialistas de distintas áreas, tais como: psicólogo, fonoaudiólogo, neurologista, psiquiatra, assistente social, otorrino, entre outros, que atendem o educando. Ressalta-se que o trabalho interdisciplinar exige envolvimento e comprometimento de todos os profissionais visando ao melhor atendimento do discente.

Para atuar como psicopedagogo e desempenhar as diversas atribuições do cargo, o profissional necessita de formação específica que se dá em curso de graduação e/ou em curso de pós-graduação em Psicopedagogia (ABPp, 2019b). Porém, em diversos estados brasileiros ainda não é oferecida graduação na área pelas instituições de nível superior, e os profissionais que desejam atuar no campo da Psicopedagogia precisam cursar a especialização.

Destaca-se que os cursos de graduação em Psicopedagogia têm duração de quatro anos, compostos por no mínimo 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, sendo distribuídos da seguinte forma: 300 horas de carga horária dedicada ao estágio supervisionado, 100 horas de atividades complementares em áreas específicas e 2.800 horas abrangendo atividades formativas, incluindo fundamentação teórica e intervenção psicopedagógica (ABPp, 2013b).

Conforme o conjunto de indicadores e orientações apresentados na reunião com os coordenadores de cursos no Pré-Congresso do IV Simpósio Nacional de Psicopedagogia, o qual objetivou a atualização das Diretrizes da Formação de Psicopedagogos no Brasil (2018/2019), definiu-se “a carga horária mínima de 450 horas para o curso *lato sensu*, sendo sugerida a distribuição da seguinte forma: 360 horas, no mínimo, de conhecimentos específicos – referências teórico-práticas dentro da área de conhecimento e 90 horas, no mínimo, de atividades de intervenção.

Segundo o Parecer do CNE/CP 28/2001, a atuação supervisionada é compreendida como tempo de aprendizagem, é intrinsecamente articulada com a prática e atividades de trabalho acadêmico, acompanhado por um profissional com experiência comprovada em Psicopedagogia (CNE, 2002).

No entanto, é oportuno pontuar que os futuros profissionais da área da Psicopedagogia busquem formações e cursos de aprimoramento profissional em instituições devidamente reconhecidas e que tenham respaldo acadêmico competente, primando pela formação qualificada dos profissionais psicopedagogos.

Nesse sentido, “a formação deve garantir a especialização em aprendizagem humana e a integração dos diferentes contextos nos quais ela acontece” (PORTILHO *et al.*, 2018, p. 16). Desse modo, o psicopedagogo tem o compromisso de desenvolver ações voltadas para a aprendizagem no campo coletivo, sistêmico e organizacional da instituição e da aprendizagem do sujeito.

Além da graduação e da especialização, o psicopedagogo precisa tomar consciência do próprio processo de aprendizagem e da necessidade do aperfeiçoamento contínuo, objetivando desenvolver práticas integradoras e transformadoras para intervir com qualidade no processo de aprender do outro.

A formação continuada é importante para o desempenho profissional do psicopedagogo, sendo necessária a participação em encontros, eventos, cursos, grupos de estudos, para construir novos saberes, firmar as referências teóricas, refletir sobre a ação, questionar, levantar hipóteses, pesquisar e construir a identidade e profissionalidade.

Segundo Scoz (2000, p. 21), “a construção da identidade é uma questão de aprendizagem. Precisamos sempre nos perguntar quem queremos ser e a partir da possibilidade de perguntar, faz-se presente a possibilidade de aprender”, ou seja, como psicopedagogo, necessita-se questionar constantemente sobre o que aprendemos e o que precisamos aprender, buscando sentidos e significados para evoluir a nível profissional.

Cumprir destacar também que o êxito na atuação psicopedagógica não depende somente do número de instrumentos utilizados ou cursos realizados, mas da competência, sensibilidade e reflexividade do psicopedagogo sobre seus conhecimentos articulados a sua própria prática.

Conforme Rubinstein, Castanho e Noffs (2004, p. 237), “o fundamental é desencadear a consciência do compromisso com a formação continuada do profissional”. É importante destacar que a formação não deve estagnar após a finalização da especialização em Psicopedagogia: é necessário que o profissional busque o aperfeiçoamento e a formação continuada objetivando compartilhar saberes e construir novos conhecimentos relevantes para atender as demandas e necessidades da população atual.

Sendo assim, a formação profissional é um processo contínuo que envolve vivências, experiências, construção de novos conhecimentos teóricos e práticos que contribuem na formação da profissionalidade e identidade. Nesse sentido, quando se pensa na identidade do psicopedagogo, é necessário conhecer e refletir sobre: Quem é esse profissional? Qual a sua formação e como o habilita para atuar no campo da Psicopedagogia? E o que realiza nos âmbitos em que atua?

Profissionalmente, a Psicopedagogia apresenta um campo vasto de atuação, mas a insuficiência de produções teóricas e estudos provoca o desconhecimento

das possíveis modalidades de atendimento e de âmbitos em que o psicopedagogo pode atuar. Nesse enfoque, indicam-se as possíveis áreas de atuação psicopedagógica, tais como: estabelecimentos educacionais, unidades hospitalares e clínicas de saúde, asilos, empresas, entre outros. Abaixo seguem algumas considerações sobre tais áreas:

Estabelecimentos educacionais – O profissional psicopedagogo, gradativamente, está conquistando espaços dentro das instituições educacionais, buscando desenvolver um trabalho em conjunto com os professores, as famílias, a comunidade escolar e os especialistas que atendem os discentes. É relevante que, no contexto escolar, sejam realizados momentos que oportunizem o esclarecimento aos professores, à equipe pedagógica e aos pais sobre a importância do psicopedagogo, suas atribuições e seu papel na escola.

Nesse sentido, conforme Farias (2017, p. 48), a importância do psicopedagogo é apresentada e discutida no contexto escolar, sendo que a “reunião do conselho de classe, reunião de pais e do Projeto Político Pedagógico (PPP) são excelentes oportunidades de discutir o papel e a atuação desse profissional imprescindível na escola”.

O esclarecimento das atribuições e do papel do psicopedagogo no contexto escolar é primordial para que o profissional desenvolva seu trabalho com maior segurança, respeitando e seguindo os princípios legais para a atuação profissional com o respaldo da escola. É importante também que o psicopedagogo esclareça suas limitações para evitar que sejam designadas funções que não fazem parte do seu cargo e campo de atuação.

As escolas que possuem psicopedagogos atuando no cargo específico necessitam também realizar uma revisão no PPP, incluindo informações sobre o perfil profissional, o papel e as atribuições do psicopedagogo e as possíveis contribuições para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

A atuação do psicopedagogo nas escolas, segundo Weiss (1992, p. 6), “busca a melhoria das relações com a aprendizagem assim como a melhor qualidade na construção da própria aprendizagem de alunos e professores”. Assim, o psicopedagogo trabalha com o processo de aprendizagem, buscando contribuir para a potencialização e construção de novos conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento e avanço nos níveis de escolarização, preservando a criança da estigmatização e do insucesso escolar.

O psicopedagogo “pode favorecer significativamente os processos de aprendizagem escolar por meio das técnicas de avaliação, diagnóstico e intervenção” (BRUM; PAVÃO, 2014, p. 117). Conforme os apontamentos dos autores, pode-se afirmar que a atuação psicopedagógica nos estabelecimentos educacionais implica ações diagnósticas, interventivas, preventivas e de assessoramento, considerando quem ensina e quem aprende.

Masini (2003) enfatiza que o psicopedagogo precisa investigar os saberes prévios dos educandos e as possibilidades de aprendizagem; para tanto, faz-se necessário criar condições que oportunizem ao aluno realizar um exercício metacognitivo e avaliar sua aprendizagem, compreender o que errou e reelaborar seus conhecimentos.

Nessa dimensão, o psicopedagogo precisa investigar todo o processo de aprendizagem do educando e considerar a totalidade dos fatores nele envolvidos, como o estilo singular de cada sujeito aprender, os aspectos cognitivos, biológicos, psicológicos, sociais, além da influência do professor, das práticas pedagógicas, da família e da comunidade escolar e social em que o aluno está inserido.

Teixeira e Freitas (1993) explicam a necessidade dos psicopedagogos não restringirem o trabalho somente aos sintomas apresentados pela criança. O ideal é que desenvolvam um trabalho mais amplo com as instituições e professores, podendo relacionar as diferenças variáveis redimensionando as causas e consequências e buscando alternativas mais eficazes que contribuam para a aprendizagem. Portanto, é importante que o psicopedagogo realize aproximações, diálogos, orientações, que ofereça suporte e ações individualmente ou coletivamente aos professores, equipe diretiva, pedagogos, pais e comunidade escolar. Além disso, conforme Farias (2017, p. 47), no contexto escolar “a atuação do psicopedagogo começa na escuta do professor, seguindo por revisar o processo de ensino, discutindo com o professor as maneiras significativas, interessantes e adequados à faixa etária do aluno”.

Nesse contexto de discussão, Carlberg (2000) explica que há duas categorias de contribuição psicopedagógica para as instituições escolares: uma se refere ao profissional contratado para atuar na função de psicopedagogo, e outra voltada para uma ação psicopedagógica via assessoramento. Ambas as categorias, segundo a autora, apresentam especificidades díspares, mas possuem objetivos em comum,

pois procuram articular uma visão de ensino à aprendizagem considerando o aprendiz como sujeito dinâmico e capaz de aprender.

Complementando a abordagem em questão, é relevante relacionar as funções e ações dos psicopedagogos no contexto escolar: 1) Desenvolver o trabalho psicopedagógico em prol da melhoria do processo de ensino e aprendizagem do discente. 2) Possibilitar momentos de integração do aluno com o grupo. 3) Promover a cooperação entre escola e família; 4) Planejar e desenvolver ações em prol da formação dos professores; 5) Participar e compor equipes multidisciplinares, compartilhando e construindo conhecimentos em conjunto; 6) Estabelecer aproximação com os professores visando desenvolver um trabalho em conjunto de maneira interdisciplinar e transdisciplinar.

Diante das funções e ações do psicopedagogo, cabe a ele analisar o espaço do ambiente escolar, realizando inclusive observações em sala de aula, com o objetivo de investigar os motivos que conduzem o desinteresse dos alunos pelas atividades, as dificuldades que surgem no decorrer do processo de ensino e aprendizagem e também de compreender as necessidades dos alunos que precisam de intervenção psicopedagógica.

Hospitais, unidades e clínicas de saúde – Esses são outros espaços em que o psicopedagogo pode atuar. A atuação do psicopedagogo nesses âmbitos busca desenvolver a escuta e o olhar para a criança hospitalizada e suas possíveis dificuldades, considerando os sujeitos e todo o ambiente envolvido no processo de aprendizagem (LIMA; NATEL, 2010). Sendo assim, diante da impossibilidade da criança frequentar a escola durante o período de hospitalização, é importante que sejam realizados atendimentos psicopedagógicos, orientações e adequações de propostas didáticas, de acordo com o período de internação da criança, buscando contribuir para que o educando continue aprendendo, mesmo afastado do contexto escolar.

Durante o período de internação da criança, é importante que os profissionais atuantes no contexto hospitalar, tais como professores, pedagogos, psicopedagogos, estabeleçam contato com os responsáveis da escola de origem do paciente, buscando conhecer o seu respectivo nível escolar, solicitando informações sobre os conteúdos e possíveis materiais didáticos que possam nortear o trabalho pedagógico com o aluno no contexto hospitalar. Além disso, é fundamental também que o psicopedagogo desenvolva relações interpessoais com a criança, com a

família, com a equipe diretiva, pedagógica e com os professores do ensino regular, visando contribuir para a aprendizagem e evolução do paciente.

Segundo Axelrud (2005, p. 204): “O hospital, na sua atual busca de humanização, pode – e deve – ser mais um lugar para contribuir e deixar fluir para que a aprendizagem venha a acontecer”. Assim, ao longo do período de internação, a criança deve ser acolhida e atendida considerando-se sua singularidade e primando-se pelo seu desenvolvimento e bem-estar.

Desse modo, o psicopedagogo precisa ter clareza e conhecimento sobre o nível de aprendizagem e sobre o estado de saúde do paciente, para que possa intervir desenvolvendo um trabalho psicopedagógico que respeite as necessidades dele e possibilite o seu desenvolvimento integral.

No contexto hospitalar, é necessário que o psicopedagogo também desenvolva intervenções que levem a criança “a aprender sobre si mesmo [a], sobre como ajudar-se em sua cura, como e por que aceitar e fazer uso das medicações” (NASCIMENTO, 2004, p. 54). Dessa forma, o psicopedagogo busca contribuir para que o educando continue aprendendo ao longo do período de hospitalização, trabalhando com recursos, intervenções e acompanhamentos que possibilitem a sua reinserção na vida escolar após receber alta.

Segundo Noffs e Rachman (2007, p. 167), o psicopedagogo também “poderá contribuir para a formação e atuação do docente na classe hospitalar, levando a refletir sobre o seu papel”. Ainda, conforme as autoras, os professores devem considerar as particularidades dos alunos hospitalizados: alunos de níveis de ensino diferentes; alunos residentes em municípios e estados distantes; falta de constância e frequência precisas dos educandos; a temática planejada deve ser iniciada e finalizada durante o mesmo período; necessidade de se considerar as limitações apresentadas pelos alunos-pacientes, entre outros aspectos.

O atendimento psicopedagógico à criança hospitalizada possibilita a construção de novos horizontes e ameniza os déficits de aprendizagem relacionados ao período em que a criança não está frequentando a escola. Nesse sentido, o serviço psicopedagógico oferecido nas unidades hospitalares torna-se aliado ao desenvolvimento e à aprendizagem do educando, até que o aprendiz possua condições de retornar às instituições escolares.

No ambiente hospitalar, conforme Portela e Oliveira (2018, p. 250), o psicopedagogo poderá ser “um mediador entre as condições de adversidade, seja

por pouco ou muito tempo, dependendo da internação, para oferecer ao paciente sua escuta e disponibilidade, sua sensibilidade no olhar [...]”.

Segundo as autoras, é necessário que o psicopedagogo busque atender as demandas e trabalhar com as necessidades do paciente, oferecendo suporte educacional e acompanhamento para que o aprendiz esteja em constante desenvolvimento e aprendizagem, mesmo estando ausente do ambiente escolar.

Asilos – Representam outra possibilidade de atuação do psicopedagogo, compreendidos como “regime de internato [...] ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover a própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social” (BRASIL, 1996a). É importante destacar que a possibilidade de atuação do psicopedagogo nesse espaço ainda é pouco explorada em razão da falta de esclarecimento da importância do atendimento psicopedagógico para a aprendizagem na terceira idade.

O psicopedagogo pode atuar com a população da terceira idade, inclusive dentro das instituições asilares. Nesse sentido, Bortolanza, Krahl e Biasus (2005, p. 162) pontuam que “atualmente, a psicopedagogia está voltada para a compreensão do ser humano, no seu processo de aprendizagem, nas diferentes etapas de sua vida, direcionando o seu olhar também para o idoso”. Com base na afirmação das autoras, o ser humano está em constante aprendizado em todas as etapas da vida, as quais são permeadas por saberes, experiências e aprendizagens.

Constata-se que, atualmente, existe carência de pesquisas englobando o trabalho do psicopedagogo nos asilos e na área da gerontologia; assim, é necessário que o psicopedagogo, a partir dos conhecimentos construídos ao longo da formação e atuação profissional, busque compreender, discernir e desenvolver um trabalho de mediação, orientação, assessoria e atendimento aos idosos de forma singular ou coletiva.

Área empresarial – Nesse espaço, o psicopedagogo trabalha com a aprendizagem dos funcionários, colaboradores e gestores da empresa, buscando, dessa forma, conhecer a modalidade de aprendizagem, compreendendo como aprendem e utilizam dos conhecimentos no ambiente em que atuam.

O psicopedagogo é um especialista em aprendizagem humana e “tem papel fundamental nas organizações, pois trabalhará no sentido de criar condições de aprendizagem dos profissionais integrantes da instituição, levando em conta seus

distintos departamentos de atuação, sua missão e metas” (RODRIGUES, 2012, p. 358).

O trabalho do psicopedagogo, na área empresarial, pode se desvelar de múltiplas formas e inclusive “na formação continuada dos profissionais, promovendo o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas e das habilidades criativas profissionais, visando à adaptação às condições de trabalho exigidas pela empresa” (RODRIGUES, 2012, p. 358). Portanto, o psicopedagogo, atuando nessa área, precisa focar na aprendizagem do sujeito, estimular o desenvolvimento de vínculos e relações interpessoais, contribuindo para ampliar o olhar sobre a empresa e as possibilidades existentes para superar os obstáculos encontrados no contexto.

3 APRENDIZAGEM: CONCEITUAÇÕES

As reflexões em torno dos conceitos e abordagens sobre a aprendizagem nesta tese são importantes, pois a aprendizagem se trata do objeto de trabalho do psicopedagogo e do objeto de estudo da Psicopedagogia. Nesse sentido, é importante conhecer os conceitos e compreender como ocorre a aprendizagem humana e seus padrões evolutivos. Para explicitar o proposto, buscou-se respaldo nos estudos de Portilho (2011, 2018), Claxton (2005), Pozo (2004, 2002), Visca (1991), Cosenza e Guerra (2011) e entre outros.

A aprendizagem ocorre ao longo da vida e envolve maturação biológica, cognitiva, interações, afetividade, estímulos, entre outros aspectos, os quais serão apresentados neste capítulo.

Conforme Pozo (2004, p. 12) a aprendizagem pode ser entendida como:

uma função biológica desenvolvida nos seres vivos de certa complexidade, que implica produzir mudanças no organismo para responder às mudanças ambientais relevantes, conservando essas mudanças internas para futuras interações com o ambiente, e isto exige dispor também de diferentes sistemas de memória ou representação de complexidade crescente.

A variabilidade e a complexidade dos ambientes culturais exigem do ser humano novas formas de aprender, sendo necessário que aconteçam mudanças no organismo para haver adaptação às novas demandas ambientais para então se ter acesso a novos conhecimentos, ocorrendo a lógica da construção mútua entre o organismo e o ambiente.

A aprendizagem é um fenômeno individual e está relacionada ao desenvolvimento e desempenho do sistema nervoso central, que tem como característica marcante a plasticidade, entendida como “capacidade de fazer e desfazer ligações entre os neurônios como consequência das interações constantes do ambiente externo e interno do corpo” (COSENZA; GUERRA, 2011, p. 36). A função biológica e a plasticidade consistem na base da aprendizagem; assim, os estímulos contribuem para a reorganização neuronal e o aumento da capacidade de novas sinapses. À medida que o sujeito obtém novas experiências, desenvolve-se, aprende, busca, investiga e treina, podem ser criadas novas sinapses, facilitando o fluxo de informações e construção de novos conhecimentos.

O nível potencial natural do cérebro pode ser expandido, modificado e limitado de inúmeras maneiras, pois, mediante às demandas, desenvolvemos habilidades e estratégias de aprendizagem. Conforme Claxton (2005, p. 19), cada sujeito exige diferentes condições para aprender, sendo que:

a aprendizagem acontece de inúmeras maneiras diferentes. Parecemos simplesmente absorver, muitas vezes, alguns tipos de aprendizagem através de nossos poros, uma vez que requerem pouco em termos de planejamento ou de deliberação consciente. Outros tipos de aprendizagem são extremamente organizados e estruturados. Alguns requerem muita reflexão; outros, nenhuma. Alguns parecem acontecer de repente; outros exigem muito esforço. Alguns são relativamente suaves e tranquilos; outros são acompanhados de muita emoção. Alguns parecem requerer livros e professores; outros necessitam da solidão e da ausência de estímulo externo.

Para compreender como cada pessoa organiza as informações e aprende, é necessário identificar, segundo o autor supracitado, a maneira preferida de cada pessoa, as estratégias e os estilos que utiliza na hora de aprender. Isso porque cada ser humano tem uma forma peculiar de construir saberes que, dependendo do objeto de conhecimento, demanda estímulos diferenciados.

Nesse sentido, Pozo (2004) afirma que existem diferentes níveis de aprendizagem que são apresentados em quatro planos: conexão entre unidades de informação, aquisição e mudança de representações, consciência reflexiva e construção social do conhecimento. Estes são descritos a seguir:

O primeiro plano consiste na conexão entre unidades de informação visto que o sistema cognitivo está instalado no sistema nervoso, composto por redes de neurônios que podem ser ativadas ou não, dependendo da estimulação recebida, sendo que a aprendizagem é resultante da ativação de novas conexões neuronais.

O segundo plano baseia-se na aquisição e mudança de representações, pois as conexões entre as unidades de informações possibilitam a elaboração de novas representações do mundo manipuladas pela mente do ser humano que trabalha para executar suas tarefas, utilizando os processos auxiliares, como atenção, motivação e reestabelecimento do aprendido.

O terceiro plano compreende a consciência reflexiva: o sujeito tem acesso às próprias representações construídas, que podem passar pelo processo da reflexão consciente possibilitando novas conexões e modificações das representações criadas devido à organização dinâmica da memória.

E o quarto plano consiste na construção social do conhecimento, sendo que as representações não se localizam na mente do aprendiz, mas estão distribuídas entre as pessoas, ou seja, o conhecimento é adquirido e modificado em comunidades de aprendizagem. Percebe-se que esse plano se diferencia dos demais visto que os três primeiros enfocam a aprendizagem como resultante de diferentes processos que acontecem dentro do aprendiz.

A aprendizagem é entendida como um processo interno e recebe influências de estímulos externos que refletem na constante modificação dos saberes prévios e das representações elaboradas por cada sujeito, possibilitando a construção de novas aprendizagens. Assim, a aprendizagem deve contribuir para mudanças duradouras, para organizar, integrar e reestruturar os conhecimentos, num ciclo que envolve o processo contínuo de aprender-desaprender-aprender (POZO, 2002). Nesse sentido, ainda conforme o autor, uma das características de uma boa aprendizagem é a capacidade de transferência do aprendido para novas situações e diferentes contextos.

Desse modo, a aprendizagem também depende do funcionamento de certos processos pelo ponto de vista das neurociências, definida por Luria (1981), como o estudo do cérebro e das estimulações neurológicas. Portanto, a aprendizagem está relacionada com o funcionamento das estimulações neurológicas para a construção das aprendizagens. Desse modo, as neurociências vêm contribuir para o campo da Psicopedagogia, demonstrando que a aprendizagem é aliada ao desenvolvimento do cérebro e que o ser humano pode aprender em diferentes etapas da vida.

Portanto, parece necessário que os profissionais atuantes na área educacional ampliem seus conhecimentos com relação às neurociências visto que o uso de estratégias diferenciadas e adequadas em um processo dinâmico e intencional pode contribuir para a ampliação de conexões sinápticas e, por conseguinte, para novas aprendizagens.

Com relação às neurociências, Chedid (2007, p. 300) aponta que “o psicopedagogo deve beneficiar-se das pesquisas recentes para enriquecer a sua prática clínica e institucional, visando sempre à qualidade de seu trabalho e sua eficiência na compreensão de cada indivíduo”. Ressalta-se que os avanços na área das neurociências vêm favorecer o aprofundamento dos estudos em torno da aprendizagem e a compreensão global do ser humano em processo de desenvolvimento.

É importante destacar que cada ser humano possui sua singularidade, apresenta estruturas cognitivas e formas de aprender diferentes, como aponta Cosenza e Guerra (2011, p. 38): “a aprendizagem é um fenômeno individual e privado e vai obedecer às circunstâncias históricas de cada um de nós”. Cada ser humano possui vivências, experiências que fazem parte de uma circunstância histórica, que influenciam na maneira de cada um pensar, agir, ser e aprender.

Dessa forma, a aprendizagem ocorre de diferentes formas, sendo importante oportunizar situações que possibilitem ao sujeito reconhecer-se como ser aprendente, perceber de que maneira aprende e como utiliza os conhecimentos. A aprendizagem é um processo em constante evolução, é um produto inacabado e ocorre diferentemente no sujeito, como afirma Carvalho (1998, p. 10): “A aprendizagem não acaba nunca e se dá numa velocidade que é impossível fingir que não percebemos em todos os lugares, a todo o instante. Um segundo não será jamais igual e isso ilustra a rapidez de um conhecimento adquirido”.

Assim, ao longo do processo de escolarização, é importante que sejam possibilitados espaços para o aprendente interagir, questionar, investigar e aprender. É “por meio da aprendizagem que o ser humano desenvolve habilidades, raciocínios, atitudes, valores, vontades, interesses, aspirações, integração, participação e realização” (MASINI, 2000, p. 18).

Ainda, com relação à aprendizagem, Visca (2010) explica que existem quatro grandes níveis de aprendizagem: 1) A protoaprendizagem, que são as primeiras aprendizagens que ocorrem das primeiras relações vinculares que se estruturam na criança, como resultado da interação que se estabelece entre ela e sua mãe; 2) A deuteroaprendizagem, denominada pelo autor como concepção de mundo e da vida: são as aprendizagens que ocorrem a partir da interação da criança com o seu grupo familiar; 3) A aprendizagem assistemática, que envolve saberes informais construídos a partir da interação da criança com os adultos, com a comunidade, com os grupos e outras crianças; 4) A aprendizagem sistemática, que é aquela que ocorre pela interação da criança com as instituições educativas, mediadoras da sociedade como órgão especializado em transmitir o conhecimento, atitudes e habilidades, que a sociedade aponta como necessários para a sobrevivência e para que seja capaz de manter uma relação equilibrada entre a identidade e mudança.

Aprender a aprender, segundo Barbosa (2006, p. 20), é “instrumentalizar-se, mas sem esquecer que, embora a aprendizagem aconteça dentro de cada aprendiz,

ela é possibilitada somente na interação deste aprendiz com o mundo no qual está inserido e com o conhecimento já estruturado”. O ser humano aprende em casa, na escola, na comunidade e em diversos ambientes que possibilitam a interação e o contato com novos saberes, os quais podem contribuir para a construção de novas aprendizagens.

Para Vygotsky (2010, p. 115), “a aprendizagem não é em si mesma desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento”. Assim, verifica-se que, para Vygotsky, a aprendizagem é que gera o desenvolvimento e o ambiente, e o meio influencia na aprendizagem e, conseqüentemente, no desenvolvimento do indivíduo. Desse modo, o conhecimento que se constrói por meio das interações, vivências e experiências contribui para a aprendizagem, a qual é um momento necessário para o desenvolvimento do educando.

Com relação ao processo de desenvolvimento, Vygotsky (2010, p. 116) explica que esse processo “não coincide com o da aprendizagem, o processo de desenvolvimento segue o da aprendizagem, que cria a área de desenvolvimento potencial”. Evidencia-se que aprendizagem e desenvolvimento estão inter-relacionados, sendo um processo contínuo que recebe influências do meio, do ambiente e das interações sociais estabelecidas.

O autor ainda menciona a importância do processo de mediação, o qual é determinante para as novas situações de aprendizagem da criança. Vygotsky, para explicar a relação entre desenvolvimento e aprendizagem criou o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que consiste da distância entre nível de desenvolvimento real e nível de desenvolvimento potencial. O nível de desenvolvimento real consiste no conjunto de atividades e ações que a criança consegue realizar sozinha, e o nível de desenvolvimento potencial compreende um conjunto de atividades que a criança ainda não consegue realizar sozinha, mas que, com o auxílio e mediação de outras pessoas, é capaz de resolver.

Logo, é importante conhecer o nível de desenvolvimento real do educando, ou seja, o que ele sabe, seus conhecimentos prévios, e realizar ações mediadas, bem como desenvolver atividades diferenciadas que estimulem as potencialidades dele para que possa evoluir nas aprendizagens.

Nesse contexto, “a zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente, em processo embrionário” (VYGOTSKY, 1984, p. 97). Assim, considerando os apontamentos da teoria de Vygotsky, é necessário realizar uma reflexão sobre a importância do papel da escola, dos professores, coordenadores, psicopedagogos e outros profissionais na mediação de conhecimentos e seus contributos para o desenvolvimento e a aprendizagem do educando em processo de escolarização.

Nesse sentido, Vygotsky (1998, p. 110) afirma que “o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com que a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia”. Daí a importância de que as intervenções psicopedagógicas e pedagógicas busquem conhecer os saberes prévios dos educandos articulando-os com os novos conhecimentos com o intuito de contribuir para a construção de novas aprendizagens.

Outro autor que trouxe contribuições para a compreensão de como o ser humano se desenvolve é Jean Piaget, que teorizou sobre a Epistemologia Genética, Tal teoria defende que o ser humano passa por várias etapas de desenvolvimento e busca explicar as relações entre processos biológicos e cognitivos. A teoria proposta por Piaget é baseada na inteligência e na construção do conhecimento e busca responder como o ser humano constrói conhecimentos e os respectivos processos (PÁDUA, 2009).

Nesse sentido, Munari (2010, p. 28) explica que, de acordo com a teoria de Piaget, “a inteligência é uma adaptação. Para aprender as suas relações com a vida em geral é necessário determinar quais relações que existem entre o organismo e o meio ambiente”.

Com relação à teoria de Piaget, “a interação do homem com o mundo possibilita a construção de estruturas cognitivas cada vez mais complexas, que permitem a esse homem ter sensações, realizar movimentos, perceber, simbolizar, abstrair e raciocinar logicamente” (PORTILHO, 2011, p. 40).

Para Piaget, o conhecimento é construído a partir das ações e interações do ser humano com um determinado contexto, e o desenvolvimento dele ocorre desde o nascimento e prossegue até a idade adulta, ocorrendo em permanente processo

de equilibração, que se dá de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior (PIAGET, 1999).

Ainda, de acordo com o autor, o desenvolvimento cognitivo resulta de sucessivos desequilíbrios e equilíbrio entre a assimilação e acomodação, sendo a assimilação o processo de incorporação de novos conhecimentos à estrutura já existente, e a acomodação, a modificação dos esquemas de assimilação por influência de situações exteriores.

Por conseguinte, no que tange ao desenvolvimento, a equilibração é importante “por sua capacidade de organizar todas as outras variáveis – e mais: é por meio dela que se traduz o trabalho ativo do sujeito, pois a ele cabe, em sua possibilidade biológica, organizar e reorganizar os dados da experiência” (MANO, 2017, p. 28).

Com relação à assimilação e à acomodação, “ambos os processos estão indissoluvelmente unidos. A assimilação funciona para preservar as estruturas; a acomodação funciona no sentido de variabilidade, de desenvolvimento e de mudança” (PORTILHO, 2011, p. 42). Desse modo, o ser humano, em um movimento contínuo, constrói e reconstrói as estruturas. Ainda, de acordo com a autora, Piaget traz na sua teoria os estágios de desenvolvimento, os quais apresentam relação com a evolução do raciocínio. São quatro os estágios: 1º) Sensório-motor: o bebê, a partir dos reflexos neurológicos, começa a construir esquemas de ação para assimilar mentalmente seu ambiente; 2º) Pré-operatório: esse período possibilita a preparação para as operações concretas; 3º) Operatório-concreto: a criança possui capacidade de relacionar diferentes aspectos e abstrair dados da realidade; e o 4º) Operatório-formal: a representação permite a abstração, não limitando a uma representação imediata, mas impulsionando a criança a pensar em todas as relações possíveis logicamente.

Também fazem parte da teoria de Piaget os quatro fatores de aprendizagem denominados *maturação*, *experiência*, *transmissão social* e *equilibração*. A maturação engloba o desenvolvimento físico e neurológico com o ser humano, que consiste no fator geral do desenvolvimento mental; a experiência é entendida por Piaget como atividade do sujeito sobre o objeto, o que possibilita a formação de estruturas que facilitam a ação e a compreensão da realidade; a transmissão social é o processo pelo qual o ser humano é influenciado pelo contexto social e interações

estabelecidas; e a equilibração é um processo interno que possibilita a reconstrução de estruturas superiores.

Percebe-se que, para Piaget, o desenvolvimento vem antes que a aprendizagem e que as estruturas, os fatores e estágios são determinantes para que a aprendizagem ocorra.

Segundo Portilho (1992), a aprendizagem é um processo que evolui durante toda a vida do sujeito e acontece na constante interação deste com o meio social e cultural. Desse modo, é relevante que os profissionais possuam uma visão ampla do processo de aprendizagem para que possam intervir adequadamente diante dos aspectos que estejam interferindo no desenvolvimento do educando.

No campo da Psicopedagogia, a aprendizagem é discutida e conceituada por diversos autores, os quais trazem apontamentos diferentes, mas com o mesmo foco: compreender o ser que aprende. Visca (1991, p. 24), por exemplo, apresenta o conceito de aprendizagem como “uma construção intrapsíquica, com continuidade genética e diferenças evolutivas, resultante das precondições energético-estruturais do sujeito e as circunstâncias do meio”. Diante da afirmação do autor, evidencia-se que o ser humano está em constante processo de aprendizado, o qual envolve o desenvolvimento cognitivo e a interação do sujeito com o ambiente.

A partir de estudos, discussões e reflexões, Portilho *et al.* (2018, p. 12) criaram um conceito novo de aprendizagem: “um processo de interação entre aquele que aprende e o objeto a ser aprendido, em um movimento de significação e atribuição de sentido próprio, que o transforma”. De acordo com as autoras, a aprendizagem é um processo que mobiliza em prol de avanços, buscando superar o que se apresenta difícil e potencializar o possível.

Já Scarabucci e Miranda (2019) mencionam que a aprendizagem se inicia muito antes do nascimento e que, ao longo da vida, a pessoa pode encontrar dificuldades e intercorrências. Porém, mesmo perante essas situações, sempre acontecerá o aprender de alguma forma, pois a aprendizagem consiste em uma ação possível a todos os seres humanos.

Também a aprendizagem é compreendida como “um processo de construção que se dá na interação permanente do sujeito com o meio que o cerca” (WEISS, 2016, p. 30). Conforme a autora, a interação do sujeito com o meio inicia-se no ambiente familiar, depois se estende para as relações estabelecidas no contexto escolar, sendo que ambos, família e escola, são permeados pela sociedade.

Serafini *et al.* (2011, p. 51) conceituam a aprendizagem como “um processo que envolve vínculos individuais e coletivos que resultam das interações do sujeito com o meio, da ação do cuidador e das articulações entre o saber e o não saber”. Para as autoras, a aprendizagem envolve o mundo íntimo de cada ser humano, a subjetividade, o desejo e as articulações possíveis que ampliam os domínios cognitivos favorecendo a consolidação de novas aprendizagens.

Segundo Fernández (2001), a aprendizagem é um processo que contribui para a ampliação dos conhecimentos que, por conseguinte, reflete na formação de sujeitos pensantes e desejantes por novos saberes.

Paín (1987) esclarece que a aprendizagem consiste em um processo que possibilita a transmissão do conhecimento de um sujeito que sabe para outro indivíduo que vai chegar a ser sujeito por meio da aprendizagem. Desse modo, a autora dá ênfase à importância do outro na mediação da aprendizagem, o qual contribuirá para a formação de novos sujeitos munidos de conhecimento.

Outro autor que contribuiu para a área da Psicopedagogia foi Pichon-Rivière (1988). Ele explica que a aprendizagem se dá de forma espiral visto que a relação com o objeto de aprendizagem é compreendida como uma estrutura complexa que envolve um sujeito, um objeto e sua mútua inter-relação com os processos de comunicação, favorecendo que as relações intersubjetivas se transformem em intrassubjetivas.

A partir dos apontamentos teóricos, faz-se necessário compreender como o ser humano aprende, quais as habilidades necessárias para o aprendiz aprender, os estilos de aprendizagem de cada pessoa, entre outros aspectos.

Com relação aos estilos de aprendizagem, Portilho (2005, p. 15) explica: “Los estilos de aprendizaje se centran, generalmente, en el ‘cómo’ a las personas les gusta aprender o pueden ser considerados como una manera de pensar”. De acordo com a autora, o estilo de aprendizagem consiste em como cada sujeito gosta de executar as tarefas e as diversas maneiras como usa a inteligência.

Existem diferentes classificações de estilos de aprendizagem que, segundo Portilho (2011), são: ativo, reflexivo, teórico e pragmático. Nesse viés, a autora explica algumas características desses estilos que serão detalhadas a seguir.

As pessoas que têm a predominância do estilo ativo apresentam um perfil curioso e comunicativo, gostam de aprender fazendo, são rápidas para realizar atividades, apresentam gostos por novas experiências e, no geral, são bem

intempestivas, precisam mudar e variar os espaços, as situações do dia a dia e as atividades.

Os sujeitos que apresentam estilo reflexivo têm perfil cuidadoso e perfeccionista, utilizam reflexão e análise para tomar decisões, preferem escutar, observar e pensar antes de agir, investigam detalhadamente as situações. Os reflexivos têm o seu tempo próprio para aprender.

Os indivíduos que apresentam o estilo de aprendizagem teórico possuem perfil organizado, gostam de questionar, buscam racionalidade, objetividade e lógica das coisas, gostam de saber sempre o porquê estão fazendo determinada atividade e aonde vão chegar e necessitam de respostas pontuais e esclarecimento de todas as suas dúvidas.

As pessoas que apresentam estilo de aprendizagem pragmático possuem perfil prático, são confiantes, gostam de ter a possibilidade de experimentar o aprendido, tendem a colocar em prática as ideias.

Portanto, é necessário conhecer os estilos de aprendizagem de cada pessoa para planejar e elaborar estratégias com recursos adequados que possam atender as demandas do aprendente, suas especificidades e, também, possibilitar a eles a construção de novas aprendizagens. Salienta-se a importância de reconhecer que cada pessoa tem uma forma peculiar de aprender, de construir conhecimentos, de articular saberes, de estabelecer relações consigo mesmo, com outro e com o ambiente.

O ser humano se constrói enquanto sujeito de conhecimento a partir das interações estabelecidas com seus pares, com diferentes mundos e objetos, e isso contribui para a estruturação cognitiva e para o processo construtivo de aprendizagem (POZO, 2004). Em outras palavras, entende-se que o sujeito aprende por meio dos vínculos individuais e coletivos construídos a partir da interação, sendo necessário que o aprendiz apresente disponibilidade, envolvimento, receptividade, tomada de consciência e desejo de aprender.

Conforme Claxton (2019, p. 29) “o estímulo para a aprendizagem é intencional, é o desejo de melhorar: saber mais, entender mais profundamente, desenvolver a competência e perícia. Os trampolins gêmeos da aprendizagem são a curiosidade e a necessidade”. Nesse sentido, o autor explica que a aprendizagem apenas ocorre quando o ser humano percebe e admite a necessidade de melhorar, movido pela curiosidade e pela constante busca de conhecimentos. Para que isso

aconteça, ao longo do processo de escolarização, é importante que sejam desenvolvidas atividades que despertem o desejo de aprender, instigando a curiosidade e a busca por novos saberes que potencializem a aprendizagem.

A aprendizagem pode ocorrer de forma implícita e explícita, segundo Pozo (2004). Para o autor, a aprendizagem explícita ocorre quando o sujeito, conscientemente, explica sobre o que aprendeu, reelabora as representações e conhecimentos prévios e constrói novos sistemas cognitivos. Já a aprendizagem implícita acontece quando os processos não são conscientes, ou seja, o sujeito não consegue informar sobre o que aprendeu.

Sendo assim, destaca-se a importância do profissional especialista em aprendizagem identificar quais aprendizagens já estão no nível consciente e trabalhar para que as aprendizagens implícitas (que são a maioria) tornem-se conscientes, significativas e promotoras de transformações. Nesse aspecto, a Psicopedagogia também traz grandes contribuições para o entendimento das diversas formas de aprender.

A seguir, apresentam-se de maneira sintetizada, as habilidades que o aprendiz precisa dominar para aprender, conforme Claxton (2019):

Observação - É preciso ser atento e perceptível, observar os detalhes, ser paciente, acionar todos os sentidos para reunir as informações;

Leitura - Ser um bom leitor é um componente essencial de ser um bom aprendiz, sendo necessário saber procurar as informações e analisar a validade das fontes, saber reunir, registrar e extrair a essência e o significado do que lê;

Crítica - É a capacidade de poder entender, de criticar, à medida que surgem afirmativas de conhecimentos que aparentam ser duvidosas ou incertas;

Experimentação - No centro da aprendizagem se encontra a prática de tentativa e erro; é importante experimentar, observar os efeitos e sucessos, ajustar a ação e tentar novamente;

Imaginação - Pode gerar novo ponto de partida para pensamentos e experimentações;

Raciocínio - Geram-se novas ideias através de pensamentos e raciocínios cuidadosos, os quais possibilitam chegar a conclusões que não necessitam de experimentação para ser verificadas;

Imitação - A aprendizagem pode se basear na imitação, sendo uma das ferramentas mais eficazes compartilhadas com muitas outras espécies visto que

cada ser humano desenvolve os próprios estilos e interesses; entretanto, tomam-se ideias emprestadas sobre os possíveis procedimentos que podem ser realizados a partir da observação;

Discussão - Aprende-se também ouvindo e compartilhando conhecimentos e opiniões; assim, é importante auxiliar os alunos para interagir, revezar para falar, ouvir, discordar com respeito, estar receptivo à visão dos outros e à possibilidade de melhorar as próprias opiniões;

Reflexão - Após planejar o que fazer e experimentar, os aprendizes precisam ser observadores perceptivos, honestos, autocríticos e desenvolver a tomada de consciência das pressuposições por trás do seu próprio pensamento;

Prática - Deve ser de qualidade (CLAXTON, 2019).

É possível reconhecer, nas explicações do autor, que o processo de aprendizagem requer o desenvolvimento e domínio de habilidades que possibilitam apropriação dos conhecimentos, gerando mudanças na maneira de pensar e agir. A educação e seus respectivos profissionais possuem um papel importante: podem conhecer, trabalhar e contribuir para o desenvolvimento e expansão das habilidades necessárias para aprender, sendo imprescindível desenvolver estratégias e práticas pedagógicas que potencializem novas aprendizagens.

Nessa perspectiva, com relação ao processo de aprender, ressalta-se que a aprendizagem se constitui como um conceito essencial para a compreensão do ser humano em sua “inteireza” uma vez que este está em constante processo de aprender a aprender. Diante desse fato, é válido enfatizar que o processo de aprendizagem “é constituído por esses movimentos de mudanças. Aprender significa mudar, transformar. Ensinar significa acompanhar e instrumentalizar com intervenções, devoluções e encaminhamentos esse processo de mudança” (FREIRE, 2008, p. 86).

De acordo com o aporte teórico, a Psicopedagogia é compreendida como uma ciência que estuda o indivíduo na sua singularidade reconhecendo o ser humano pertencente à espécie humana, o qual possui um desenvolvimento biológico, cognitivo, além de receber influências do contexto social, cultural e das redes relacionais estabelecidas. E tudo isso pode contribuir para a construção de novas aprendizagens ou para o surgimento de dificuldades.

Para tanto, é relevante que os profissionais atuantes no setor educacional construam uma formação sólida em torno dos aspectos que influenciam diretamente

e indiretamente na construção de novas aprendizagens. Ressalta-se que, “na psicopedagogia, o fundamental é conhecer e compreender o processo de aprendizagem para, a partir dele, compreender a dificuldade de aprendizagem” (RUBINSTEIN, 1999, p. 22).

Dentre os profissionais atuantes na área da educação, destaca-se a importância do psicopedagogo que, ao estudar e trabalhar com a aprendizagem “pode contribuir com a escola na missão de resgate do prazer no ato de aprender e da aprendizagem em situações prazerosas” (BARBOSA, 2001, p. 129).

Assim, ao se compreender a aprendizagem como processo evolutivo, faz-se necessário olhar para o sujeito aprendente como um ser singular que possui uma estrutura cognitiva, que tem um estilo de aprendizagem, uma forma peculiar de aprender, interagir e de construir novas aprendizagens.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

De acordo com o referencial teórico e o objetivo desta pesquisa, o presente capítulo tem como propósito apresentar o delineamento metodológico adotado nesta tese. Na primeira parte é apresentada a metodologia da pesquisa, sendo qualitativa com abordagem descritiva.

Na segunda parte é apresentado o contexto da pesquisa, sendo descritas de modo detalhado as características dos sete estados brasileiros e a quantidade dos seus municípios, seguido dos participantes, instrumentos e procedimentos da pesquisa.

4.1 TIPO DA PESQUISA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é qualitativa de abordagem descritiva. A pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21). Conforme a autora, na pesquisa qualitativa o conjunto de fenômenos humanos é considerado parte da realidade social, possibilitando aos seres humanos agir e interpretar as ações a partir de uma realidade.

Assim, a metodologia qualitativa “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 269).

A metodologia qualitativa norteia esta pesquisa visto que busca responder as questões particulares no campo da Psicopedagogia, com foco no perfil e atuação do psicopedagogo nas redes públicas municipais de educação, no serviço psicopedagógico e suas contribuições para a aprendizagem discente. Nesse sentido, a pesquisa focaliza-se no mapeamento do serviço psicopedagógico de sete estados brasileiros, buscando a compreensão das características dos profissionais psicopedagogos atuantes em cada município.

Na pesquisa qualitativa, o objeto está possuído de significados e “todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio” (CHIZZOTTI,

2000, p. 84). Nesse sentido, os dados advindos do questionário são importantes, pois revelam manifestações, significados e apontamentos sobre a realidade do serviço psicopedagógico e do perfil profissional do psicopedagogo.

Com relação aos participantes da pesquisa, conforme o autor, “procura-se compreender a experiência que eles têm, as representações que formam os conceitos que elaboram. Esses conceitos manifestos, as referências relatadas ocupam o centro de referência das análises e interpretações na pesquisa qualitativa” (CHIZZOTTI, 2000, p. 84).

Nesta pesquisa, buscou-se conhecer e compreender as experiências e representações dos psicopedagogos no que tange à formação profissional, o campo de atuação, o serviço psicopedagógico e seus reflexos na aprendizagem do educando. Ressalta-se que os dados advindos da realidade contextualizada ocupam o centro da descrição e análise da pesquisa, os quais são correlacionados com o universo teórico.

Faz parte da metodologia qualitativa a abordagem metodológica que tem como propósito descrever “as características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis” (GIL, 2010, p. 27). Para o autor, as pesquisas descritivas buscam estudar características de um determinado grupo, como por exemplo: distribuição, nível de atendimento, grau de escolaridade, entre outros aspectos pertinentes ao estudo.

Triviños (1987, p. 110) completa a ideia ao destacar que o foco da pesquisa de natureza descritiva consiste no desejo de conhecer uma determinada comunidade, seus traços característicos, seus representantes e “pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Nesse viés, o autor ressalta a importância dos dados coletados, os quais devem ser descritos e analisados.

Esta pesquisa é de abordagem descritiva e buscou identificar as características de uma amostra de profissionais psicopedagogos atuantes nos municípios em sete estados brasileiros. As informações foram coletadas via questionário, com o intuito de especificar o perfil desses profissionais atuantes na rede pública municipal de educação, de identificar as relações entre a formação e a atuação profissional, as demandas e necessidades na área, a importância do psicopedagogo na área educacional e seus reflexos na aprendizagem discente,

além da necessidade de um trabalho multiprofissional para atender as demandas dos educandos.

Foi definida a amostra dos participantes da pesquisa e aplicado o questionário. Marconi e Lakatos (2009, p. 16) definem amostra como “uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. A amostra selecionada para esta pesquisa consiste nos municípios de sete estados brasileiros: Acre, composto por 22 municípios; Espírito Santo, que possui 78 municípios; Rio Grande do Norte, formado por 167 municípios; Mato Grosso do Sul, com 79 municípios; Paraná, contendo 399 municípios; Santa Catarina, 295 municípios; e Rio Grande do Sul, constituído por 497 municípios. Assim, a amostra selecionada para esta pesquisa totaliza 1.537 municípios, que são distribuídos nos sete estados brasileiros supracitados. Ressalta-se que o questionário foi enviado por meio de e-mail para todos os municípios que compõem a amostra da pesquisa.

Como abordagem descritiva, a pesquisa, de acordo com Barros e Lehfeld (1990), possibilita a descrição do objeto por meio do levantamento de dados, contribuindo para a elaboração de perfis e cenários.

Os dados coletados mediante questionário foram classificados, descritos e analisados buscando-se elaborar um perfil de quem é o psicopedagogo atuante nas redes públicas municipais de educação nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Acre, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul e, da mesma forma, compor um panorama do cenário de atuação na rede pública municipal.

4.2 CONTEXTO DA PESQUISA

O contexto da pesquisa consiste nos 1.537 municípios que compõem sete estados brasileiros, sendo: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Acre, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. No início desta tese, havia a intenção de pesquisar os 26 estados e o Distrito Federal do Brasil. Como a quantidade de dados é extensa, optou-se por selecionar um estado de cada região, sendo acrescida a Região Sul porque já estava com os dados tabulados e, significativamente, representados.

Ressalta-se que foram encaminhados questionários a todos os municípios do Brasil, ou seja, 5.570 municípios. Optou-se por apresentar no Quadro 2, o panorama sobre o número de psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação de cada estado do Brasil. Mas diante da dimensão dos dados coletados e da complexidade das informações advindas do questionário, para esta tese foi selecionada uma amostra de sete estados brasileiros.

Para melhor compreensão do contexto da pesquisa serão descritas as características geográficas e educacionais referentes aos sete estados brasileiros:

1) O estado do Rio Grande do Sul é composto por 497 municípios, com área da unidade territorial de 281.707,151 Km²; está situado na Região Sul do Brasil, faz limite com o estado brasileiro de Santa Catarina, com os países Argentina e Uruguai e com o Oceano Atlântico. Com relação à educação, no Rio Grande do Sul, de acordo com o último censo de 2017, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública municipal é de 5,6 e, no momento, está na 12^a posição, comparado com outros estados brasileiros.

2) O estado do Paraná é composto por 399 municípios, com área da unidade territorial de 199.305,236 km²; está situado na Região Sul do Brasil, faz limite com os estados de São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, com dois países estrangeiros – Paraguai e Argentina – e com o Oceano Atlântico. No Paraná, de acordo com o último censo de 2017, o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública municipal é de 6,3 e, no momento, encontra-se na 2^a posição, comparado com os demais estados brasileiros.

3) O estado de Santa Catarina é composto por 295 municípios, sendo a área da unidade territorial de 95.730,921km²; está situado na Região Sul do Brasil, faz limites com os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, com um país estrangeiro – Argentina – e o Oceano Atlântico. De acordo com o último censo de 2017, o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública municipal de Santa Catarina é de 6,3; encontra-se na 2^a posição, comparado com os demais estados brasileiros.

4) O estado do Acre é composto por 22 municípios, sendo a área da unidade territorial de 164.123,738 km². Localizado na Região Norte do Brasil, o estado do Acre faz fronteira com dois estados brasileiros – Amazonas e Rondônia – e dois países estrangeiros, Bolívia e Peru. Com relação à educação, de acordo com o último censo de 2017, o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental da rede

pública municipal no estado do Acre é de 5,7 e, no momento, ocupa a 8ª posição, comparado com outros estados brasileiros.

5) O estado do Rio Grande do Norte é composto por 167 municípios, sendo a área da unidade territorial de 52.809,602km²; está situado na Região Nordeste, faz limite com os estados da Paraíba e Ceará e com o Oceano Atlântico. No Rio Grande do Norte, conforme o último censo de 2017, o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública municipal é de 4,5 e está na 23ª posição, comparado com os outros estados brasileiros.

6) O estado do Espírito Santo possui 78 municípios, sendo a área da unidade territorial de 46.074,444 km²; está situado na Região Sudeste do Brasil, faz limites com os estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e com o Oceano Atlântico. No que concerne à educação, no estado do Espírito Santo, de acordo com o último censo de 2017, o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental é de 5,7 e, no momento, está na 8ª posição, comparado com os outros estados brasileiros.

7) O estado do Mato Grosso do Sul é formado por 79 municípios, sendo a área da unidade territorial de 357.145,535 km²; está situado na Região Centro-Oeste do Brasil, faz limites com cinco estados brasileiros – Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná – e com dois países estrangeiros, Paraguai e Bolívia. No que diz respeito à educação no estado do Mato Grosso do Sul, de acordo com o último censo de 2017, o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental é de 5,5 e, no momento, está na 13ª posição, comparado com os outros estados brasileiros.

Os sete estados estão localizados no Brasil, que possui uma área territorial de 8.510.820,623 km², e faz divisa com dez países da América do Sul: Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Atualmente o Brasil possui 26 estados e um Distrito Federal, totalizando 5.570 municípios, distribuídos nas cinco regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Ressalta-se que a amostra selecionada para descrição e análise nesta tese consiste em dados relacionados à atuação do psicopedagogo na rede pública municipal em sete estados brasileiros. A pesquisa contou com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da PUCPR, com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 03851312.1.0000.0020 (ANEXO A).

4.2.1 Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa são os psicopedagogos atuantes nos municípios dos sete estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Acre, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Estabeleceu-se como critério de inclusão na pesquisa os psicopedagogos atuantes no cargo específico na área de educação das redes públicas municipais, atuando em equipe multidisciplinar, nas instituições escolares, nas secretarias de educação, na prevenção, orientação, avaliação, encaminhamento e acompanhamento psicopedagógico na área educacional.

Como critério de exclusão definiu-se que os profissionais municipais dos sete estados, mesmo que tivessem especialização em Psicopedagogia, porém com atuação em outra função diferente da psicopedagógica, não iriam ser considerados nesta pesquisa.

Em relação aos participantes, estes foram descritos de forma mais detalhada conforme se apresenta a realidade de cada estado. Em seguida, apresentam-se dados totais sobre o número de municípios por estado, especificando os que forneceram os dados para esta pesquisa via questionário, e os municípios que possuem e não possuem o profissional atuando no cargo na rede municipal de ensino.

Foram enviados questionários aos 497 municípios que compõem o estado do Rio Grande do Sul. Desses municípios, 237 não retornaram o questionário respondido, mas 260 municípios forneceram os dados via e-mail. Esses dados foram analisados e tabulados revelando que, dos 260 municípios do Rio Grande do Sul, 140 não possuem o profissional psicopedagogo atuando no cargo e 120 municípios tem o psicopedagogo atuando no setor educacional na rede pública municipal, variando de 1 a 10 profissionais por município, totalizando 221 psicopedagogos.

Também foram enviados questionários para os 399 municípios do estado do Paraná, dos quais 75 municípios não retornaram os dados e 324 participaram respondendo à pesquisa, indicando que, em 122 municípios, não há esse profissional atuante no setor educacional e que, em 202 municípios, existe o psicopedagogo atuando no cargo na rede de ensino, variando entre 1 a 6 profissionais psicopedagogos por município, totalizando 271 psicopedagogos.

Da mesma forma, enviaram-se questionários para os 295 municípios do estado de Santa Catarina, dos quais 119 municípios não retornaram os dados. No entanto, 176 os encaminharam e estes demonstraram que 112 dos municípios não possuem, no quadro de funcionários, o profissional psicopedagogo. Já em 64 municípios existe o psicopedagogo atuando no cargo específico no setor educacional, variando entre 1 a 5 profissionais psicopedagogos trabalhando em cada município, totalizando 67 psicopedagogos.

Para esta pesquisa, também foram enviados questionários para os 22 municípios do estado do Acre, dos quais 8 municípios não enviaram os dados para a pesquisa e 14 os retornaram, os quais revelaram que 13 municípios não possuem até o momento esse profissional atuando na área da educação e que somente em 1 município existe o profissional psicopedagogo atuando na rede pública municipal, totalizando 2 profissionais.

Também foram enviados questionários para os 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte, dos quais 84 não retornaram o questionário com os dados; somente 83 municípios os forneceram, os quais indicaram que 57 municípios não possuem o profissional atuante no cargo e que 26 municípios têm o profissional psicopedagogo atuando no cargo na rede de ensino, variando de 1 a 70 profissionais psicopedagogos atuando em cada município, totalizando 124 psicopedagogos.

Para o estado do Espírito Santo, foram enviados questionários para os 78 municípios, dos quais 22 não retornaram os dados. Outros 56 os entregaram revelando que 44 destes municípios não possuem esse profissional na rede e que 12 municípios possuem o psicopedagogo atuante no setor educacional, variando de 1 a 2 psicopedagogos atuando em cada município, totalizando 17 psicopedagogos.

Finalmente, foram enviados questionários para os 79 municípios do estado do Mato Grosso do Sul, dos quais 13 deles não retornaram os dados e 66 os reenviaram. Estes revelaram que 40 municípios não possuem esse profissional e que 26 municípios têm o profissional psicopedagogo atuando na rede pública municipal na área da educação, variando de 1 a 3 psicopedagogos atuando em cada município, totalizando 36 psicopedagogos.

Diante dos dados por estado, somam-se 738 psicopedagogos atuantes no cargo no setor educacional na rede pública em 451 municípios. Em contraposição, totalizam-se 528 municípios que não têm o profissional psicopedagogo atuando no

cargo na rede de ensino nos estados brasileiros. Ressalta-se que, dos 1.537 municípios contatados, 558 não retornaram os dados da pesquisa.

A coleta de dados ocorreu mediante questionário, o qual foi respondido por psicopedagogos atuantes nas redes municipais de educação e encaminhado via e-mail, no período compreendido entre 2017 e 2019.

Para a análise e quantificação dos dados coletados de amplitude nacional, o Quadro 2 apresenta um panorama do número de municípios por estado brasileiro que possui psicopedagogos atuando no cargo específico.

Quadro 2 – Estados brasileiros, municípios e psicopedagogos

Estados	Número de municípios	Número de municípios que possuem psicopedagogos	Número de psicopedagogos atuantes nos municípios
Acre	22	1	2
Alagoas	102	14	17
Amapá	16	2	3
Amazonas	62	14	15
Bahia	417	89	149
Ceará	184	43	98
Espírito Santo	78	12	17
Goiás	246	39	62
Maranhão	217	20	36
Mato Grosso	141	19	30
Mato Grosso do Sul	79	26	36
Minas Gerais	853	27	32
Pará	144	14	17
Paraíba	223	20	25
Paraná	399	202	271
Pernambuco	185	20	17
Piauí	224	18	23
Rio de Janeiro	92	30	119
Rio Grande do Norte	167	26	124
Rondônia	52	12	
Roraima	15	3	6
Rio Grande do Sul	497	120	221
Santa Catarina	295	64	67
São Paulo	645	134	270
Sergipe	75	10	17
Tocantins	139	15	33
Total	5.570	994	2.106

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O Brasil possui 26 estados brasileiros e um Distrito Federal, os quais são compostos por 5.570 municípios. A pesquisa revela que 994 municípios brasileiros possuem psicopedagogos atuando na área da educação na rede pública municipal,

variando de 1 a 70 profissionais psicopedagogos por município no Brasil, totalizando 2.106 psicopedagogos atuando no cargo específico. Tal dado demonstra o crescimento de profissionais na área da Psicopedagogia e sinaliza a necessidade da formação e regulamentação do cargo em nível nacional.

A representatividade dos psicopedagogos participantes da pesquisa nos sete estados brasileiros selecionados como amostra é apresentada no Quadro 3. Para garantir a validade estatística desta pesquisa é importante destacar dois pontos que possibilitam que uma parte represente o todo de uma população pesquisada: 1) Os critérios de amostragem buscam variedade entre os pesquisados para garantir a representativa da população; nesse caso, há composição geográfica relevante, tamanho da população dos estados, número de alunos do ensino fundamental e médio e a diferença entre os Produtos Internos Brutos (PIBs) gerados por eles. 2) Os instrumentos de medida são consistentes, pois correspondem exatamente ao que se pretende pesquisar e mensurar (COOPER; SCHINDLER, 2003).

Quadro 3 – Representatividade total da amostra dos municípios e psicopedagogos participantes da pesquisa

Unidades da Federação	Número de municípios que possuem psicopedagogos	Número de psicopedagogos atuantes nos municípios
Acre	1	2
Espírito Santo	12	17
Mato Grosso do Sul	26	36
Paraná	202	271
Rio Grande do Sul	120	221
Rio Grande do Norte	26	124
Santa Catarina	64	67
Total da região de amostra	451	738
Brasil	994	2.106
Representatividade	46%	35%

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

A pesquisa revelou que, no Brasil, em 994 municípios existe o profissional psicopedagogo atuando no cargo na rede pública municipal de educação e, para a amostra selecionada para esta tese, que consiste em sete estados brasileiros dos quais 451 municípios possuem o psicopedagogo na rede, a amostra estabelecida conseguiu agregar 46% das cidades que contam com esse profissional.

De acordo com os dados, no Brasil atuam 2.106 psicopedagogos na rede pública municipal de educação e, para a amostra selecionada nesta pesquisa, contabilizaram-se os profissionais que atuam nos municípios dos sete estados

brasileiros, totalizando 738 psicopedagogos, os quais representam 35% do total de profissionais que exercem a função até o momento no Brasil.

4.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

O instrumento adotado nesta tese foi o questionário que, segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 86), é “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas”. Conforme os autores, a elaboração desse instrumento exige cuidado na seleção das questões e deve ser limitado em extensão, acompanhado por instruções bem definidas e notas explicativas.

Sobre a classificação das perguntas de um questionário, Marconi e Lakatos (2009, p. 89) afirmam que podem ser perguntas abertas, “chamadas de livres ou não limitadas, são as que permitem responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões”, e perguntas fechadas, que são “denominadas de limitadas ou de alternativas fixas, são aquelas em que o informante escolhe sua resposta entre duas opções”. Também pode conter perguntas de múltipla escolha, que “são perguntas fechadas, mas que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto”.

A pesquisa teve como instrumento um questionário (APÊNDICE A) que inicia com questões relacionadas aos dados de identificação de cada município. Logo em seguida, esse instrumento apresenta uma série ordenada de seis perguntas, com a finalidade de conhecer os municípios de sete estados brasileiros, que oferecem o serviço psicopedagógico, o vínculo empregatício dos profissionais que atuam no cargo de psicopedagogo, a área da formação inicial e especialização, a atuação do psicopedagogo com as equipes multiprofissionais, as necessidades e demandas que emergem no campo da Psicopedagogia.

No final do questionário há uma explicação sobre o que é um serviço psicopedagógico, dado este oriundo do pré-teste realizado com dez psicopedagogos. Conforme Marconi e Lakatos (2009, p. 88), o “questionário precisa ser testado antes de sua utilização definitiva, aplicando alguns exemplares em uma pequena população escolhida”. Assim, o questionário pré-teste teve o intuito de averiguar as possíveis falhas e a necessidade de reformular o questionário caso houvesse necessidade.

4.4 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Com relação aos procedimentos realizados nesta pesquisa, Minayo (2001) explica que é necessário escolher o espaço da pesquisa, estabelecer os critérios de amostragem, construir estratégias para pesquisa e definir os procedimentos para análise dos dados coletados. Desse modo, nesta tese, os procedimentos envolveram a escolha campo de pesquisa, elaboração e aplicação do instrumento questionário, descrição e análise dos dados.

Após a definição da tese, da problemática e dos objetivos que nortearam a presente pesquisa, foi elaborado o instrumento questionário, o qual foi testado sendo aplicado para dez profissionais que atuam no cargo de psicopedagogos na rede de ensino, com o intuito de averiguar a necessidade de possíveis ajustes nas perguntas realizadas.

O próximo passo da pesquisa foi encontrar os *e-mails* das secretarias municipais de educação ou prefeituras brasileiras. Não foi encontrado nenhum documento ou registro que apresentasse esse tipo de dado. Perante essa situação, foram acessados sites das prefeituras municipais com o objetivo de coletar os seguintes dados: nome do estado, município, identificação do(a) secretário(a) de Educação, telefone e *e-mail* de contato.

Durante os meses de dezembro de 2017 a abril de 2018, foram acessados os sites das 1.537 prefeituras municipais com objetivo de coletar informações das Secretarias Municipais de Educação. Constatou-se que 300 (19,5%) municípios apresentam sites com informações incompletas, estão desatualizados e com dados incorretos dificultando o contato inicial com os participantes da pesquisa. Diante desse cenário, foi necessário efetuar ligações para as prefeituras para obter o endereço de e-mail das secretarias municipais de educação ou dos psicopedagogos atuantes no setor educacional, para posterior envio do questionário aos participantes da pesquisa.

A coleta de informações necessárias para envio do questionário foi realizada durante 90 dias, perfazendo uma média de oito horas diárias, totalizando nessa primeira etapa da pesquisa 720 horas de trabalho.

Em seguida foi encaminhado via *e-mail* o questionário aos 1.537 municípios dos sete estados brasileiros, com uma nota explicando o objetivo da pesquisa de

doutoramento, de Caroline Elizabel Blaszkó, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Evelise Maria Labatut Portilho, vinculada à PUCPR.

Dos 1.537 municípios que compõem os sete estados brasileiros, totaliza-se: 260 municípios do Rio Grande do Sul forneceram os dados, isto é, 52,3% dos municípios do estado; 324 municípios do Paraná forneceram os dados totalizando 81,2% dos municípios; 176 municípios de Santa Catarina forneceram os dados totalizando 59,7% dos municípios desse estado; 14 municípios do Acre forneceram os dados sendo 63,6% dos municípios; 83 municípios do Rio Grande do Norte forneceram os dados totalizando 49,7% dos municípios; 56 municípios do estado do Espírito Santo retornaram os dados somando um total de 71,8% dos municípios do estado; e 66 municípios do Mato Grosso do Sul forneceram os dados totalizando 83,5% dos municípios.

Os dados coletados de cada município e estado foram tabulados detalhadamente na planilha Excel, com intuito de quantificar e analisar o panorama do serviço psicopedagógico realizado nas redes públicas municipais de educação dos sete estados brasileiros. Tais dados foram descritos, analisados e articulados com o aporte teórico de referência na área da Psicopedagogia.

5 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta o mapeamento do serviço psicopedagógico realizado nas redes públicas municipais de educação em sete estados brasileiros, contando com os três estados da Região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; o Espírito Santo, representando a Região Sudeste; Mato Grosso do Sul, da Região Centro-Oeste; Rio Grande do Norte, da Região Nordeste e Acre, da Região Norte. A descrição e análise dos resultados foram apresentadas a partir das perguntas do questionário, tendo como referência o objetivo desta tese que consiste em analisar os cenários e desafios do psicopedagogo nas redes públicas municipais de educação de sete estados brasileiros, procurando responder à seguinte problemática: Quem é o psicopedagogo atuante nas redes públicas municipais de educação de sete estados brasileiros?

Assim, na perspectiva de buscar o desvelamento dessa problemática e conhecer o panorama do serviço psicopedagógico oferecido nas redes públicas de educação dos sete estados brasileiros, realizou-se uma análise descritiva no sentido de demonstrar a importância do psicopedagogo e suas contribuições para a aprendizagem discente, bem como a necessidade de regulamentação da profissão no país.

5.1 SERVIÇO PSICOPEDAGÓGICO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

No campo da Psicopedagogia é necessário conhecer o panorama dos municípios que oferecem o serviço psicopedagógico na rede pública municipal de educação; sendo assim, a primeira pergunta do questionário descrita é: No seu município é oferecido o serviço psicopedagógico? A pergunta contempla duas alternativas: Sim e Não. As respostas foram contabilizadas e analisadas e os dados são apresentados no Quadro 4, que demonstra um panorama do número de municípios que possuem o psicopedagogo atuando na rede de ensino.

5.1.1 Panorama dos municípios que oferecem serviço psicopedagógico na rede pública municipal de educação

O Quadro 4 demonstra o total de estados abordados pela pesquisa, o número de municípios por cada estado e a quantidade dos que possuem o psicopedagogo atuando no setor educacional da rede municipal.

Quadro 4 – Panorama do número de municípios que oferecem o serviço psicopedagógico

Panorama do Serviço Psicopedagógico nos sete estados brasileiros		
Estados	Número de municípios	Número de municípios que possuem psicopedagogo
Rio Grande do Sul	497	120
Paraná	399	202
Santa Catarina	295	64
Acre	22	1
Rio Grande do Norte	167	26
Espírito Santo	78	12
Mato Grosso do Sul	79	26
TOTAL	1.537	451

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O estado do Rio Grande do Sul é composto por 497 municípios, dos quais 120 municípios têm o profissional psicopedagogo atuando no setor educacional da rede pública municipal. Os dados revelam que, nos municípios do estado do Rio Grande do Sul, existe uma variação de número de profissionais atuando por município. Desse modo, foi agrupado o número total de municípios que apresenta um número específico de psicopedagogos atuando na rede, dado apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do estado do Rio Grande do Sul

Situação	Número de municípios	Percentual	Municípios Consultados (MC)	Percentual de MC
Não responderam (NR)	237	47,7		
Não tem (NT)	140	28,2	140	53,8
1	78	15,7	78	30,0
2	21	4,2	21	8,1
3	6	1,2	6	2,3
4	5	1,0	5	1,9
5	3	0,6	3	1,2
6	4	0,8	4	1,5
7	2	0,4	2	0,8
10	1	0,2	1	0,4
Total	497	100	260	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Na Tabela 1 evidencia que do total dos municípios consultados, em 78 (30,0%) municípios, somente 1 psicopedagogo atua por município atendendo as demandas do setor educacional local; em outros 21 (8,1%) municípios, atuam em cada um deles 2 psicopedagogos no setor de ensino; em 6 (2,3%) municípios atuam 3 psicopedagogos em cada rede municipal; em 5 (1,9%) municípios atuam 4 psicopedagogos em cada um dos municípios; em 3 (1,2%) municípios atuam 5 psicopedagogos em cada rede pública municipal; em 4 (1,5%) municípios, atuam em cada um deles 6 psicopedagogos; em 2 (0,8) municípios atuam 7 psicopedagogos em cada rede municipal; e em 1 (0,4%) município atuam 10 psicopedagogos no cargo na rede pública municipal.

De acordo com os dados apresentados observa-se que em 30% dos municípios tem apenas um psicopedagogo para atender as demandas do setor educacional, o que sinaliza que há uma sobrecarga de trabalho para este profissional e que pode comprometer a qualidade do serviço desenvolvido.

No estado do Rio Grande do Sul, no setor educacional da rede pública municipal atuam 221 psicopedagogos no cargo, dos quais 220 (99,5%) são do gênero feminino e somente 1 (0,5%) psicopedagogo é do gênero masculino.

Os dados demonstram que a maior predominância de profissionais ocupando o cargo de psicopedagogo no Rio Grande do Sul é do gênero feminino, sendo a maioria no campo educacional nesta área.

Do total de municípios que compõem o estado do Rio Grande do Sul, 237 (47,7%) municípios não responderam (NR) ao questionário da pesquisa como percebe-se na Tabela 1. Outros 140 (28,2) municípios responderam ao questionário, trazendo o dado que não tem (NT) o profissional psicopedagogo atuando no cargo na rede pública municipal de educação.

A Tabela 2 relata a realidade da atuação do psicopedagogo no Paraná que é formado por 399 municípios, dos quais 202 deles possuem o profissional psicopedagogo atuando no setor educacional da rede pública municipal.

Tabela 2 - Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do Paraná

Situação	Número de municípios	Percentual	Municípios Consultados (MC)	Percentual de MC
NR	75	18,8		
NT	122	30,6	122	37,7
1	157	39,3	157	48,5
2	30	7,5	30	9,3
3	10	2,5	10	3,1
4	2	0,5	2	0,6
5	2	0,5	2	0,6
6	1	0,3	1	0,3
Total	399	100	324	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Com relação aos municípios consultados, a Tabela 2 traz o número de psicopedagogos atuantes em cada município do estado do Paraná, sendo que: em 157 (48,5%) municípios atua somente 1 psicopedagogo em cada rede municipal; em 30 (9,3%) municípios atuam 2 psicopedagogos em cada município; em 10 (3,1%) municípios existem 3 psicopedagogos atuando em cada rede municipal; em 2 (0,6%) municípios atuam 4 psicopedagogos em cada município; em 2 (0,6%) municípios atuam 5 psicopedagogos em cada rede municipal; e em 1 (0,3%) município atuam 6 psicopedagogos.

Conforme os dados, constata-se que em 39,3% dos municípios do estado do Paraná possuem um número reduzido de psicopedagogos atuantes na área educacional, indicando carência de profissionais, visto que, em cada município existem várias instituições de ensino com demandas diferenciadas para serviço psicopedagógico.

No estado do Paraná, no setor educacional da rede pública municipal atuam 271 profissionais psicopedagogos, dos quais 270 (99,6%) são do gênero feminino e

somente 1 (0,4%) é do gênero masculino. Observa-se que assim como no Rio Grande do Sul, no estado do Paraná também predomina maior número de profissionais do gênero feminino atuando no cargo de psicopedagogo.

Na Tabela 2, do total de municípios que integram o estado do Paraná, pode-se observar que, 75 (18,8%) não responderam (NR) ao questionário da pesquisa. Já outros 122 (30,6) responderam ao questionário trazendo o dado que não tem (NT) o psicopedagogo atuante na função na rede de ensino.

O estado de Santa Catarina é constituído por 295 municípios, dos quais 64 municípios tem o profissional psicopedagogo atuando no cargo específico na área educacional conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 – Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do estado de Santa Catarina

Situação	Número de municípios	Percentual	Municípios Consultados (MC)	Percentual de MC
NR	119	40,3		
NT	112	41,4	112	63,3
1	55	15,3	55	31,3
2	7	2,4	7	4,0
3	1	0,3	1	0,6
5	1	0,3	1	0,6
Total	295	100	176	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Do total de municípios que constituem o estado de Santa Catarina, a Tabela 3 apresenta o panorama do número de psicopedagogos atuantes em cada município do respectivo estado: em 55 (15,3%) dos municípios atua 1 psicopedagogo em cada rede municipal; em 7 (2,4%) dos municípios atuam 2 psicopedagogos em cada um deles; em 1 (0,3) dos municípios há 3 psicopedagogos atuando no setor educacional; e em 1 município (0,3) existem 5 psicopedagogos atuantes.

A realidade do estado de Santa Catarina não difere dos demais estados como por exemplo Rio Grande do Sul e Paraná, o qual demonstra a existência de um número reduzido de psicopedagogos atuantes em cada município e indica a necessidade de contratação de mais profissionais.

No estado de Santa Catarina, no setor educacional da rede pública municipal atuam 67 profissionais psicopedagogos, dos quais 64 (95,5%) psicopedagogos são do gênero feminino e 3 (4,5%) psicopedagogos são do gênero masculino.

Constata-se que nos três estados da Região Sul do Brasil a predominância do gênero feminino atuando no cargo de psicopedagogo, no entanto percebe-se que na rede pública municipal do estado de Santa Catarina apresenta um percentual maior de profissionais do gênero masculino ocupando o cargo.

Como demonstra a Tabela 3, do estado de Santa Catarina 119 (40,3%) municípios não responderam (NR) ao questionário da pesquisa, impossibilitando obter os dados com relação a possíveis profissionais atuando na rede pública municipal de educação. E outros 112 (41,4%) municípios responderam ao questionário indicando que não tem o profissional até o momento atuando no setor educacional no município.

Em seguida, na Tabela 4, apresenta-se o panorama do número de profissionais psicopedagogos atuando em cada município do estado do Acre.

Tabela 4 – Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do Acre

Situação	Número de municípios	Percentual	Municípios Consultados (MC)		Percentual de MC
NR	8	36,4			
NT	13	59,1	13		92,9
2	1	4,5	1		7,1
Total	22	100	14		100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O estado do Acre é formado por 22 municípios, dos quais 1 (7,1%) deles tem o profissional psicopedagogo atuando na rede pública municipal. Neste atuam 2 psicopedagogos que são do gênero masculino.

O perfil do profissional psicopedagogo atuante no estado do Acre, diferencia-se dos demais estados, visto que 100% dos profissionais são do gênero masculino. Os dados revelam que no Acre o gênero masculino está ocupando espaço na área da Psicopedagogia, visto que em alguns estados prevalece a ocupação do cargo pelo gênero feminino.

Percebe-se, a partir da Tabela 4, que do total do número de municípios que compõem o estado do Acre, 8 (36,4%) não responderam (NR) ao questionário da pesquisa. E em outros 13 (59,1%) não tem (NT) o profissional psicopedagogo atuando no cargo no setor educacional da rede pública municipal.

Sobre o número de municípios consultados do Acre, os dados apresentam um cenário preocupante, visto que, 92,9% dos municípios não possuem o

psicopedagogo atuando no cargo na rede pública municipal de educação. Este dado também indica a necessidade de ações dos representantes da Psicopedagogia para fortalecer e dar visibilidade a importância e atuação do psicopedagogo a nível municipal e estadual.

A seguir, na Tabela 5, apresenta-se o panorama do número de profissionais psicopedagogos atuando em cada município do estado do Rio Grande do Norte, o qual é formado por 167 municípios, dos quais 26 deles têm o profissional psicopedagogo atuando na rede pública municipal.

Tabela 5 – Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do Rio Grande do Norte

Situação	Número de municípios	Percentual	Municípios Consultados (MC)	Percentual de MC
NR	84	50,3		
NT	57	34,1	57	68,7
1	15	9,0	15	18,1
2	3	1,8	3	3,6
3	3	1,8	3	3,6
4	1	0,6	1	1,2
5	2	1,2	2	2,4
70	1	0,6	1	1,2
10	1	0,6	1	1,2
Total	167	100	83	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

De acordo com o total de municípios consultados do estado do Rio Grande do Norte, o número de psicopedagogos atuantes em cada município na rede pública municipal do respectivo estado varia, sendo que: em 15 (18,1%) municípios atua 1 psicopedagogo em cada rede municipal; em 3 (3,6%) municípios atuam 2 profissionais psicopedagogos em cada um deles; em 3 (3,6%) municípios atuam 3 psicopedagogos em cada rede municipal; em 1 (1,2%) dos municípios há 4 psicopedagogos atuando; em 2 (2,4%) municípios atuam 5 psicopedagogos em cada rede municipal; em 1 (1,2%) dos municípios atuam 70 psicopedagogos na rede pública municipal; e em 1 (1,2%) município atuam 10 psicopedagogos no cargo na rede de ensino.

A pesquisa revela que em um dos municípios do Rio Grande do Norte há uma quantidade superior de profissionais psicopedagogos atuando na rede municipal de educação, sendo contratado para cada sala de atendimento educacional especializado (AEE) um psicopedagogo para atuar em parceria com professor da

respectiva sala. Fato que demonstra reconhecimento da importância do psicopedagogo na área educacional e no atendimento educacional especializado. Conforme percebe-se no relato da psicopedagoga A315 “*Atuo na sala de AEE em parceria com a professora, desenvolvo serviço psicopedagógico visando atender melhor os alunos, o atendimento é frequente e os alunos evoluem muito*”.

No setor educacional da rede pública municipal do estado do Rio Grande do Norte atuam 124 profissionais psicopedagogos, dos quais 120 (96,8%) psicopedagogos são do gênero feminino e outros 4 (3,2%) psicopedagogos são do gênero masculino.

Na Tabela 5, constata-se que do total dos municípios do estado do Rio Grande do Norte, 84 (50,3%) não responderam (NR) ao questionário impossibilitando assim de obter os dados com relação ao serviço psicopedagógico nesses municípios. Outros 57 (34,1%) responderam ao questionário e revelaram que não tem (NT) no município até o momento o profissional psicopedagogo atuando na rede pública municipal no setor educacional.

Por conseguinte, apresenta-se o panorama do número de psicopedagogos que atuam no Espírito Santo, estado que é formado por 78 municípios em que 12 deles têm o profissional psicopedagogo atuando no setor educacional (TABELA 6).

Tabela 6 – Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do Espírito Santo

Situação	Número de municípios	Percentual	Municípios Consultados (MC)	Percentual de MC
NR	22	28,2		
NT	44	56,4	44	78,6
1	7	9,0	7	12,5
2	5	6,4	5	8,9
Total	78	100	56	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Segundo os dados da pesquisa e de acordo com o número de municípios consultados, o número de psicopedagogos atuantes em cada município na rede pública municipal do estado do Espírito Santo é o seguinte: em 7 (12,5%) municípios atua 1 psicopedagogo; em 5 (8,9%) municípios atuam 2 profissionais psicopedagogos.

Na rede pública municipal de educação do estado do Espírito Santo atuam 17 profissionais psicopedagogos, sendo todos, ou seja, 100%, do gênero feminino.

Constata-se, a partir dos dados da Tabela 6, que de acordo com o total de municípios que integram o estado do Espírito Santo 22 (28,2%) municípios não responderam (NR) ao questionário da pesquisa impossibilitando demonstrar quanto à existência do serviço psicopedagógico na rede pública municipal de educação nesses municípios. Outros 44 (56,4%) municípios responderam ao questionário e revelaram que não tem até o momento o profissional psicopedagogo atuando na rede de ensino a nível municipal.

A Tabela 7, traz os dados do número de psicopedagogos atuantes no estado do Mato Grosso do Sul, o qual é composto por 79 municípios, dos quais 26 têm o profissional psicopedagogo atuando na educação.

Tabela 7 – Panorama do número de psicopedagogos atuando nos municípios do Mato Grosso do Sul

Situação	Número de municípios	Percentual	Municípios Consultados (MC)	Percentual de MC
NR	13	16,5		
NT	40	50,6	40	60,6
1	19	24,1	19	28,8
2	4	5,1	4	6,1
3	3	3,8	3	4,5
Total	79	100	66	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Conforme os dados dos municípios consultados, o número de psicopedagogos atuantes em cada município na rede pública municipal do estado do Mato Grosso do Sul é díspar, sendo que: em 19 (28,8%) municípios atua 1 psicopedagogo em cada rede municipal; em 4 (6,1%) municípios atuam 2 profissionais psicopedagogos em cada um deles; e em 3 (4,5%) municípios atuam 3 psicopedagogos em cada um deles no cargo de psicopedagogo.

No setor educacional da rede pública municipal do estado do Mato Grosso do Sul atuam 36 profissionais psicopedagogos, dos quais 35 (97,2%) são do gênero feminino e somente 1 (2,8%) psicopedagogo é do gênero masculino.

Na Tabela 7, constata-se que, do total de municípios que compõem o estado do Mato Grosso do Sul, totalizam-se 13 (16,5%) municípios que não responderam (NR) ao questionário; outros 40 (50,6%) responderam ao questionário e revelaram que não tem (NT) o profissional psicopedagogo atuando na rede pública municipal de educação até o momento.

Diante dos dados apresentados contabiliza-se um total de 451 municípios dos sete estados brasileiros que oferecem serviço psicopedagógico na rede pública municipal de educação. Tais dados evidenciam a realidade mencionada por Bock *et al.* (2001) que afirma que o trabalho do psicopedagogo já é reconhecido e legitimado no cenário brasileiro.

Atuam na rede pública municipal de educação em sete estados brasileiros 738 psicopedagogos, dos quais 726 (98,4%) são do gênero feminino e 12 (1,6 %) profissionais são do gênero masculino.

A pesquisa revela que o número de psicopedagogos exercendo o cargo na rede pública municipal dos sete estados brasileiros varia entre 1 a 70 psicopedagogos por cada município. Observa-se que o nível de variação de profissionais psicopedagogos contratados para atuar em cada município está relacionado à dimensão do município, as demandas de atendimento psicopedagógico da população local, à disponibilidade de recursos financeiros para a contratação de novos funcionários e também tem relação com as propostas e objetivos das gestões políticas e educacionais de cada município.

A partir dos dados evidencia-se que os municípios que possuem maior número de psicopedagogos qualificados atuantes no cargo na rede pública municipal de educação contribuem para a ampliação do número de atendimento dos alunos e, conseqüentemente, podem ajudar a diminuir o tempo de espera. Como constata-se no relato da psicopedagoga A30 *“Se no município for concursado/contratado maior número de psicopedagogos com formação consistente e que sejam comprometidos com o serviço psicopedagógico, atenderam maior número de alunos e diminuirá o tempo de espera de atendimento”*.

É importante que os alunos encaminhados ao serviço psicopedagógico sejam prontamente atendidos, para que a aprendizagem dos educandos não seja comprometida devido à falta de estimulação e atendimento no período adequado de desenvolvimento. Nesse enfoque, Barbosa (2001, p. 34) explica que o fracasso conduz à fugacidade da experiência da aprendizagem e à inibição, sendo que *“as funções envolvidas no processo não se desenvolvem, e o repertório para enfrentar novas situações de aprendizagem diminui”*.

A pesquisa revela que os municípios que possuem um número reduzido de psicopedagogos atuando no cargo enfrentam algumas dificuldades, como o excesso de encaminhamentos, a falta de tempo para atender todos os casos encaminhados

e a dificuldade de acompanhar os discentes no contexto escolar. Como demonstra o relato da Psicopedagoga A312 *“Aqui sou única psicopedagoga para atender as demandas do município todo, existe uma fila de espera para atendimento psicopedagógico, falta tempo para atender todos os casos e para fazer acompanhamento dos alunos nas escolas”*.

Em virtude dos municípios que têm um número reduzido de psicopedagogos para atender a população em fase de escolarização, evidencia-se que o serviço psicopedagógico é realizado quinzenalmente ou mensalmente, com o intuito de atender o maior número de alunos de diversas escolas. Como confirma-se no relato da psicopedagoga A72 *“Sou só eu de psicopedagoga atuando na rede de ensino, existe a exigência que é preciso atender o maior número de alunos, desta forma marcamos os atendimentos a cada quinze dias e realizamos a avaliação do aluno e encaminhamentos somente”*.

No entanto, os psicopedagogos indicam a preocupação e o desejo de atender todos os discentes; porém, demonstram que nem sempre é possível realizar todos os atendimentos em razão da falta de tempo e espaço na agenda.

No Brasil, existe um grande número de alunos que frequentam a educação básica na rede pública municipal e que apresentam dificuldades e limitações de aprendizagem, fato demonstrado pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) em 2018, revelando que o desempenho médio dos estudantes brasileiros caiu e estagnou nas áreas da leitura, matemática e ciências.

Com relação ao baixo desempenho escolar dos alunos, Siqueira e Giannetti (2011) afirmam que, ao longo do processo de escolarização, vem aumentando consideravelmente o número de crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem. Isso denota a importância e a necessidade de atuação do psicopedagogo na rede pública municipal para realizar as intervenções necessárias visando a melhoria da aprendizagem dos alunos.

No contexto escolar, alguns alunos podem apresentar limitações e dificuldades de aprendizagem, fato que justifica o aumento da procura pelo serviço psicopedagógico nas redes públicas municipais, sobretudo no que diz respeito às dificuldades de leitura, escrita e cálculos e entre outros. Considerando que o objeto de estudo da Psicopedagogia é a aprendizagem e o sujeito cognoscente, é evidente a necessidade de contratação de novos profissionais psicopedagogos, os quais têm como premissa compreender e analisar os aspectos que estejam afetando a

aprendizagem e “intervir nas práticas e relações que estão presentes no interior da escola” (RUBINSTEIN; CASTANHO; NOFFS, 2004, p. 227).

Assim, evidencia-se a necessidade de contratação de maior número de psicopedagogos para atender as demandas locais de cada município, reforçando a importância de os municípios realizarem concursos para o cargo de psicopedagogo. Também indica a necessidade de reconhecimento e regulamentação da profissão, e da aprovação do Projeto de Lei 31/2010, que contribuirá para o fortalecimento da identidade profissional e do campo da Psicopedagogia no Brasil (BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL, 2010).

5.1.2 Vínculos empregatícios dos psicopedagogos atuantes em sete estados brasileiros

Para conhecer quem é o psicopedagogo atuante na rede pública municipal de educação dos sete estados brasileiros faz necessário investigar os vínculos empregatícios dos respectivos profissionais e aprofundar as discussões sob a perspectiva dos referenciais teóricos na área. Deste modo, a segunda pergunta do questionário, foi criada com a pretensão de obter os dados sobre os vínculos de emprego dos psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação.

Os dados revelam que nos sete estados brasileiros, totalizam-se 451 municípios que oferecem o serviço psicopedagógico, sendo desenvolvido por 738 psicopedagogos que apresentam vínculos empregatícios diferenciados, os quais são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 – Vínculos empregatícios dos psicopedagogos

Estados	Concursados como psicopedagogos	Contrato como psicopedagogo	Concursado para outro cargo e designado à função	Outros
Rio Grande do Sul	61	34	109	17
Paraná	26	11	225	9
Santa Catarina	19	12	32	4
Acre	0	0	2	0
Rio Grande do Norte	10	3	108	3
Espírito Santo	3	1	13	0
Mato Grosso do Sul	8	0	28	0
Total	127	61	517	33

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Após a análise das respostas advindas da questão dois, surgiram categorias que representam os vínculos empregatícios dos psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação dos sete estados brasileiros, sendo: a) contratados para a função específica de psicopedagogo; b) concursados no cargo de psicopedagogo; c) concursados para outros cargos e designados a função de psicopedagogo; d) contratados via cargo de confiança; e) trabalho voluntário e entre outros.

Com relação aos vínculos empregatícios dos psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação, a primeira categoria abordada é *concursados para outros cargos e designados a função de psicopedagogo*.

O maior índice de profissionais que exercem a profissão de psicopedagogo na rede pública municipal de educação são concursados para outros cargos como professor do ensino fundamental, professor da educação infantil, psicólogo, oficinairos, avaliador institucional, pedagogos e designados para atuar na função de psicopedagogo. O Quadro 5 demonstra que um total de 517 (70,1%) profissionais são concursados em outros cargos e designados a atuar como psicopedagogo na rede pública municipal de educação.

A pesquisa revela que um total de 80,1% que equivale a 414 profissionais foram concursados para outros cargos e designados a atuar na função de psicopedagogo, devido possuírem a formação em Psicopedagogia. E outros 19,9% que equivale a 103 profissionais são concursados em outros cargos e designados a assumir a função de psicopedagogo, mas não possuem graduação e/ou

especialização em Psicopedagogia que são os requisitos necessários para atuar no cargo de acordo com a ABPp.

Com relação aos profissionais que atuam no cargo de psicopedagogo e possuem formação em outras áreas diferentes da Psicopedagogia, estes não atendem os requisitos propostos pela ABPp (2013b) que afirma que, para atuar no cargo de psicopedagogo, é necessário possuir graduação e/ou especialização *lato sensu* em Psicopedagogia. Fato que indica a necessidade de revisão dos critérios para a contratação de psicopedagogos, os quais devem atender aos documentos vigentes, como o Código de Ética do Psicopedagogo, as Diretrizes de Formação de Psicopedagogos no Brasil e os Parâmetros Nacionais para Elaboração dos Concursos Públicos.

O estado do Paraná tem o maior índice de profissionais concursados em outros cargos e designados para atuar na função de psicopedagogo na rede pública municipal de educação, totalizando-se 225 profissionais. Dos quais, 172 são concursados como professores da educação infantil e ensino fundamental e designados para atuar na função de psicopedagogos devido à formação em Psicopedagogia ou Educação Especial. Ressalta-se que os concursos realizados para o cargo de professor exigem formação distinta da Psicopedagogia, conforme constata-se no edital nº 01/2019 que propõem como requisitos básicos obter “Formação em nível médio na modalidade Normal (Magistério), acrescido de graduação, curso em nível superior com licenciatura plena, ou, formação em nível superior, curso de graduação plena em Pedagogia ou Curso Normal Superior” (TEIXEIRA SOARES, 2019).

Outros 47 profissionais atuantes na rede municipal Paranaense foram concursados para o cargo de pedagogo e designados para atuar na função de psicopedagogo, exercendo muitas vezes ambas as funções de acordo com as demandas. Nesse enfoque, Leonel e Rossi (2010) destacam que devido a carência de funcionários, muitas vezes o pedagogo precisa assumir cargos e funções, que geram o acúmulo de tarefas e dificultam a realização de suas atribuições.

No Paraná há um total de 6 profissionais que são concursados para o cargo de psicólogo e designados para atuar como psicopedagogos devido à formação na área da Psicopedagogia, muitas vezes atuam em ambos os cargos, ou seja, como psicólogo e psicopedagogo. Como relata a profissional A75 “*aqui devido a contenção de gastos, a gestão exige que atue na função de psicóloga e*

psicopedagoga, digo que é difícil atender todas os casos encaminhados e realizar as intervenções psicopedagógicas necessárias para que a aluno evolua”.

Argumenta-se a partir do relato da psicopedagoga A75 que os profissionais que acumulam cargos podem encontrar dificuldades para desempenhar as funções e atribuições de cada função, visto que existe uma demanda de atendimento para serviço psicopedagógico e psicológico, que exige planejamento, tempo, disponibilidade para atender e intervir de acordo com as necessidades de cada caso.

Em segundo lugar está o estado do Rio Grande do Sul, no qual um total de 109 profissionais são concursados em outros cargos e designados a atuar na função de psicopedagogo, em virtude da sua formação em Psicopedagogia. Do montante total, 105 são concursados como professores do ensino fundamental, mas foram designados para atuar no cargo de psicopedagogos em razão da formação. Outros 2 dos profissionais são concursados para o cargo de supervisor e orientador educacional, mas que, devido à formação na área da Psicopedagogia, exercem a dupla função atuando nos cargos de pedagogo e psicopedagogo.

A pesquisa revela que muitos dos profissionais designados ao cargo de psicopedagogo atuam 20 horas como psicopedagogos e 20 horas como professores para evitar prejuízos na progressão profissional estabelecida pelo plano de cargos e salários municipais. Como constata-se no relato da psicopedagoga A63 *“Sou concursada 40 horas como professora, fui designada a atuar como psicopedagoga, mas continuo trabalhando 20 horas como professora, para ter direito a avanço profissional e direito de contar o tempo de serviço para a aposentadoria”.*

Conforme os dados, observa-se que os profissionais que são designados para atuar na função de psicopedagogo podem ser prejudicados em relação a progressão funcional por falta de concurso específico para psicopedagogo e de um plano de cargos e carreiras.

Outros 4 dos profissionais atuantes na rede pública municipal do Rio Grande do Sul foram concursados para os cargos de oficinairos, reeducador pedagógico ou apoiador pedagógico, e designados a atuar como psicopedagogos, realizando atendimentos aos alunos com dificuldades de aprendizagem, prestando serviço psicopedagógico de forma individual e coletiva ao aprendiz em processo de escolarização.

Constata-se que na rede pública municipal do estado do Rio Grande do Sul existe um grande índice de profissionais em desvio de função, ou seja, são contratados para um cargo específico e designados a outro. Fato que preocupa, visto que, esta forma de vínculo empregatício fragiliza o atendimento psicopedagógico e também o crescimento do número de profissionais concursados no cargo de psicopedagogo.

Em terceiro lugar está o estado do Rio Grande do Norte, que tem 108 profissionais psicopedagogos que são concursados para outros cargos e designados para a função de psicopedagogo. Dentre estes, 104 dos profissionais são concursados como professor e designados para atuar no cargo de psicopedagogo devido à formação na área da Psicopedagogia. E outros 4 profissionais são concursados para o cargo de pedagogo e designados para atuar na função de psicopedagogo, exercendo dupla função, ou seja, de pedagogo e psicopedagogo, de acordo com a disponibilidade e a exigência da gestão de cada município.

Santa Catarina é o quarto estado com maior número de profissionais que foram concursados em outros cargos como professor do ensino regular, pedagogo e psicólogo e designados para atuar no cargo de psicopedagogo, totalizando 32 profissionais. Do total, 20 profissionais são concursados no cargo de professor do ensino regular e designados a atuar na função de psicopedagogo devido à formação em Psicopedagogia ou áreas afins; outros 8 profissionais são concursados no cargo de pedagogo e designados para atuar como psicopedagogo e, de acordo com as necessidades locais, muitas vezes exercem dupla função, ou seja, de psicopedagogo e pedagogo; E 4 profissionais são concursados para o cargo de psicólogo e são designados a atuar como psicopedagogos devido à formação na área da Psicopedagogia.

Os resultados indicam que os municípios que possuem profissionais concursados em outras áreas, como o professor, pedagogo, coordenador, psicólogo, entre outros que são designados a atuar no cargo de psicopedagogo, estão sujeitos a sofrer processos administrativos devido à disfunção de cargo. Essa informação reforça a necessidade dos municípios de criarem concursos e processos seletivos específicos para a contratação do psicopedagogo.

Constata-se que na rede pública municipal de educação é recorrente profissionais acumularem funções, o qual ocorre “quando o trabalhador, além de exercer a função para a qual foi contratado, passa a exercer, concomitantemente,

outras de diferentes cargos” (FONTANELLA *et al.*, 2017, p. 8). Os dados demonstram que muitos profissionais foram contratados para um cargo e designados para atuar como psicopedagogo, e em algumas situações acumulam funções, fato esse que pode contribuir para a precarização do serviço psicopedagógico na rede pública municipal.

A pesquisa evidencia que existem três fatores que contribuem para o acúmulo de funções, sendo: 1º - falta de concursos públicos para o cargo de psicopedagogo; 2º - escassez de profissionais para atender as demandas provenientes do setor educacional; 3º - necessidade de contenção de gastos na rede pública municipal impossibilitando a contratação de novos profissionais. Fato constatado no relato dos profissionais, a psicopedagoga A35 afirma “*Exerço dupla função, sou psicóloga e passei atuar como psicopedagoga, visto que não tem este profissional ainda concursado e as demandas pelo serviço psicopedagógico são muitas*” e a psicopedagoga A310 menciona “*Aqui no nosso município devido à necessidade de conter gastos, não são contratados mais profissionais e a gestão para amenizar as demandas indica que profissionais assumam outros cargos*”.

Os estados com menor número de psicopedagogos concursados para outros cargos e designados a função de psicopedagogos é Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Acre. Sendo que no estado do Mato Grosso do Sul, tem-se um total de 28 dos profissionais concursados para o cargo de professor do ensino fundamental e designados para atuar no cargo de psicopedagogo. O estado do Espírito Santo possui 13 profissionais, dos quais 12 foram concursados para o cargo de professor do ensino fundamental e designados ou readaptados para atuar no cargo de psicopedagogo, devido à formação, ou seja, por possuírem especialização em Psicopedagogia. E 1 profissional é concursado como pedagogo e designado para atuar como psicopedagogo. No estado do Acre, os dois únicos psicopedagogos que atuam em uma rede municipal foram concursados como professores do ensino regular e designados para atuar no cargo de psicopedagogo, devido possuírem a formação específica na área da Psicopedagogia.

A pesquisa demonstra que os profissionais concursados em um cargo específico e designados a atuar na função de psicopedagogos, continuam sendo remunerados de acordo com o cargo do concurso. Como relata a psicopedagoga A70 “*fiz o concurso para professora, mas fui designada pela gestão para atuar no*

cargo de psicopedagoga, aumentaram as atribuições e responsabilidades, mas continuo sendo remunerada como professor”.

Importante destacar, que o profissional atuante no cargo de psicopedagogo precisa ser remunerado de acordo com a função desempenhada na área da educação. Buscando estabelecer uma base salarial para o cargo de psicopedagogo, a equipe do Portal Salário (2019) realizou uma pesquisa a dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) abrangendo um total de 346 salários, sendo que para uma jornada de 33 horas semanais, o salário fica entre R\$ 2.275,58 (média do piso salarial 2020 de acordos, convenções coletivas e dissídios), R\$ 2.350,00 (salário mediana da pesquisa) e o teto salarial de R\$ 5.513,98.

Os dados revelam um número reduzido de psicopedagogos atuando na rede pública municipal de educação no estado do Acre, fato que pode ser justificado pela falta de conhecimento das instâncias políticas e de gestão local sobre quem é o profissional psicopedagogo e sua importância para a educação. Em treze municípios do estado do Acre não tem o psicopedagogo atuando nesta função na rede pública municipal, e buscando entender os motivos, reporta-se ao relato do secretário do município 12 do estado do Acre, o qual questiona, *“mas o que é psicopedagogo? Não sabemos. No estado aqui, é oferecido cursos de Psicopedagogia que formam profissionais, que recebem o título, mas nem eles sabem qual a sua função e as áreas em que podem atuar”.*

A partir do relato supracitado constata-se que alguns cursos de especialização em Psicopedagogia podem apresentar fragilidades que repercutem na formação dos profissionais e no desenvolvimento do serviço psicopedagógico. Dentre as fragilidades mais citadas está: a falta de esclarecimentos sobre a formação e atuação profissional; a falta de articulação entre teoria e prática; a ausência de estágios supervisionados e a fragmentação dos conhecimentos do âmbito institucional e clínico.

É importante destacar que os cursos de formação em Psicopedagogia a níveis de graduação ou pós-graduação devem ser oferecidos por instituições credenciadas pelo MEC, e atender os requisitos propostos pelo documento diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil. O referido documento foi atualizado em 2019 e propõe indicadores para a construção das matrizes dos cursos de formação em Psicopedagogia nos níveis de graduação e pós-graduação, sendo apresentados

alguns como: flexibilidade curricular, ou seja, a matriz curricular deve abranger os conhecimentos específicos da Psicopedagogia e prever também os conhecimentos necessários ao contexto regional, abranger a interdisciplinaridade/multidisciplinar/transdisciplinaridade, contemplar a intervenção psicopedagógica com atuação supervisionada do psicopedagogo, totalizando para o curso Lato Sensu a carga horária mínima de 450 horas e para o curso de graduação mínimo de 3200 horas (ABPp, 2019c).

Ainda conforme a ABPp (2019c) sugere-se que a carga horária dos cursos *Lato Sensu* seja distribuída contemplando mínimo de 360 horas de conhecimentos científicos com referências teórico-práticas dentro da área de conhecimento e no mínimo 90 horas de atividades de intervenção, ou seja, atuação psicopedagógica supervisionada.

A pesquisa indica também a necessidade das instituições superiores, dos pesquisadores e dos órgãos representativos da Psicopedagogia de estabelecer aproximações e ações com todos os municípios da rede pública municipal, com o intuito de informar e esclarecer aspectos sobre a formação profissional do psicopedagogo, suas atribuições e sua importância para a aprendizagem do educando.

Perante os dados, é perceptível a necessidade de investir na formação e contratação de profissionais psicopedagogos para atender as demandas que emergem do setor educacional.

A segunda categoria é *concursados no cargo de psicopedagogo*, vínculo que se refere aos profissionais que realizaram concursos específico para atuar no cargo de psicopedagogo.

Com relação ao contingente total de profissionais concursados no cargo de psicopedagogo nos sete estados brasileiros, o Quadro 5 demonstra que o estado do Rio Grande do Sul tem o maior número de psicopedagogos concursados na rede pública municipal, sendo 61 profissionais, o que corresponde a 27,6% do total de psicopedagogos que atuam no estado. Os concursos foram realizados por iniciativa própria dos municípios, como percebe-se no relato da psicopedagoga A22 “*Neste município sou concursada no cargo de psicopedagogo, o concurso foi realizado por iniciativa própria da prefeitura e dos representantes políticos, foi uma conquista para nos psicopedagogos aqui atuantes*”.

Como observado, os municípios têm autonomia para criar vagas e realizar concursos de acordo com as necessidades locais, pois segundo Aguiar (1993, p. 41) a autonomia municipal é assegurada pela Constituição da República, sendo que cada município pode “auto-organizar-se politicamente, através de lei própria, de auto-governar-se, sobre assuntos de interesse local e de auto-administrar-se, gerindo seus próprios negócios e dispondo livremente sobre eles, respeitando o sistema constitucional”.

Nos municípios que houve o concurso público para o cargo de psicopedagogo, ocorreram algumas etapas, compreendendo a elaboração de projetos pelos gestores educacionais ou vereadores, solicitando a vaga de psicopedagogo em concurso público, seguido de justificativa da necessidade deste profissional para atender as demandas dos educandos em processo de escolarização. Posteriormente, os projetos foram encaminhados para votação na câmara de vereadores, sendo que após aprovado foi enviado para que o prefeito autorizasse a realização do concurso mediante trâmites legais. Como constata-se no relato da psicopedagoga A67 atuante no Rio Grande do Sul “*a necessidade da realização de um projeto a nível municipal solicitando um número específico de vagas de psicopedagogo, o qual precisa ser aprovado pelos representantes políticos locais, como vereadores e prefeitos*”.

Em alguns municípios do estado do Rio Grande do Sul, para a criação do cargo via concurso público, foram realizados estudos com a Cooperativa Agroindustrial (C.VALE) e assessoria com uma profissional da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), visando realizar o concurso de acordo com os trâmites legais. Deste modo, a assessoria de instituições e profissionais especializados na área da Psicopedagogia podem contribuir para o estabelecimento de critérios, de requisitos necessários como formação, experiência profissional e as atribuições ao candidato à vaga de psicopedagogo.

Importante destacar que a ABPp a partir do levantamento de concurso na área da Psicopedagogia, criou o documento denominado Parâmetros Nacionais para Elaboração de Concurso Público para Psicopedagogo no Brasil (ABPp, 2013d) que especifica as funções do psicopedagogo, os princípios normativos para concursos, a formação necessária para o exercício do cargo, os pré-requisitos e as etapas do processo seletivo que devem ser seguidos para a realização dos concursos. Assim, os representantes municipais que obtiverem dúvidas com relação às normativas

para a realização de concurso específico para o cargo de psicopedagogo podem consultar o referido documento que propõe orientações.

O Quadro 5 demonstra que o estado do Paraná ocupa o segundo lugar com maior número de psicopedagogos concursados, sendo 26 profissionais que corresponde a 9,6% do total de psicopedagogos que atuam no estado. Segundo os dados, os representantes da área educacional da rede pública municipal do estado paranaense tiveram que realizar projeto e solicitar a vaga de psicopedagogo em concurso, sendo o mesmo encaminhado e aprovado mediante sessão na Câmara Municipal, e posteriormente autorizado pelo prefeito.

Nesse sentido, Gonçalves (2015), explica que os projetos que tramitam no Legislativo são enviados à plenária para rejeição ou aprovação e deliberação pelos representantes políticos de cada município. O autor menciona que o projeto precisa ser aprovado pelos vereadores e posteriormente encaminhado para o prefeito para sanção e criação da lei.

No estado do Paraná, fato que chama atenção, é que em 6 municípios houve concurso para o cargo de psicopedagogo, os profissionais foram convocados e efetivados mediante trâmites legais, porém, o cargo não existe no plano de cargos e salários do magistério, impossibilitando o progresso funcional. Como percebe-se na afirmação da psicopedagoga A35 *“assumi o concurso para psicopedagogo, mas o cargo não está inserido no plano de cargos e salários, fato que preocupa, pois não existe avanço de nível”*.

Pontua-se que a ausência do cargo de psicopedagogo no plano de cargos e salários impossibilita aos funcionários o direito de progressão funcional e o desfrute dos benefícios referentes ao período de atuação na rede pública. Sendo que a falta de um plano de cargos e salários pode contribuir para a desmotivação dos funcionários, em virtude da falta de perspectiva de crescimento profissional.

O Quadro 5 demonstra que o terceiro estado com maior número de psicopedagogos concursados é Santa Catarina, totalizando 19 profissionais, o que corresponde a 28,4% dos psicopedagogos atuantes no estado, sendo os concursos também realizados pelas próprias prefeituras.

O quarto estado com maior número de psicopedagogos concursados é o Rio Grande do Norte, localizado na Região Nordeste do Brasil, no qual atuam 124 profissionais no cargo de psicopedagogo no setor educacional da rede pública

municipal, mas somente 10 profissionais, o que corresponde a 8,1%, são concursados como psicopedagogos.

Entre os municípios que possuem o menor número de psicopedagogos concursados no cargo, está o estado do Espírito Santo, no qual atuam 17 psicopedagogos na rede pública municipal, dos quais 3 somente são concursados no cargo, o que corresponde 17,6% dos profissionais atuantes no estado.

Em seguida, temos o estado do Mato Grosso do Sul, que até o momento têm 8 psicopedagogos concursados no cargo, o que corresponde a 22,2% dos profissionais atuantes no estado, destaca-se que também em ambos estados os concursos foram realizados por iniciativa das próprias prefeituras. Dos sete estados, somente o Acre não têm até o momento profissionais concursados no cargo específico de psicopedagogo.

Os dados demonstram que, dos 738 profissionais que atuam no cargo de psicopedagogo na rede pública municipal dos sete estados brasileiros, um total de 127 (17,2%) profissionais são concursados no cargo específico de psicopedagogo, sendo os concursos realizados por iniciativa das próprias prefeituras. Com relação aos profissionais concursados no cargo de psicopedagogo, os pré-requisitos para inscrição variaram de acordo com cada município, que ofereceu a vaga mediante publicação em edital.

Assim, entende-se que o enquadramento adequado para atuar no cargo de psicopedagogo seria ser concursado na área específica, aspecto que contribuiria para evitar a precarização da função, das condições de trabalho e o acúmulo de cargos. Segundo os Parâmetros Nacionais para Elaboração de Concursos Públicos para Psicopedagogos no Brasil (ABPp, 2013d), o psicopedagogo é um profissional com formação específica em Psicopedagogia, sendo necessária a abertura de concursos públicos para que ele atue na função e em diferentes âmbitos de atividade.

Sendo assim, a realização de concursos públicos para o cargo de psicopedagogo contribui para a efetivação de profissionais no cargo, os quais terão direito de progressão funcional, a estabilidade profissional, a construção de um plano de carreira e contribui para a construção da profissionalidade e identidade do psicopedagogo. Com relação à identidade do psicopedagogo, está se forma a partir das experiências vividas e “se constrói a partir do conjunto de necessidades, crenças, teorias e práticas” (RUBINSTEIN, 2017, p. 310). Mas também a identidade

do psicopedagogo se constrói com a legitimidade e regulamentação da profissão em todo o território nacional.

Os dados demonstram que existem um número reduzido de profissionais concursados no cargo de psicopedagogo perante o contingente total de profissionais que atuam na função na rede pública municipal dos sete estados brasileiros. É sabido que os municípios possuem autonomia para realizar concursos, porém, por um lado faltam iniciativas de alguns gestores para a elaboração de projetos solicitando a inserção do cargo de psicopedagogo em concursos públicos. Por outro lado, falta o apoio de representantes políticos locais, como vereadores e prefeitos, para a aprovação dos projetos, autorização de concursos na área e sanção de leis.

Nesse enfoque, Noffs (2003) destaca que a iniciativa para a realização do concurso público e inserção do profissional psicopedagogo é resultado da vontade política da gestão no âmbito micro e macro.

É importante que os representantes políticos trabalhem em conjunto com os gestores, desenvolvendo ações em prol da realização de concursos na área da Psicopedagogia, contribuindo para mudar o cenário atual apresentado, o qual demonstra um pequeno número de profissionais concursados no cargo de psicopedagogo.

Evidencia-se a importância do comprometimento dos representantes políticos, os quais podem deliberar para a criação de cargos, funções, projetos e leis que contribuam para a realização de concursos públicos, para regulamentação da profissão e fortalecimento da Psicopedagogia no Brasil.

A luta pela regulamentação da profissão e criação de projetos e leis está atrelada às políticas públicas que “são o resultado da atividade política, requerem várias estratégias destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política” (DIAS; MATOS, 2012, p. 13). Ainda conforme os autores, as políticas públicas são ações governamentais direcionadas a resolver determinadas necessidades públicas, sendo importante a participação da população nos processos de decisão que ocorrem nos diferentes âmbitos de poder.

Destaca-se a importância das políticas públicas desenvolvidas a nível micro, que compreende ações e decisões tomadas por vereadores, prefeitos e governadores em prol da criação de projetos, leis e concursos para o cargo de psicopedagogo que contribuirão diretamente ou indiretamente para o fortalecimento da luta pela regulamentação da profissão. Nesse mesmo sentido, evidencia-se a

necessidade de criação de políticas públicas a nível Macro, que abrange ações e decisões tomadas a nível federal direcionadas a regulamentação da profissão de psicopedagogo no Brasil.

Conforme os representantes da Comissão de regulamentação (ABPp, 2019e) os deputados federais informaram que se os municípios criarem o cargo de psicopedagogo, mesmo sem a regulamentação do cargo a nível nacional, ele tem validade e fidedignidade. Desta forma, destaca-se que a nível micro estão as ações desenvolvidas pelos municípios e estados para a efetivação de profissionais no cargo de psicopedagogo, que podem colaborar com o macro, o qual compreende as ações desenvolvidas a nível federal direcionadas a regulamentação da profissão a nacional.

Com relação aos vínculos empregatícios dos psicopedagogos, outra categoria elaborada é *contrato temporário*, o qual trata-se segundo Mello (2004) do suprimento de pessoal com admissões apenas provisórias e temporárias, sendo incompatível com regime normal de concursos. Com relação ao ingresso temporário de pessoal no serviço público, está prevista na Constituição Federal de 1988 no art. 37 incisos “IX que a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público” (BRASIL, 1988).

Os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná possuem o maior número de profissionais psicopedagogos com vínculo empregatício de contrato temporário, sendo: no estado do Rio Grande do Sul 34 psicopedagogos contratados temporariamente, dos quais 30 profissionais são contratados pela área da educação e da saúde e outros 4 psicopedagogos contratados via Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí (CISCAÍ), que é composto por 19 municípios.

Já o estado de Santa Catarina possui um total de 12 psicopedagogos com contratos temporários realizados via licitação, seleção por *curriculum*, parceria com Consórcios Intermunicipais ou processos seletivos.

E no estado do Paraná são 11 profissionais contratados temporariamente para o cargo específico de psicopedagogo, via licitação, sendo realizada a contratação da empresa que fornece os serviços solicitados.

A pesquisa demonstra que quando o contrato é realizado pela área da saúde, o profissional é cedido mediante autorização do prefeito por um período parcial ou integral para atender os casos da educação. Porém, o atendimento pode ficar

comprometido devido à demanda de atendimento de ambas áreas: saúde e educação, como percebe-se no relato da psicopedagoga A101 “ *Fui contratada para atender os casos na saúde, e a secretária de educação também solicitou o serviço psicopedagógico para a educação, mas a demanda é grande e é impossível atender todos os casos realizando as intervenções necessárias*”.

Diante do relato, percebe-se a necessidade de realização de concursos públicos para o cargo de psicopedagogo, visto que não é uma demanda temporária, pois a população está crescendo, os alunos estão em constante processo de escolarização e muitos necessitam de atendimento psicopedagógico para evoluírem nas aprendizagens e superar as dificuldades.

Geralmente a contratação temporária, impossibilita a continuidade do serviço psicopedagógico desenvolvido na rede pública municipal refletindo na precarização do trabalho e na realização do serviço psicopedagógico de qualidade. Como percebe-se no relato da psicopedagoga A6 “*Fui contratada temporariamente no cargo de psicopedagoga, a gestão exige que é preciso fazer a avaliação psicopedagógica e encaminhamento do maior número de alunos, mas o serviço psicopedagógico vai muito além que avaliar e encaminhar*”. Nesse sentido, Machado, Giongo e Mendes (2016) destacam que a contratação temporária possui como característica a ausência de vínculos trabalhistas, a exigência de metas muitas vezes inalcançáveis, ritmo intenso de trabalho, pressão de tempo e intensificação de controle.

Os dados denotam que em alguns municípios ocorre a cooperação e parcerias estabelecidas entre as prefeituras municipais e os Consórcios Intermunicipais que possibilitam, segundo Abrucio e Sano (2013), a busca de alternativas de forma integrada e o desenvolvimento de ações articuladas com o objetivo de resolver os problemas diversos em nível municipal. Assim, as parcerias dos municípios com os Consórcios Intermunicipais contribuem para à contratação de profissionais psicopedagogos para atender as demandas e necessidades dos munícipes.

Outra modalidade de contratação temporária do psicopedagogo é via seleção por *curriculum*, que ocorre da seguinte forma segundo a psicopedagoga A410: “*Fui selecionada pelo curriculum, os interessados se inscrevem e entregam o currículo, posteriormente é realizada a análise e escolhido um profissional para atuar na rede pública municipal e realizado o contrato*”. A seleção de psicopedagogos mediante

análise do *curriculum pode* possibilitar a contratação de profissionais com formação e experiência comprovada na área. Segundo Chiavenato (1999), a seleção de profissionais funciona como uma espécie de filtro que permite a escolha do funcionário com as características necessárias para atuar na instituição.

Os estados que possuem menor número de psicopedagogos contratados temporariamente é o estado do Rio Grande do Norte que tem 3 psicopedagogos contratados mediante processo licitatório e o estado do Espírito Santo que possui 1 psicopedagogo contratado.

Em relação aos estados do Acre e do Mato Grosso do Sul não tem o psicopedagogo com este vínculo empregatício entre os municípios participantes desta pesquisa.

Outros 33 psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação possuem vínculos díspares e foram contratados temporariamente mediante pregão *online* ou presencial, processo licitatório que exigia formação diferente da Psicopedagogia, via contratados por empresas terceirizadas, por cargo de confiança e entre outros descritos a seguir.

Na rede pública municipal de educação do estado do Rio Grande do Sul totaliza-se 3 dos psicopedagogos contratados para o cargo mediante pregão *online* ou presencial. O pregão é uma modalidade de licitação para contratação de serviços, sendo realizados lances sucessivos contratando-se o fornecedor que oferecer o menor preço pelo serviço. Essa forma de contratação do psicopedagogo denota uma desvalorização profissional e, conseqüentemente, pode refletir na qualidade do serviço psicopedagógico oferecido. Com relação à desvalorização profissional, Libâneo (2010) aponta que a redução na remuneração dos profissionais da educação reflete na precarização do exercício profissional.

Com relação aos contratos do profissional psicopedagogo via pregão presencial ou *online*, torna-se evidente que os trabalhos desenvolvidos por alguns psicopedagogos podem ser considerados como uma “mercadoria” uma vez que é contratado o profissional que oferta o menor preço de serviços psicopedagógicos a serem prestados, desconsiderando-se aspectos relacionados à educação de qualidade e de direito e a qualificação profissional.

Ainda no Rio Grande do Sul, outros 3 profissionais foram contratados temporariamente para o cargo de psicopedagogo mediante processo licitatório, sendo exigido como pré-requisito a especialização em neuropsicopedagogia.

Constata-se, perante os dados, que alguns processos licitatórios não atendem à normativa proposta pela ABPp (2019c), que estabelece que, para atuar na função de psicopedagogo, o profissional necessita de formação específica que se dá em curso de graduação e/ou em curso de pós-graduação em Psicopedagogia.

No estado do Rio Grande do Sul outros 4 profissionais psicopedagogos foram contratados por um período temporário via empresas terceirizadas que oferecem o serviço psicopedagógico aos municípios. Conforme Martins (1997) o processo de terceirização consiste no contrato de terceiros para a realização das atividades. Constata-se de acordo com os dados que em alguns municípios são contratadas empresas prestadoras de serviço psicopedagógico para atender um número específico de alunos, porém, sendo estipulado também o número de horas para atender cada caso.

A partir da análise dos dados, emerge outra categoria que é *cargo de confiança/comissionados*. Sendo que em alguns municípios dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, os profissionais atuantes na função de psicopedagogo possuem vínculo empregatício denominado cargo de confiança ou comissionados.

No Rio Grande do Sul um total de 3 profissionais foram contratados por indicação do secretário de educação, sendo o profissional nomeado pelo prefeito para exercer o cargo de psicopedagogo, considerando ou não o nível de formação.

Outros 9 profissionais psicopedagogos atuantes na rede municipal do estado do Paraná foram contratados como cargos de confiança e indicados para atuar na função de psicopedagogos.

Em Santa Catarina totaliza-se 2 psicopedagogos que são contratados como cargo de confiança, indicados pelo prefeito ou secretário de educação pelas afinidades existentes entre os profissionais.

E no Rio Grande do Norte, totaliza-se 1 profissional que é contratado como cargo comissionado. Os dados revelam que os psicopedagogos que possuem vínculos empregatícios estabelecidos via cargos de confiança ou comissionados, ambos podem ser nomeados pelo prefeito para exercer a função durante o período da gestão, e em alguns casos são considerados a formação profissional e os vínculos de afinidades com a gestão. E em outros municípios, muitas vezes é até mesmo desconsiderada a formação necessária para atuar no cargo, como se constata no relato da psicopedagoga A27 "*Fui contratada como cargo de confiança*

para atuar como psicopedagoga, tenho graduação em pedagogia e especialização em séries iniciais”.

Diante da diversidade encontrada nas respostas dos participantes elaborou-se a categoria *outros*, por não se enquadrar nas categorias mencionadas anteriormente.

Outra forma de seleção e contratação do psicopedagogo é realizada em um município do estado do Rio Grande do Norte, sendo 1 profissional selecionado pelo diretor para assumir o cargo de psicopedagogo, usando como critério de escolha o bom desempenho do profissional no contexto escolar, o qual contempla o comprometimento com a função, envolvimento com os alunos, professores, pais e comunidade, que esteja em permanente formação, que apresente compromisso político, ético, oferecendo serviço de boa qualidade em prol do desempenho dos educandos. No mesmo estado 1 profissional foi contratado como técnico e atua como psicopedagogo. Como relata a referida profissional *“Sou contratada como técnica da Secretaria Municipal de Educação, mas estive ciente de que atuaria como psicopedagoga realizando acompanhamentos e atendimento aos alunos e professores”.*

E na rede pública municipal do estado de Santa Catarina 1 profissional foi contratado com especialização em neuropsicopedagogia, e passou a exercer a função de psicopedagogo. Portanto, é necessário considerar que os conhecimentos da área da neurociência estão presentes em diversos âmbitos, sendo importante que o profissional da educação conheça e compreenda os processos cognitivos e sua relação com o processo de aprendizagem. Porém, é válido esclarecer que as especializações oferecidas com denominações distintas da Psicopedagogia não habilitam os profissionais para exercer o cargo de Psicopedagogo.

Outro vínculo diferente que aparece na pesquisa é o trabalho voluntário realizado por uma profissional em um município do estado de Santa Catarina, a qual possui formação em Psicopedagogia e sensibilizada pela demanda de casos que necessitavam atendimento psicopedagógico, que após se aposentar, com autorização da secretária de educação e do prefeito, desenvolve um trabalho voluntário. Registra-se que a profissional começou o trabalho voluntário como psicopedagoga na rede pública municipal de educação no ano de 2018 e, atualmente, com a aprovação do secretário de educação, expandiu o trabalho para a rede estadual. Com percebe-se no relato da referida voluntária *“Percebi que muitos*

alunos apresentavam dificuldades de aprender, busquei especialização em Psicopedagogia e aperfeiçoamento, agora aposentada ofereço o serviço psicopedagógico”.

Assim sendo, os psicopedagogos atuantes na rede pública municipal são profissionais que possuem vínculos empregatícios diversificados, sendo uma parcela ínfima concursado na área específica.

A falta de formação adequada, regulamentação da profissão e de estabelecimento de critérios para contratação dos psicopedagogos reflete na desvalorização do próprio trabalho na área, uma vez que os cargos acabam ficando à disposição e com uma variedade de profissionais, sem muitas vezes estar em conformidade com a formação e experiência inerentes ao campo da Psicopedagogia.

A pesquisa constatou que a não regulamentação da profissão pode causar instabilidade na atuação profissional do psicopedagogo, uma vez que em alguns municípios o profissional não tem plano de carreira, salário-base e enquadramento definidos. Conforme observado, anualmente, pode haver alterações no número de profissionais atuando no cargo de psicopedagogo na rede pública municipal, pois as contratações, os profissionais designados e cargos comissionados não possuem estabilidade profissional.

A diversidade de vínculos empregatícios dentre os profissionais da educação pode ocasionar falta de clareza gerando a precarização do trabalho, a desvalorização do profissional, bem como deficiências no campo da formação específica e profissional (LIBÂNEO, 2010).

Sendo assim, destaca-se a necessidade do fortalecimento de lutas e movimentos em prol da ampliação do número de profissionais psicopedagogos concursados no cargo específico e da regulamentação da profissão no país.

5.1.3 Panorama dos municípios que não possuem serviço psicopedagógico na rede pública municipal de educação

Ao analisar os dados constatou-se também o número de municípios que até o momento não oferecem o serviço psicopedagógico na rede pública municipal dos sete estados brasileiros, conforme demonstra a Tabela 8.

Tabela 8 – Panorama do número de municípios que não oferecem o serviço psicopedagógico

Estados	Número de municípios	Número de municípios que não possuem psicopedagogo	%
Rio Grande do Sul	497	140	28,2%
Paraná	399	122	30,6%
Santa Catarina	295	112	41,4%
Acre	22	13	59,1%
Rio Grande do Norte	167	57	34,1%
Espírito Santo	78	44	33,6%
Mato Grosso do Sul	79	40	50,6%
TOTAL	1.537	528	

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Com relação ao número de municípios que não oferecem o serviço psicopedagógico, contabilizou-se, por estado: 140 municípios do estado do Rio Grande do Sul; 122 municípios do estado do Paraná; 112 municípios do estado de Santa Catarina; 13 municípios do estado do Acre; 57 municípios do estado do Rio Grande do Norte; 44 municípios do estado do Espírito Santo e 40 municípios do estado do Mato Grosso do Sul.

Diante dos dados por estado constatou-se que, do total da amostra selecionada para esta pesquisa (1.537 municípios), 528 municípios não forneceram os dados para o estudo. Com relação aos municípios que retornaram os dados, contabilizou-se 451 deles, os quais têm o profissional psicopedagogo atuando na rede pública municipal. E do montante total da amostra, 528 municípios que não possuem o profissional psicopedagogo atuando no cargo na rede de ensino em sete estados brasileiros. Nesse sentido, Brum e Pavão (2014, p. 110) já afirmavam que “não são todas as escolas que disponibilizam em seu quadro de profissionais um especialista nessa área para o atendimento da aprendizagem ou da não-aprendizagem”.

Os dados da pesquisa confirmam que realmente há uma carência de psicopedagogos atuando no cargo nas escolas da rede pública municipal, para o atendimento do educando no que diz respeito ao processo de aprendizagem e dificuldades.

Vale destacar que 528 municípios não possuem psicopedagogos atuando diretamente no cargo específico; entretanto, existem profissionais com formação em Psicopedagogia atuando como professores, diretores, coordenadores e secretários de Educação. Conforme Berlim e Portella (2007, p. 88) “contamos com inúmeros profissionais inseridos nas escolas com esta formação [...] tais como: de

professores, de orientadores ou de supervisores, já que as mesmas ainda não contemplam o cargo de psicopedagogo no seu quadro funcional”.

Ressalta-se que, em municípios que ainda não possuem o psicopedagogo, alguns secretários de educação estão manifestando iniciativas como a realização de ações e projetos com a pretensão de obter o aval das instâncias políticas locais para a realização de concurso público, teste seletivo e contratação de profissionais psicopedagogos para atuar na rede pública municipal.

Os dados também revelaram que em alguns municípios, a falta de regulamentação da profissão de psicopedagogo é um dos motivos alegados pelos vereadores, prefeitos e demais instâncias políticas para a rejeição de projetos que solicitam a inserção do cargo de psicopedagogo em concursos públicos em nível municipal.

A pesquisa aponta que, em alguns municípios do Brasil, foram realizados concursos públicos para o cargo de psicopedagogo; porém, até o momento, os profissionais não foram contratados em razão dos gestores educacionais e políticos alegarem falta de clareza no que tange ao amparo legal para a contratação e efetivação dos profissionais. Fato que se confirma no relato de uma psicopedagoga que atua 20 horas em um município do estado do Rio Grande do Sul e foi aprovada em um concurso em outro município próximo, mas até o momento não foi contratada *“Fiz um concurso no município próximo para o cargo de psicopedagogo, o concurso está vigente, mas justificam que não podem contratar devido à falta de clareza a nível municipal sobre o cargo e a sua legalidade”*.

Evidencia-se que dentre outros fatores que dificultam a contratação de psicopedagogos na rede pública municipal de educação estão: a) A falta de clareza sobre quem é o profissional psicopedagogo e a importância do serviço psicopedagógico; b) Desconhecimento sobre a legalidade do cargo e a regulamentação da profissão; c) A atual conjuntura de crise, sendo que a falta de recursos financeiros exige a necessidade de contenção de gastos por parte dos municípios. d) A escassez de psicopedagogos com uma formação consistente para atender as demandas na área educacional. e) A instabilidade de contratos temporários não é atrativa para a inscrição de psicopedagogos, uma vez que afeta diretamente em mudanças na dinâmica de vida do profissional. f) A falta de profissionais nos municípios com formação em Psicopedagogia.

5.2 FORMAÇÃO DOS PSICOPEDAGOGOS ATUANTES NOS SETE ESTADOS BRASILEIROS

De acordo com o Código de Ética do Psicopedagogo (ABPp, 2019b), a formação do psicopedagogo ocorre via graduação e/ou curso de pós-graduação – especialização *lato sensu* em Psicopedagogia –, a qual habilita o profissional para atuar na área. Para tanto, buscou-se conhecer a tipologia e os níveis formativos dos profissionais que exercem a função de psicopedagogos.

O Quadro 6 apresenta dados da área de formação inicial dos psicopedagogos que atuam na rede pública municipal em sete estados brasileiros.

Quadro 6 – Área de formação inicial dos psicopedagogos

Estados	Pedagogia	Psicopedagogia	Psicologia	Outros	Desconhece a formação
Rio Grande do Sul	166	1	4	9	41
Paraná	238	0	8	15	10
Santa Catarina	60	0	4	2	1
Acre	1	0	0	1	0
Rio Grande do Norte	119	0	0	5	0
Espírito Santo	17	0	0	0	0
Mato Grosso do Sul	31	0	2	3	0
Total	632	1	18	35	52

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Conforme o Quadro 6, a maioria dos psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação cursaram graduação em pedagogia, sendo: 238 profissionais no estado do Paraná; 166 profissionais no Rio Grande do Sul; 119 profissionais no Rio Grande do Norte; 60 profissionais em Santa Catarina; 31 profissionais no estado do Mato Grosso do Sul; 17 profissionais no Espírito Santo e 1 profissional no estado do Acre.

Do total de 738 psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação em sete estados brasileiros, 632 (85,6%) profissionais cursaram graduação na área da pedagogia. Os resultados indicam que a maioria dos profissionais que buscam a pós-graduação em Psicopedagogia, são pedagogos que

atuam na área educacional, nas escolas como professores, coordenadores, diretores e objetivam melhorar a prática profissional, o processo de ensino e aprendizagem, e atuar no cargo de psicopedagogo.

Em função de suas práticas pedagógicas, o pedagogo e profissionais da educação se deparam com situações cotidianas que exigem novas reflexões e demandas referentes aos processos de aprendizagem e este aspecto contribui para que, no âmago de sua função, busque conhecimentos da Psicopedagogia para enriquecer as práticas educativas. Esse aspecto demonstra que a busca pelo curso de Psicopedagogia por profissionais atuantes na área da educação é muito significativa, pois revela que estão preocupados em melhorar a prática e contribuir para o desenvolvimento do aprendiz.

Fato que pode remeter ao início da Psicopedagogia no Brasil, pois os primeiros profissionais que foram buscar os cursos de Psicopedagogia, na época, eram professores e profissionais que atendiam as pessoas com problemas de aprendizagem. No final dos anos 70, no estado de São Paulo criou-se o primeiro curso de Psicopedagogia no Brasil, no Instituto *Sedes Sapientiae*, e na época havia “muitos movimentos de educadores, principalmente de pedagogos, em busca de uma maior compreensão sobre os problemas de aprendizagem” (FAGALI; VALE, 2007, p. 23). Ainda conforme a autora, a maior demanda consistia na procura de alternativas para avaliações e intervenções eficientes diante do aumento crescente de alunos com dificuldades de aprendizagem nas escolas.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996b), o curso de Pedagogia destina-se à formação de profissionais para “exercer funções na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional nas áreas de serviços e apoio escolar e áreas em que estão previstos conhecimentos pedagógicos”. Assim, é relevante destacar a relação da formação inicial dos psicopedagogos e seus desdobramentos com a prática psicopedagógica desenvolvida na área educacional.

A Pedagogia estuda o fenômeno educativo em sua complexidade e amplitude englobando o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento humano (LIBÂNEO, 2006). Sendo assim, a Psicopedagogia tem como objeto de estudo a aprendizagem, o que requer do profissional uma boa formação que alicerça a prática e atuação do psicopedagogo.

Conforme Noffs (2003, p. 123): “O conhecimento da Pedagogia como área específica de um saber torna-se essencial para quem trabalha na escola em Psicopedagogia”, tendo em vista que a atuação do psicopedagogo no contexto escolar envolve o professor e o aluno, a intervenção e a atividade pedagógica, itens que são abordados no campo da Pedagogia e da Psicopedagogia.

Percebe-se no Quadro 6 que de um total de 52 (7,0%) profissionais psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação desconhece-se a área de formação inicial, devido à ausência destas informações nos questionários respondidos pelos próprios psicopedagogos.

Com relação a área de formação inicial dos psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação, outros 35 (4,7%) profissionais possuem graduação em outras áreas como: Letras/Inglês, Letras/Espanhol, Matemática, História, Química, Geografia, Artes Visuais e Educação Física. Verifica-se que os profissionais que buscam o curso de Psicopedagogia são profissionais provenientes de cursos de licenciaturas e que atuam em instituições educacionais e escolares. Segundo Peres (2014) o perfil do ingressante nos cursos de pós-graduação em Psicopedagogia é predominantemente de profissionais que desenvolvem atividades relacionadas a educação.

Os profissionais que cursaram graduação em áreas diferentes da Pedagogia e Psicopedagogia apontam que os cursos discutem conhecimentos específicos de cada área, não abrangendo diretamente conhecimentos relacionados às etapas do desenvolvimento da criança, aspectos que podem contribuir para uma melhor compreensão do sujeito aprendiz. Como relata a psicopedagoga A76 graduada em Química *“Comecei a atuar no contexto escolar e fui buscar especialização em Psicopedagogia, como o curso de química abordou conhecimentos específicos da área, precisei estudar muito sobre as etapas do desenvolvimento da criança”*.

O Quadro 6 demonstra que os cursos de Psicopedagogia também são procurados por psicólogos, totalizam-se 18 (2,4%) profissionais que possuem graduação em Psicologia e atuam também no cargo de psicopedagogo na rede pública municipal de educação em sete estados brasileiros. A pesquisa revela que estes profissionais atuam também na área da educação e, constantemente, recebem alunos que possuem necessidade de atendimento psicopedagógico. Como constata-se no relato da psicopedagoga A310 *“Sou psicóloga e atuo também como psicopedagoga, muitos alunos são encaminhados, mas vários necessitam do*

atendimento psicopedagógico e não psicológico, com a falta de psicopedagogo concursado, fiz Psicopedagogia”.

Segundo Portilho (1992) o curso de pós-graduação em Psicopedagogia tem maior procura por pedagogos, psicólogos e outros profissionais que geralmente vêm das licenciaturas, mas que estão na escola e trabalham com a aprendizagem.

De acordo com os dados, um número restrito de profissionais cursou graduação na área específica da Psicopedagogia, como o Quadro 6 demonstra que somente 1 (0,1%) profissional atuante na rede pública municipal do estado do Rio Grande do Sul é graduada em Psicopedagogia e cursou especialização na mesma área. A formação dos profissionais a nível de graduação na área da Psicopedagogia é incipiente no Brasil, acredita-se que por questão mercadológica, fato que se justifica em razão de poucas universidades brasileiras oferecerem o curso de graduação nessa área específica.

Conforme a ABPp (2019b) para atuar como psicopedagogo e desempenhar as diversas atribuições do cargo, o profissional necessita de formação específica que se dá em curso de graduação e/ou em curso de pós-graduação em Psicopedagogia (ABPp, 2019b). Devido à pouca oferta de cursos de Psicopedagogia a nível de graduação, os profissionais que desejam atuar no campo da Psicopedagogia precisam cursar especialização em Psicopedagogia.

Em virtude dos dados obtidos na pesquisa, fica evidente a necessidade de as instituições superiores divulgarem mais informações a nível municipal sobre quem é o psicopedagogo, sua importância, atribuições, formação necessária e ampliarem a oferta de cursos tanto em nível de graduação como de pós-graduação em Psicopedagogia.

5.2.1 Formação na especialização

Para atuar no campo da Psicopedagogia, o profissional precisa de formação específica na respectiva área, deste modo a segunda pergunta do questionário também buscou coletar dados sobre a área de formação a nível de especialização dos profissionais atuantes no cargo de psicopedagogo na rede pública municipal de educação em sete estados brasileiros.

Desse modo, compreender o perfil do pós-graduando em Psicopedagogia, a abrangência e qualidade dos cursos formativos, “mostra-se de extrema importância

para qualificar a formação deste profissional diante dos desafios do campo psicopedagógico” (SILVA; HÜBNER, 2016, p. 74).

No que se refere à formação do psicopedagogo em nível de especialização, o Quadro 7 traz um panorama de acordo com os sete estados brasileiros.

Quadro 7 – Área de formação na especialização dos psicopedagogos atuantes nos sete estados brasileiros

Estados	Psicopedagogia	Psicopedagogia Institucional	Psicopedagogia Clínica	Cursando Psicopedagogia	Outros	Desconhece a formação
Rio Grande do Sul	118	56	0	1	16	30
Paraná	95	101	0	0	71	5
Santa Catarina	27	26	1	0	10	3
Acre	0	2	0	0	0	0
Rio Grande do Norte	77	46	0	0	1	0
Espírito Santo	8	5	0	1	0	2
Mato Grosso do Sul	23	9	3	1	0	0
Total	348	245	4	3	98	40

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O Quadro 7 demonstra que a maioria dos psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação realizaram especialização em Psicopedagogia como propõem a ABPp, totalizando: 118 profissionais no Rio Grande do Sul; 95 profissionais no Paraná; 77 profissionais no Rio Grande do Norte; 27 profissionais em Santa Catarina; 23 profissionais no Mato Grosso do Sul; 8 profissionais no Espírito Santo; e o estado do Acre até momento não apresenta profissionais com formação na área.

De acordo com a ABPp (2013a), estarão em condições de exercício da Psicopedagogia os profissionais graduados e/ou pós-graduados em Psicopedagogia. Os dados revelaram que, na rede pública municipal dos sete estados brasileiros 348 (47,2%) profissionais atuam com formação em Psicopedagogia, atendendo os requisitos propostos pela ABPp para atuar no cargo de psicopedagogo.

Evidencia-se que a formação de qualidade na área de Psicopedagogia é primordial para atuar no cargo de psicopedagogo, como relata a psicopedagoga A6 “*Cursei Psicopedagogia em uma universidade comprometida com a formação dos*

profissionais, teve muito estudo, articulação entre teoria e prática, estágios supervisionados, discutimos os casos, aprendi muito e hoje atuo com eficiência”.

A formação em Psicopedagogia deve “garantir a especialização em aprendizagem humana e a integração dos diferentes contextos nos quais ela acontece” (PORTILHO *et al.*, 2018, p. 16). Destaca-se que o psicopedagogo é um sujeito aprendente, que busca aprender a aprender; sendo assim, o profissional está em um processo contínuo de aprendizagem que se inicia na graduação e na especialização e prossegue ao longo da vida, pois a cada caso, a cada demanda e necessidade são exigidos do profissional novos conhecimentos.

É relevante destacar a importância da Prática Supervisionada na formação do profissional psicopedagogo, visto que é um momento que possibilita a articulação entre conhecimentos teóricos e a prática, reflexão sobre a ação, contribui para a construção de novas aprendizagens e vivências que favorecem a inserção no campo de atuação.

A atuação supervisionada é entendida, conforme o Parecer do CNE/CP 28/2001, como tempo de aprendizagem que envolve um período para aprender a prática e depois exercê-la (CNE, 2002). Corroborando, a ABPp (2013b, p. 3) afirma que: “a atuação supervisionada deve contar com o acompanhamento de um professor supervisor, com experiência comprovada na área da Psicopedagogia, responsável direto pelas atividades”.

A partir dos dados ressalta-se a necessidade do comprometimento das instituições superiores com a formação de profissionais qualificados, sendo importante que os cursos de Psicopedagogia sejam criados e ofertados atendendo os requisitos propostos pela ABPp.

Os cursos de Psicopedagogia necessitam promover espaços de discussão, reflexão e ter um direcionamento teórico e prático oportunizando embasamento científico para que o profissional possa vivenciar situações que envolvam o próprio aprendizado e o do outro, para o atendimento do aprendiz, para o assessoramento de professores e demais profissionais que trabalham com a aprendizagem (MASINI, 2006).

Em segundo lugar, a pesquisa demonstra que um total de 245 (33,2%) profissionais atuantes no cargo de psicopedagogo na rede de ensino, cursaram pós-graduação em Psicopedagogia no âmbito Institucional, sendo: 101 profissionais no estado do Paraná; 56 profissionais no Rio Grande do Sul; 46 profissionais no estado

do Rio Grande do Norte; 26 profissionais em Santa Catarina; 9 profissionais no Mato Grosso do Sul; 5 profissionais no Espírito Santo e 2 profissionais no Acre. E outros 4 (0,5%) profissionais, que atuam no cargo específico de psicopedagogo, cursaram somente a Psicopedagogia no âmbito clínico.

Constata-se de acordo com os dados, que muitos cursos em nível de especialização em Psicopedagogia não atendem os requisitos propostos pela ABPp, pois são oferecidos de forma fragmentada, distanciando o âmbito institucional do clínico e muitas vezes não contemplam a prática supervisionada. Conforme Portilho *et al.* (2018, p. 16), “muitos cursos a nível de especialização, fazem referência à Psicopedagogia Institucional e à Psicopedagogia Clínica, como se fossem áreas de conhecimento distintas”.

As instituições superiores que ofertam os cursos de especialização em Psicopedagogia precisam ter clareza sobre a indissociabilidade do âmbito institucional e clínico. Stroili (2001, p. 16) aponta que a formação do profissional psicopedagogo “como especialista em questão das aprendizagens, formais e informais, a Universidade é legitimamente indicada como a mais importante agência formadora, em nível de pós-graduação”.

Alguns dos psicopedagogos que cursaram especialização em Psicopedagogia somente em um dos âmbitos trazem apontamentos, como é o caso da psicopedagoga A90 que relata - *“Sabe fiz a pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, o curso focou mais no teórico, não teve estágios, hoje sinto falta de conhecimentos do âmbito clínico para desenvolver o serviço psicopedagógico de maior qualidade aqui no município”* e o psicopedagogo A400 menciona *“Aqui na região a única pós-graduação oferecida na área da Psicopedagogia foi com o nome de Psicopedagogia Clínica, tivemos aulas a cada quinze dias, confesso que não aprendi realizar avaliação e intervenção psicopedagógica”*.

A partir dos dados, percebe-se que alguns cursos de especialização em Psicopedagogia trabalham com conhecimentos fragmentados e desvinculados da prática psicopedagógica; além disso, apresentam um aspecto preocupante que é a ausência de estágios. A precarização dos cursos de especialização em Psicopedagogia reflete na formação do profissional psicopedagogo, na sua profissionalidade, contribuindo para a fragilização da atuação psicopedagógica.

Os cursos em Psicopedagogia, como bem afirma Portilho *et al.* (2018), devem garantir a formação de especialistas em aprendizagem humana e não devem

fragmentar a Psicopedagogia institucional e clínica como áreas distintas. Desse modo, o profissional psicopedagogo necessita de uma formação que contemple conhecimentos relacionados às especificidades de atuação institucional e clínica, para que possa seguir princípios, desenvolver procedimentos adequados e realizar o serviço psicopedagógico com eficiência.

Com relação à área de formação em nível de pós-graduação dos psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação, outros 98 profissionais cursaram especializações diferentes da Psicopedagogia, como: Neuropsicopedagogia, Educação Especial, Gestão Escolar, Educação Infantil e Psicopedagogia Institucional e Clínica no formato totalmente em EaD. Os dados revelaram que os outros 98 (13,3%) profissionais atuam na função de psicopedagogo, mas não são habilitados para exercer o cargo, visto que a formação obtida não atende os requisitos necessários para atuar no campo da Psicopedagogia. Isso porque a especialização em outras áreas distintas da Psicopedagogia não tem reconhecimento nacional como campo de formação do psicopedagogo. Somente a especialização em Psicopedagogia é reconhecida pela ABPp e pelos documentos vigentes para atuar na área.

O Quadro 7 demonstra que o maior número de psicopedagogos com outras formações está atuando no Paraná, visto que, neste estado os municípios estão diretamente vinculados aos Núcleos Regionais de Educação, e alguns destes Núcleos estabeleceram como pré-requisitos possuir especialização na área de Educação Especial para participar das capacitações e atuar como psicopedagogo na educação básica na rede pública municipal. Sobre o processo de seleção dos profissionais, a psicopedagoga A166 atuante na rede pública municipal de educação do estado do Paraná relata “*Os professores com formação em psicopedagogia queriam atuar como psicopedagogo e participar da capacitação oferecida pelo Núcleo, tentaram se inscrever, mas foram impedidos, pois o critério é ter formação em educação especial*”.

Os resultados evidenciaram que os profissionais que não apresentam formação na área da Psicopedagogia, mas que atuam na função de psicopedagogos no setor educacional da rede pública municipal, demonstram apresentar pouco conhecimento na área e dificuldades para exercer ações e atendimentos na perspectiva psicopedagógica. Como percebe-se no relato das psicopedagogas A175 “*Sou professora, cursei a pós-graduação em educação infantil e fui designada a*

atuar no cargo de psicopedagogo, mas preciso fazer avaliação, intervenção e atendimentos psicopedagógicos, sinto falta de conhecimentos na área” e psicopedagoga A50 afirma “Fiz a pós-graduação em Neuropsicopedagogia, aprendi muito sobre sistema neurológico, mas sinto que o curso não forma para assumir o cargo de psicopedagogo, senti falta dos estágios e de aprender como realizar serviço psicopedagógico”.

A pesquisa demonstrou que estão sendo oferecidos cursos de especialização em Psicopedagogia integralmente no formato EaD, como constata-se no relato da psicopedagoga A312 *“Fiz o curso de Psicopedagogia totalmente na modalidade EaD, é difícil, pois não teve estágios, faltou discussão dos casos de modo presencial, e quando cheguei para atuar no cargo não sabia nem como desenvolver o serviço psicopedagógico”.* Conforme as Diretrizes da Formação de Psicopedagogos no Brasil (ABPp, 2019c), a formação na modalidade totalmente EaD não contempla as exigências específicas dessa modalidade de ensino e aponta que a formação do psicopedagogo na modalidade EaD semipresencial é possível, desde que preservados os princípios dessa formação.

Além destes, outros 3 (0,4%) profissionais atuantes como psicopedagogos na rede de ensino estão cursando especialização em Psicopedagogia e já estão atuando no cargo na rede pública municipal de educação. Para atuar no cargo de psicopedagogo é necessário concluir o curso de graduação ou pós-graduação em Psicopedagogia.

No Quadro 7, percebe-se que de um total de 40 (5,4%) profissionais ainda é desconhecida a área de formação a nível de pós-graduação, devido à falta de informações nos questionários respondidos pelos próprios psicopedagogos.

Os dados apresentados reforçam a importância de que se pense e repense a formação do psicopedagogo. A ABPp, segundo Stroili (2001), tem acompanhado o movimento e a qualidade dos cursos de Psicopedagogia oferecidos no Brasil, promovendo orientações e parcerias com as agências formadoras, estabelecendo diálogos que auxiliem e contribuam para a construção da identidade do profissional do psicopedagogo.

Os profissionais atuantes no campo da Psicopedagogia precisam compreender a necessidade da busca constante de conhecimentos para atuar perante as demandas que emergem no contexto das escolas. Pois, a formação do profissional psicopedagogo não se finda com o término do curso de especialização

em Psicopedagogia, mas é uma formação permanente que conduz a novas aprendizagens e à formação da profissionalidade.

5.3 ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

Além da formação do psicopedagogo é necessário conhecer aspectos relacionados a atuação psicopedagógica na rede de ensino, sendo foco da terceira pergunta do questionário encaminhado aos participantes da pesquisa.

A pesquisa revela que a atuação do psicopedagogo no setor educacional é realizada em diferentes locais, como na Secretaria de Educação, nas escolas, nos Centros de Atendimento Especializados, na Sala de Recursos Multifuncional (SRM), nos Núcleos de Educação e entre outros. Quanto a essa questão, Noffs (2003, p. 25) afirma que “A psicopedagogia é uma única área de conhecimento. Sua atuação ocorre em diferentes locais”.

O psicopedagogo, ao atuar nas diversas áreas e contextos, estará trabalhando com a aprendizagem dos sujeitos levando em consideração a dimensão social, emocional e cognitiva – “o ser cognoscente, um sujeito que para aprender pensa, sente, age em uma esfera que ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, individual e coletiva, de sensações e de conhecimentos, de ser e vir a ser, de não saber e de saber” (PORTILHO; PAROLIN, 2008, p. 127).

Ao analisar os dados percebe-se a preocupação dos psicopedagogos em relação aos altos índices de alunos com dificuldades de aprendizagem, defasagens no processo de alfabetização, aumento do número de repetências, evasão escolar e desinteresse por novas aprendizagens. Como é observado nos relatos, a psicopedagoga A176 menciona “*No setor educacional, deparamos com inúmeros alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem e com várias repetências, existe uma grande fila de espera, é preciso que iniciativas sejam tomadas para atendimentos desses alunos*”; e a psicopedagoga A7 afirma “*Tento atender maior número de alunos, mas a fila para atendimento psicopedagógico só aumenta, fico preocupada, pois se esses alunos não receberem atendimento adequado, vão perder o interesse por aprender e evadir-se da escola*”.

O crescente aumento da fila de espera por atendimentos psicopedagógicos indica a necessidade de contratação de maior número de profissionais

psicopedagogos, que são especialistas em aprendizagem. Nesse sentido, Fabrício (2001, p. 59) menciona a importância do psicopedagogo no contexto escolar, afirmando que “é um profissional qualificado, apto a trabalhar com aquilo que nosso país mais necessita na área educacional: assistência àqueles que não conseguem aprender, assistência aos professores que não conseguem ensinar, assistência às instituições [...]”.

A escola e seus respectivos profissionais como professores, pedagogos, coordenadores pedagógicos e equipe diretiva tem papel importante no processo de identificação e encaminhamento dos alunos que necessitam de atendimento psicopedagógico. Como relata a psicopedagoga A319 “*Devido ao grande número de atendimentos psicopedagógicos e o distanciamento das escolas, fica difícil acompanhar os alunos de todas as turmas, é importante os profissionais da escola identificar e encaminhar os casos*”.

Em cada município existem trâmites diferenciados para encaminhamento dos casos ao serviço psicopedagógico, sendo com maior frequência adotados procedimentos como: 1º Elaboração de fichas de encaminhamento. 2º Orientação aos professores e pedagogos sobre a necessidade de esgotar todas as possibilidades existentes que possam contribuir para superação das dificuldades de aprendizagem, e sobre os aspectos a serem observados e registrados nas fichas. 3º Encaminhamento ao serviço psicopedagógico. Nesse sentido, Paes e Scicchitano (2008, p. 153) afirmam que “A escola tem sido o principal agente de encaminhamento ao atendimento psicopedagógico”.

É importante que os psicopedagogos realizem orientações aos professores e profissionais da educação que vão realizar as observações, registros e encaminhamento dos alunos que necessitam de atendimento psicopedagógico. Pois a triagem, segundo Simili (2019), é um momento em que os professores registram em uma ficha específica o motivo do encaminhamento do educando para o serviço psicopedagógico.

No relato dos psicopedagogos evidenciou-se que após os casos serem encaminhados para o serviço psicopedagógico, é necessário que o profissional entre em contato com a escola, com os professores e realize observações do aluno, em diversos momentos, ou seja, na sala de aula, no recreio, em aulas a campo buscando investigar como a criança age e aprende perante diversas situações e estímulos proporcionados. Como percebemos no relato da psicopedagoga A210 “A

visita do psicopedagogo a escola que o aluno frequenta é importante, pois possibilita a observação do aluno na sala, no recreio, a interação e participação nas aulas, e permite maior diálogo com professores e família”.

Os dados demonstraram que dos 738 (100%) psicopedagogos que atuam na rede pública municipal de educação em sete estados brasileiros, um total de 428 (58,0%) mencionam que faz parte dos procedimentos psicopedagógicos a visita e observação do aluno no contexto escolar.

A atuação do psicopedagogo no contexto escolar também possibilita identificar quais são os elementos do contexto, ou seja, os conteúdos que a criança precisa aprender ou que são aprendidos, os tipos de relações estabelecidas com os docentes, com os colegas da turma e da escola e o nível de participação da família no processo de escolarização do educando. Segundo Brum e Pavão (2014, p. 111), para entender e investigar os problemas de aprendizagem do discente “precisa adentrar o contexto escolar, investigar como ele é ensinado, que tipo de didática é utilizada, como são as relações no ambiente escolar”.

Outros 310 (42,0%) psicopedagogos destacam que estão conscientes sobre a importância de procedimentos envolvendo observação do aluno no ambiente escolar, mas mencionam que devido as dificuldades encontradas, como deslocamento e aligeiramento das avaliações psicopedagógicas, o procedimento não é realizado.

Com base nos dados, 583 (79,0%) dos profissionais psicopedagogos relatam que o procedimento psicopedagógico realizado com maior frequência na rede de ensino é a avaliação psicopedagógica seguida de encaminhamentos. Como a psicopedagoga A30 comenta “*Sei que o trabalho do psicopedagogo é amplo, mas devido grande demanda, concentra-se o trabalho psicopedagógico em avaliações e encaminhamentos*”; o psicopedagogo A612 afirma “*Tenho desejo de realizar todos os procedimentos psicopedagógicos com maior qualidade, mas sou pressionado pela gestão para apresentar números, assim o serviço psicopedagógico abrange mais avaliação psicopedagógica e encaminhamentos*”; e a psicopedagoga 738 destaca “*A avaliação psicopedagógica é necessária pois, possibilita construir uma visão global do aluno, suas habilidades, dificuldades e potencialidades individuais. Mas é necessário que a avaliação subsidie a realização de intervenções posteriores*”.

Conforme Weiss (2016) na avaliação psicopedagógica a conduta do paciente precisa ser vista como uma expressão global; assim, o processo de avaliação demanda tempo, paciência, sessões sucessivas e encaminhamentos a outros especialistas de acordo com a necessidade de cada caso. Deste modo, a avaliação psicopedagógica não deve ser aligeirada, e sim realizada adequadamente visando obter uma visão global do educando e informações que possam subsidiar o planejamento de ações e intervenções psicopedagógicas.

A avaliação psicopedagógica é “uma ferramenta para tomar decisões que melhorem a resposta educacional do aluno ou grupo de alunos, mas também para promover mudanças no contexto escolar e familiar” (COLOMER; MASOT; NAVARRO, 2008, p. 17).

Constatou-se, por meio dos dados obtidos, que a avaliação psicopedagógica é realizada a partir de uma demanda ou necessidade identificada do educando, porém, muitas vezes é realizada com a função de avaliar e encaminhar os alunos para Salas de Recursos, Salas de Apoio, para o AEE e de acordo com a demanda de cada caso os alunos podem ser encaminhados para atendimento com outros especialistas como psicólogo, fonoaudiólogo, oftalmologista, neurologista e entre outros.

O processo de avaliação psicopedagógica não deve ter como único propósito oferecer parecer ou diagnóstico sobre o aluno, mas é importante, que a partir das avaliações psicopedagógicas sejam realizadas devolutivas e orientações aos professores, aos responsáveis pelo educando, encaminhamentos, atendimentos e intervenções psicopedagógicas visando o adequado desenvolvimento do educando.

Devemos ter clareza de que a avaliação psicopedagógica é fruto de uma demanda que exige intervenção profissional com o objetivo de buscar melhoria às situações apresentadas ou diagnosticadas (COLOMER; MASOT; NAVARRO, 2008).

Os dados também revelaram que um total de 59 (8,0%) psicopedagogos de diferentes municípios e estados mencionam nos relatos que recebem alunos com laudos e pareceres duvidosos. Como destaca a psicopedagoga A15 “*questionei o laudo de autismo de uma criança que chegou de outro município. Foi necessário refazer a avaliação psicopedagógica e encaminhar ao neurologista. Constatou-se que a criança tinha somente dificuldade na matemática e não autismo*”.

É preocupante este aspecto que os psicopedagogos revelaram, visto que muitos diagnósticos e pareceres imprecisos podem gerar consequências sérias no

processo de escolarização e na vida do educando. Vale lembrar que muitos profissionais se especializaram em cursos de Psicopedagogia de qualidade duvidosa e sentem-se aptos para realizar a avaliação psicopedagógica, porém, a falta de conhecimentos pode refletir em práticas psicopedagógicas inadequadas, como a emissão de pareceres e laudos errôneos que contribuem para o “adoecimento” dos educandos.

Outro aspecto citado pelos psicopedagogos, é a importância da realização da devolutiva, sendo que um total de 354 (48,0%) psicopedagogos destacam que realizam a devolutiva para a família do discente, para o professor e para a coordenação pedagógica da escola. Como relata a psicopedagoga A515 *“trabalho no chão da escola, faço atendimentos e avaliações psicopedagógicas, em seguida realizo devolutiva aos pais, professores e coordenação pedagógica e orientações”*.

Um total de 110 (14,9%) psicopedagogos apontam que não realizam a devolutiva, por não obter conhecimentos sobre o referido procedimento e o informe psicopedagógico. E outros 274 (37,1%) psicopedagogos não trazem esse dado nas respostas.

Os dados revelaram que além da devolutiva um total de 295 (40,0%) dos psicopedagogos dão continuidade oferecendo atendimento psicopedagógico, o qual é realizado de acordo com as necessidades de cada caso. Na realização dos atendimentos psicopedagógicos, Visca (2010) aponta a necessidade de considerar algumas situações como: o lugar a se realizar o atendimento, o tempo e duração de cada sessão, os procedimentos de trabalho, entre outros, os quais são denominados pelo autor como situações “constantes”.

Os psicopedagogos mencionaram que, na rede pública municipal de educação, os atendimentos psicopedagógicos ocorrem em espaços e ambientes diferenciados: em alguns municípios os profissionais psicopedagogos deslocam-se até as escolas para realizar os atendimentos e, em outros, devido às demandas de atendimentos e à falta de transporte disponível para deslocamento do profissional, a assistência psicopedagógica é realizada dentro da própria Secretaria de Educação ou nos Centros de Atendimento Educacional Municipais. Portanto, os alunos precisam se deslocar de suas escolas ou comunidades para serem atendidos pelos psicopedagogos.

Quanto ao número de atendimentos psicopedagógicos estabelecidos por alunos, não há uma padronização, varia de acordo com cada caso e suas

respectivas demandas e necessidades. Nesse enfoque, a psicopedagoga 514 relata: *“Muitas pessoas não entendem que o trabalho do psicopedagogo demora para dar resultado, visto que a criança aprende e se desenvolve cada um no seu tempo”*.

Além dos atendimentos psicopedagógicos é necessário que sejam realizadas intervenções psicopedagógicas, que são definidas por Solé (2001, p. 26) como um “conjunto articulado e coerente de tarefas e ações levadas a cabo pelos psicopedagogos, em colaboração com os diferentes sistemas e agentes da escola, ações que tendem a promover um ensino diversificado e de qualidade”. Os psicopedagogos relataram que a intervenção deve ser planejada de acordo com cada situação e caso atendido, contribuindo para criar condições que possibilitem ao discente o desejo de aprender.

Os dados demonstraram que além da avaliação, intervenção, encaminhamentos e atendimento psicopedagógico, dependendo das demandas, possibilidades e disponibilidades, os psicopedagogos realizam em alguns municípios outras ações que podem gerar exemplos a serem seguidos, como: reuniões com os representantes de turmas e formação de lideranças positivas: em alguns municípios, os psicopedagogos realizam encontros com os representantes de cada turma do ensino regular, momento que possibilita o diálogo sobre as demandas que emergem do contexto escolar que precisam ser resolvidas ou modificadas e, em seguida, são planejadas ações que serão desenvolvidas pelos representantes com suas respectivas turmas. Dessa forma, o psicopedagogo contribui para a formação de lideranças positivas e para a mudança do panorama apresentado pelos educandos.

É importante que, de acordo com os casos atendidos, os psicopedagogos organizem um espaço periódico na agenda para conversar com os professores dos educandos, realizando orientações e esclarecendo dúvidas sobre as demandas e potencialidades de aprendizagem dos discentes. Conforme constatou-se no relato da Psicopedagoga A614 *“Na escola agendo um horário específico para orientar os professores para melhor atender os alunos em sala de aula, contribuindo para que o professor possa planejar e desenvolver ações que potencializem a aprendizagem do educando”*.

O trabalho psicopedagógico constitui-se em um processo dinâmico, contínuo e preventivo e, na escola, é compartilhado com diferentes profissionais com o objetivo de favorecer a tomada de decisões e a identificação e acompanhamento dos diversos elementos que incidem no processo de ensino e aprendizagem

(COMA; ÁLVAREZ, 2008). Salienta-se que a parceria do psicopedagogo com os profissionais atuantes no campo educacional pode contribuir para a reflexão sobre a ação e para que sejam desenvolvidas ações e intervenções direcionadas à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem visando ao progresso do aprendiz.

Também alguns psicopedagogos demonstraram realizar formações continuadas, oficinas, estudos de caso e grupos de estudos, tendo como ponto de partida as demandas da realidade escolar dos professores. Como relata a psicopedagoga A615 *“Realizo formação com os professores na jornada pedagógica e oficinas durante o ano, oferecendo subsídios para bom atendimento de todos os alunos”*.

Torna-se necessário que o psicopedagogo, ao atuar nas instituições escolares e em cursos que visem à formação de professores, aborde a aprendizagem e suas múltiplas dimensões e contribua para a organização de condições de aprendizagem de acordo com as capacidades e necessidade de cada educando (KIGUEL, 1987).

Em alguns municípios, os psicopedagogos realizam grupos de estudos junto aos professores e profissionais que trabalham com os alunos que foram encaminhados ou que estão recebendo atendimento psicopedagógico. Além disso, os psicopedagogos também realizam explicações, orientações e oportunizam espaços para que os profissionais compartilhem suas experiências, questionamentos, reflitam sobre as modalidades de aprendizagem e possam trocar e construir conhecimentos e, posteriormente, reelaborar as estratégias educativas com o intuito de tornar a aprendizagem significativa.

Em relação ao grupo de estudos, Mendes (2003, p. 248) o define como “um recurso muito interessante e rico, por vários motivos, pois além de possibilitar um estudo mais criterioso em relação a um determinado tema, os grupos compõem-se por pessoas com diferentes formações”.

Alguns psicopedagogos desenvolvem ações de acolhimento, orientação e assessoramento aos estagiários do magistério ou ensino superior, que são contratados para atuar no atendimento de alunos com necessidades educativas especiais, acompanhando esse período de inserção profissional que “configura-se como um momento importante na trajetória do futuro docente” (VAILLANT; MARCELO, 2012, p. 131).

Quanto as reuniões e orientações psicopedagógicas com os responsáveis pelo educando, os psicopedagogos evidenciam a necessidade de estabelecer aproximações e diálogos com os seus familiares ou responsáveis, para conhecer a dinâmica familiar do aluno com relação aos estudos, realizar orientações e desenvolver uma parceria do psicopedagogo com a família, com o intuito de fortalecer o desenvolvimento de ações que potencializem a aprendizagem. Como relata a psicopedagoga A78 *“Realizo reuniões e orientações periódicas com os responsáveis pelo educando, demonstro os avanços e dificuldades apresentados e sempre menciono a importância do acompanhamento familiar no processo de escolarização”*.

Em alguns municípios, as crianças que frequentam a escola residem em abrigos distantes de seus familiares e seus responsáveis alternam frequentemente. Assim, os psicopedagogos destacam a importância de desenvolver ações com as famílias, com os responsáveis e, se for necessário, conhecer e interagir com o educando fora do contexto escolar, fato que ocorre no município A60, como percebe-se no relato da psicopedagoga *“Temos algumas crianças que estão no abrigo no município vizinho e primando pela aprendizagem de todos, se desloco para realizar o atendimento, e orientações que ficam registradas para que todos os profissionais responsáveis tenham acesso”*. Conforme Huguet (2008, p. 97), os profissionais que buscam contribuir para a evolução do educando deveriam se *“dispor a conhecê-lo nos diversos contextos para construir uma imagem global e completa de sua situação, suas necessidades e possibilidades”*.

Os dados também revelam a preocupação de alguns profissionais psicopedagogos, os quais não desenvolvem um trabalho restritamente na Secretaria de Educação, mas sim trabalhos itinerantes nas escolas da zona urbana e rural que fazem parte da rede municipal, com o intuito de atender e acompanhar o desenvolvimento educacional dos discentes. Na visão dos psicopedagogos entende-se trabalho itinerante quando os profissionais percorrem com frequência diversas instituições escolares para desenvolver ações relacionadas ao fazer psicopedagógico.

Assim, a investigação demonstra que alguns psicopedagogos, para realizar o serviço psicopedagógico, transitam entre diversas escolas, realizando avaliações, atendimentos e acompanhamentos dos alunos no contexto educacional. Como percebe-se no relato da psicopedagoga A315 *“As escolas são distantes, é difícil os*

alunos deslocarem para cidade, vou até as escolas, realizo atendimento psicopedagógico aos alunos, orientação aos pais, professores, é um trabalho junto com a escola”.

A atuação do psicopedagogo no contexto escolar possibilita maior aproximação e diálogo com os professores, pedagogos, coordenadores pedagógicos e equipe gestora, além de contribuir para a investigação dos fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam a aprendizagem do educando. Nesse sentido Barbosa (2001) destaca é necessário que os psicopedagogos estabeleçam uma relação madura e saudável entre os professores e alunos, promovendo espaços e condições de reflexão sobre a prática e sobre o processo de aprendizagem do educando.

Os psicopedagogos mencionam a importância de possuir uma sala individualizada nas escolas em que atuam para atender os alunos, pais e professores, pois o espaço reservado possibilita melhor atendimento e maior sigilo de informações compartilhadas em torno de cada caso. Sobre o local em que são realizados os atendimentos psicopedagógicos, Weiss (2016, p. 154) explica que deve ser “um lugar agradável de trabalho, que possibilita trilhar, de forma prazerosa, diferentes caminhos do aprender “.

A pesquisa revela que em alguns municípios da Região Sul do Brasil, ocorre a parceria da educação superior e a educação básica, sendo que a SME recebe estagiários da graduação e especialização em Psicopedagogia e as psicopedagogas que atuam na SME realizam a supervisão.

Conforme Costa (2006), é importante que as instituições de nível superior encaminhem os alunos que cursam Psicopedagogia para intervir juntamente com as crianças de escolas públicas. Essa aproximação entre ensino superior e educação básica pode contribuir para que os futuros profissionais construam uma visão da realidade e das necessidades advindas da educação básica. A parceria entre a rede municipal de ensino e o ensino superior possibilita ganhos mútuos para a formação do psicopedagogo e para o setor educacional visto que, o psicopedagogo tem o lócus real como foco de estudo e de estágio e, a partir da supervisão e acompanhamento dos casos, é possível discutir e ampliar o número de alunos atendidos em menor espaço de tempo.

Ainda, quanto à formação do psicopedagogo, é preciso estar ciente de que esta não ocorre simplesmente pelo acúmulo de conhecimentos teóricos e técnicas

psicopedagógicas, mas vai muito além, sendo necessária a articulação dos saberes teóricos com a prática, promovida pelos momentos de estágio e pelo exercício da função de psicopedagogo.

Os dados apresentados sobre o trabalho psicopedagógico desenvolvido na rede municipal de ensino evidenciam a importância do psicopedagogo no atendimento, avaliação, intervenção e acompanhamento de cada aluno objetivando contribuir para a construção de novos vínculos com a aprendizagem. Também demonstram a relevância de ações psicopedagógicas direcionadas à orientação dos professores, ao assessoramento e construção de diálogos que possibilitem ao docente realizar reflexões sobre a ação, ao planejamento e desenvolvimento de novas estratégias que potencializem a aprendizagem.

A investigação aponta a relevância do trabalho psicopedagógico desenvolvido na rede pública municipal de ensino, o qual pode repercutir na melhoria da educação, nas condições de aprendizagem e no desenvolvimento do aprendiz.

A partir do exposto verifica-se que existem dois tipos de profissionais psicopedagogos, ou seja, os que possuem uma formação de qualidade em Psicopedagogia e atuam no “chão das escolas”, objetivando avaliar, atender, acompanhar e contribuir para que os educandos construam vínculos positivos com a aprendizagem. E existem psicopedagogos que possuem uma formação deficitária, o que pode refletir no serviço psicopedagógico insatisfatório, nas avaliações psicopedagógicas precárias, na omissão de devolutivas e na insuficiência de orientações aos professores sobre cada caso.

Devido à falta de conhecimento sobre quem é o psicopedagogo e suas atribuições, em alguns municípios são desenvolvidas ações de esclarecimento sobre a importância da atuação do psicopedagogo e seus possíveis contributos para a aprendizagem discente. Como relata a psicopedagoga A615 *“quando começamos a trabalhar como psicopedagogas, muitos desconheciam que é o psicopedagogo, fizemos palestras para os professores sobre a função do psicopedagogo, pois o cargo é novo no município”*.

Sabe-se da importância do trabalho psicopedagógico junto aos professores, mas para que se estabeleça uma relação pautada na confiança é necessário que os docentes conheçam quem é o psicopedagogo, a importância do trabalho psicopedagógico e as possíveis ações que poderão ser desenvolvidas com professores, as equipes pedagógicas, alunos, familiares e comunidade escolar. De

acordo com Barbosa (2001), acredita-se que o trabalho psicopedagógico desenvolvido em parceria com os professores contribui para uma relação salutar que reflete na compreensão do papel do psicopedagogo e na receptividade do projeto de trabalho.

Segundo Simili (2019, p. 94) destaca, “atualmente os professores têm o psicopedagogo como um parceiro do processo de ensino e aprendizagem”. Ainda, a autora menciona que, diante das demandas e diversidades, é necessário que o professor e o psicopedagogo caminhem juntos buscando desenvolver ações que contribuam para a potencialização da aprendizagem do aluno.

5.4 A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL: PARCERIAS PSICOPEDAGÓGICAS

Com intuito de compreender as parcerias psicopedagógicas estabelecidas no decorrer da atuação do psicopedagogo na rede pública municipal de educação dos sete estados brasileiros, a quarta pergunta do questionário buscou investigar como é composta a equipe psicopedagógica atuante no município?

A partir dos dados, apresenta-se a composição das equipes multiprofissionais, no primeiro momento destaca-se a importância da parceria do psicopedagogo com especialistas de diferentes áreas e suas contribuições na apresentação, discussão e reflexão dos casos atendidos. No segundo momento, apontam-se as dificuldades encontradas por alguns psicopedagogos atuantes na rede municipal para desenvolver um trabalho em equipe com outros profissionais.

O Quadro 8 apresenta um panorama da composição das equipes multiprofissionais atuantes nos sete estados brasileiros.

Quadro 8 – Parcerias psicopedagógicas e composição das equipes multiprofissionais

Estados	Psicopedagogo e equipe multiprofissional	Psicopedagogo	Não menciona
Rio Grande do Sul	89	30	1
Paraná	160	10	37
Santa Catarina	46	4	4
Acre	1	0	0
Rio Grande do Norte	22	4	0
Espírito Santo	11	2	4
Mato Grosso do Sul	22	4	0
Total	351	54	46

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

A atuação do psicopedagogo em conjunto com outros especialistas predomina em maior parte dos municípios, dado demonstrado no Quadro 8, em que 351 psicopedagogos que trabalham nos municípios dos sete estados brasileiros desenvolvem parcerias com outros profissionais, formando as equipes multiprofissionais, que são compostas de maneira variada, como apresenta-se a seguir.

No estado do Rio Grande do Sul, as equipes multiprofissionais são compostas de diferentes formas, sendo: a) Psicopedagogo, psicólogo e fonoaudióloga; b) Psicopedagogo e psicólogo; c) Psicopedagogo, Psicólogo, fonoaudióloga e professor do AEE; d) Psicopedagoga, psicóloga, fonoaudióloga e assistente social; e) Psicopedagogo, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional (T.O); f) Psicopedagoga, psicóloga, fonoaudióloga, T.O e nutricionista; g) Psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo e professor da SRM; h) Psicopedagogo, psicólogo, fonoaudióloga, neurologista; i) Psicopedagogo, psicólogo, fonoaudióloga e psiquiatra; j) Psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, psicomotricista, coordenadora pedagógica e neurologista.

No Paraná, a composição das equipes multiprofissionais é a seguinte: a) Psicopedagogo e Psicólogo; b) Psicopedagogo, psicólogo, fonoaudióloga; c) Psicopedagogo, psicólogo, fonoaudióloga, assistente social; d) Psicopedagogo, psicólogo, fonoaudióloga, assistente social e pedagogo; e) Psicopedagogo e psicólogo em conjunto com neurologista; f) Psicólogo, psicopedagogo e pedagogo; g) Psicopedagogo, psicólogo, fonoaudióloga, fisioterapeuta.

Em Santa Catarina, as equipes multiprofissionais são formadas de maneiras díspares, sendo: a) Psicóloga, fonoaudióloga, nutricionista e neuropsicopedagoga;

b) Psicopedagogo, psicólogo, fonoaudióloga, assistente social; c) Psicopedagogo e Psicólogo; d) Psicopedagogo, psicólogo, fonoaudióloga.

No Acre, a equipe multiprofissional no município que oferece o serviço psicopedagógico é composta por: a) Psicopedagogo e psicólogo do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

No estado do Rio Grande do Norte, as equipes multiprofissionais atuantes são formadas pelos seguintes profissionais: a) Psicopedagogo e Psicólogo; b) Psicopedagogo, psicólogo e fonoaudióloga; c) Psicopedagogo, coordenador pedagógico, psicólogo; d) Psicopedagogo e fonoaudiólogo; e) Psicopedagogo, neuropediatra e fisioterapeuta; f) Psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, fisioterapeuta; g) Psicopedagogo, psicólogo e psiquiatra.

No Espírito Santo, as equipes multiprofissionais são constituídas por: a) Psicopedagogo e Psicólogo; b) Psicopedagogo, psicólogo e fonoaudióloga; c) Psicopedagogo e fonoaudióloga; d) Psicopedagoga, psicóloga e pedagoga.

No estado do Mato Grosso do Sul, a composição das equipes multiprofissionais atuantes na rede pública municipal é formada da seguinte forma: a) Psicopedagogo e Psicólogo; b) Psicopedagoga, coordenação da educação infantil e ensino fundamental; c) Psicopedagogo, psicólogo e nutricionista; d) Psicopedagogo, psicólogo da saúde e assistência social; e) Psicopedagogo, psicólogo da educação e fonoaudióloga.

Constata-se que as configurações das equipes multiprofissionais variam de acordo com cada município, fato que está atrelado à contratação, disponibilidade e comprometimento dos profissionais com os casos atendidos.

O trabalho do psicopedagogo em conjunto com outros profissionais e especialistas recebe distintas denominações, tais como: equipe multiprofissional, equipe diversidade, equipe técnica e equipe multidisciplinar. Sendo nesta tese utilizado o termo equipe multiprofissional.

As equipes multiprofissionais são compostas por especialistas de diferentes áreas, que buscam realizar ações em conjunto em prol do melhor atendimento do aprendiz e da melhoria dos processos de ensino e aprendizagem (BLASZKO; PORTILHO; UJIIE, 2016). Neste sentido observa-se que as equipes atuantes na rede pública municipal de educação são formadas por profissionais, com formações acadêmicas diferenciadas, mas que podem estabelecer inter-relações e trabalhar em direção a um objetivo em comum, ou seja, o desenvolvimento do aprendiz.

O trabalho nas equipes multiprofissionais configura-se pela comunicação e relação recíproca entre múltiplos especialistas que, “quando efetiva e de qualidade, possibilita a articulação das ações e a cooperação entre os profissionais (PEDUZZI *et al.*, 2001, p. 2). Ressalta-se que as equipes multiprofissionais podem ser organizadas e compostas de diferentes formas, de acordo com o objetivo e as pretensões de cada rede de ensino.

Conforme os relatos dos psicopedagogos, as equipes multiprofissionais desenvolvem um trabalho de qualidade quando realizam encontros presenciais e periódicos entre os profissionais para apresentar, discutir, refletir e planejar ações de intervenção em prol da aprendizagem do sujeito atendido. Em alguns municípios, existe um cronograma de encontros dos profissionais que atendem os educandos, como constata-se no relato da psicopedagoga A170 atuante em um município estado do Rio Grande do Sul “*Trabalho em conjunto com a equipe, tem um cronograma de encontros, uma vez por mês se reúne com a psicóloga da educação, fonoaudióloga, nutricionista, enfermeira, psicóloga da saúde para discutir os casos atendidos*”.

Nesse sentido, Huguet (2008, p. 88) enfatiza que “ninguém põe em dúvida a necessidade da colaboração entre profissionais para ajudar a melhorar a situação dos alunos com dificuldades”. Para que o trabalho em equipe tenha maior efetividade, é necessário que os profissionais realizem trocas de informações, discussões dos casos atendidos visando elaborar diagnósticos, encaminhamentos e atendimentos precisos. Nesse sentido, a psicopedagoga de um município do estado do Rio Grande do Sul destaca: “*um diagnóstico errado pode afetar a vida da criança num todo. Por isso, é superimportante o trabalho do psicopedagogo em parceria com outros profissionais*”.

No contexto do trabalho em equipe, Coll, Marchesi e Palacios (2007) explicam que é necessário proporcionar o compartilhamento de conhecimentos, dados e informações dos elementos que interferem no processo de ensino e aprendizagem, identificando as possíveis dificuldades de aprendizagem e necessidades educativas que o educando apresenta para, em seguida, fundamentar as decisões e ações em prol do desenvolvimento das capacidades e potencialidades de cada aprendiz.

Nessa dimensão, é necessário que os profissionais que compõem a equipe multiprofissional, ao discutir os casos, compreendam que cada aprendiz é único, constituído de vivências, de condições psicoafetivas, familiares, culturais, sociais e

biológicas, circunstâncias que exercem influência diretamente ou indiretamente no seu desenvolvimento e aprendizagem.

É importante que os especialistas e psicopedagogos também trabalhem em parceria com professores, diretores, coordenadores pedagógicos estabelecendo diálogos, orientações e ações em conjunto com os profissionais da área da educação. Os encontros dos psicopedagogos com os professores e com a equipe técnica permitem facilitar a circulação do saber (NOFFS, 2003).

A atuação das equipes multiprofissionais variam de duas maneiras na rede pública municipal, sendo: a) Após o psicopedagogo encaminhar o aluno a outros especialistas, estes realizam uma avaliação do aprendiz e, em seguida, reúnem-se para discutir em conjunto os casos, traçar estratégias e planejar os atendimentos necessários para que o educando evolua nas aprendizagens; b) Ao receber o educando encaminhado, os especialistas realizam a avaliação e emitem um parecer descritivo que é encaminhado para o psicopedagogo, o qual realiza a leitura dos pareceres e registra uma síntese das informações na avaliação psicopedagógica, não ocorrendo o diálogo presencial sobre os casos avaliados e atendidos. Nesse viés, é conveniente ressaltar que “sem uma troca pessoal entre os profissionais da equipe, o diagnóstico se transforma numa soma de laudos parciais que nem sempre permitem construir a imagem global do sujeito” (WEISS, 2016, p. 149).

O trabalho em parceria com a equipe multiprofissional exige do psicopedagogo a necessidade de filtrar e considerar as informações advindas do acompanhamento e atendimento do educando, da escola, dos professores, da família ou responsáveis, as quais devem ser integradas às informações trazidas pelos demais especialistas que atendem o educando, visando entender o aprendiz de maneira global.

Compreende-se a importância do psicopedagogo desenvolver um trabalho em parceria e com a colaboração de outros profissionais, como psicólogos, neurologistas, psiquiatras, entre outros, na perspectiva de articular e construir saberes para a reflexão e revisão da práxis pedagógicas e psicopedagógica desenvolvida no contexto escolar.

Atualmente o trabalho psicopedagógico é reconhecido pela sua importância e eficácia, sendo indicado por profissionais de diferentes áreas, tais como: psicólogos, pediatras, neurologistas, fonoaudiólogos, entre outros. Isso se confirma no relato da psicopedagoga A40 “*nós recebemos solicitação da Promotoria Pública, do*

neurologista e psicólogo que encaminham os alunos com indicação de atendimento psicopedagógico”.

A atuação do psicopedagogo em parceria com a equipe multiprofissional mostra-se mais eficaz do que a atuação psicopedagógica isolada, pois os conhecimentos e experiências compartilhados entre os profissionais referentes a cada caso atendido contribuem para uma visão mais ampla do aprendente e a realização de um trabalho integrado em prol da evolução e aprendizagem dos atendidos.

Do total de participantes da pesquisa, vale destacar que psicopedagogos de 46 dos municípios não informaram no questionário sobre a existência do trabalho em equipe multiprofissional, dificultando realizar um levantamento de dados destes municípios.

E no segundo momento, os dados revelam que em 54 municípios os psicopedagogos encontram dificuldades para estabelecer parcerias com outros profissionais e desenvolver um trabalho em equipe, devido à falta dos especialistas na rede. Esses psicopedagogos, diante das possibilidades existentes, esgotam todos os recursos ao seu alcance para atender os alunos, mas a falta da parceria com outros profissionais impossibilita que os educandos possam receber atendimento adequado com fonoaudiólogos, neurologistas, psicólogos e entre outros especialistas. Como percebe-se no relato da psicopedagoga A2 *“Muitos alunos precisam de atendimentos de especialistas como psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, mas falta esses profissionais no município, dificultando a realização do trabalho em equipe também”.*

Portanto, conforme Scoz (1994), a falta de uma política que possibilite a integração por parte dos serviços públicos desfavorece a aproximação dos profissionais da escola com outros especialistas, revertendo tal situação em prejuízos para os educandos, visto que, a falta de atendimento adequado pode contribuir para o aumento das dificuldades e defasagens de aprendizado.

5.5 NECESSIDADES EMERGENTES DA PROFISSÃO DE PSICOPEDAGOGO

Outro dado relevante para responder a problemática desta tese consiste em conhecer as necessidades emergentes dos profissionais que atuam no cargo de

psicopedagogo na rede pública municipal de educação dos sete estados brasileiros, sendo assim, a sexta pergunta do questionário foi: Com relação ao serviço psicopedagógico e a atuação do psicopedagogo na rede pública municipal, quais são as necessidades na área?

A partir dos dados, foram elaboradas categorias, sendo: a) Aperfeiçoamento; b) Incentivo da gestão para qualificação profissional; c) Pós-graduação com qualidade; d) Aliar tecnologia à Psicopedagogia; e) Romper com rótulos sobre trabalho psicopedagógico; f) Acesso a materiais e informações atualizadas da área; g) Regulamentação do cargo de psicopedagogo, a seguir são descritas as categorias.

a) Aperfeiçoamento: Os dados demonstram que um total de 638 (86,4%) psicopedagogos apontam como uma das necessidades o acesso e participação em cursos e formações específicas na área da Psicopedagogia buscando o aperfeiçoamento profissional.

Com relação aos cursos e formações na área da Psicopedagogia, os dados indicam que estes devem ser acessíveis geograficamente, financeiramente e oferecer espaços para que os profissionais possam dialogar e construir conhecimentos com seus pares. Conforme percebe-se nos relatos que segue, a psicopedagoga A679 menciona *“Sinto falta de participar de cursos na área da Psicopedagogia, os cursos que são oferecidos ficam em regiões distantes, sendo difícil por exemplo sair do norte e ir para o Sul do Brasil, e muitas vezes a prefeitura não tem como ajudar com as despesas”*, a psicopedagoga A76 afirma que *“Além da distância, muito cursos oferecidos na área da Psicopedagogia tem inscrição com valor exagerado, por isso, na minha opinião é preciso rever os valores, fato que contribuirá para que os psicopedagogos possam participar mais”* e a psicopedagoga A35 cita que *“É importante que ao longo dos cursos, sejam criados espaços que possibilitem aos psicopedagogos esclarecimentos de dúvidas, estudos de caso, compartilhamento de experiência e construção de conhecimentos em conjunto”*.

Sobre os cursos e formações, os psicopedagogos afirmam que estes precisam ser oferecidos e desenvolvidos a partir das demandas dos participantes, de acordo com cada região. Como evidencia-se no relato da psicopedagoga A70 *“Sugiro que a cada curso seja realizada uma sondagem das temáticas para futuras formações, é ótimo quando abordam conhecimentos que necessitamos para aperfeiçoar o serviço psicopedagógico”*.

Destaca-se que um total de 95% (701) dos psicopedagogos sugere que os cursos sejam oferecidos nas microrregiões dos estados, com espaços para que os profissionais possam estabelecer vínculos, esclarecer dúvidas, construir e reelaborar os conhecimentos e planejar possíveis estratégias para intervenção e atendimento do aprendiz. Assim, é importante que as instituições superiores e os representantes da Psicopedagogia possam organizar, planejar e desenvolver *cursos, formações e ações* que alcancem todos os municípios.

A formação continuada dos psicopedagogos tem sido uma questão emergente a ser enfrentada, pois muitas vezes os profissionais se deparam com dificuldades concretas no serviço psicopedagógico, e não estão munidos de conhecimentos necessários. Assim, os saberes do psicopedagogo são construídos durante sua formação, aperfeiçoamento, reflexão, práxis psicopedagógica e na relação dialógica com seus pares e outros especialistas.

Segundo Scoz *et al.* (1998, p. 8): “o psicopedagogo deve ser capaz de investir na sua formação pessoal, de maneira contínua e significativa, de modo a estar apto a também desenvolver um papel profissional inovador [...]”. A maioria dos psicopedagogos aponta a necessidade de acesso e busca por cursos abrangendo temáticas atualizadas no campo da Psicopedagogia, demonstrando a preocupação e o compromisso com a formação profissional bem como com a melhoria do serviço psicopedagógico.

No que se refere aos cursos e formações no campo da Psicopedagogia, é necessário que haja articulação entre a teoria e a prática, reflexão sobre a ação, criação de redes dialógicas entre os profissionais psicopedagogos, sendo promovidos espaços para que sejam abordados aspectos referentes à realidade educacional.

b) Incentivo da gestão para qualificação profissional: Os psicopedagogos apontam a necessidade de maior incentivo por parte dos secretários (as) de educação, para que possam realizar cursos, formações, especializações, mestrados e doutorados visando o aperfeiçoamento profissional. Como relata a psicopedagoga A405 que tentou realizar um curso, mas “*a secretária de educação criou regras internas, indeferindo a participação em formações, especializações, mestrado e doutorados, justificando que aperfeiçoamento não contribui para a melhoria do serviço psicopedagógico*”.

Conforme a LDB (BRASIL, 1996b), é garantido aos profissionais da educação o direito à formação continuada, que pode ser realizada no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.

Sendo assim, é necessário compreender que “a formação vai e vem, avança e recua, construindo-se num processo de relações ao saber e ao conhecimento” (NÓVOA, 1992, p. 13). Nesse sentido, se faz necessário o apoio da gestão para o aperfeiçoamento profissional, os quais inclusive podem acompanhar o trabalho do psicopedagogo, incentivando a contínua formação, dialogando e fornecendo sugestões que possibilitem maior visibilidade do serviço psicopedagógico desenvolvido na rede municipal.

Em relação à necessidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional, é importante destacar que estes “integram todos os processos que melhoram a situação de trabalho, o conhecimento profissional, as habilidades e atitudes dos trabalhadores da educação” (IMBERNÓN, 2009, p. 45). Desse modo, a participação dos psicopedagogos em cursos de formação, especialização, formação continuada, encontros, seminários, grupos de estudos, entre outros, podem possibilitar aos profissionais estabelecer vínculos com os pares, trocar informações, esclarecer dúvidas, planejar intervenções e construir conhecimentos que possam melhorar e enriquecer o trabalho psicopedagógico.

c) Pós-graduação com qualidade: Cursos de pós-graduação em Psicopedagogia com qualidade está entre as necessidades emergentes apontadas pelos psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação. Como observa-se nos relatos, a psicopedagoga A711 mencionou “*sinto falta de ter realizado uma especialização de qualidade, pois, a pós-graduação foi na área institucional e não teve estágios, por exemplo, não aprendi com faz a avaliação psicopedagógica e nem intervenções*” e a psicopedagoga A477 relata “*é preciso que os cursos de pós-graduação em Psicopedagogia sejam de qualidade, cursei uma que começava com estágios, mas não tive base teórica e tinha umas disciplinas como artes no curso*”.

Observa-se que alguns cursos de pós-graduação em Psicopedagogia apresentam qualidade duvidosa, abrangendo fragmentos de conhecimentos, apresentam disciplinas aleatórias, ou seja, especializações que iniciam com práticas

de estágio sem a base inicial de conhecimentos ou contemplam saberes distantes do campo de atuação do psicopedagogo. Flores (1994), mediante entrevista realizada com Edith Rubinstein, trouxe uma preocupação com relação à formação dos psicopedagogos, uma vez que alguns cursos de Psicopedagogia oferecidos pelas instituições oferecem poucos subsídios de formação.

Rodrigues, Noffs e Fabrício (1997, p. 6) entrevistaram Ana Maria Zenícola, uma das referências na área da Psicopedagogia, a qual foi Membro do Conselho Nacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPp, além de realizar outras atividades na área. Na entrevista, Ana Maria Zenícola aponta a “necessidade do controle legal dos cursos de formação, com estabelecimento de mínimo de horas, de currículo, bem como estágio supervisionado”. Desse modo, os cursos de especialização em Psicopedagogia devem seguir as normativas dos documentos vigentes na área, oferecendo uma sólida formação articulando conhecimentos teóricos e práticos, visando formar profissionais competentes para atuar no campo da Psicopedagogia.

É possível perceber, por meio da análise dos dados, que o serviço psicopedagógico está atrelado diretamente à qualidade da formação do profissional que atua no campo da Psicopedagogia; assim, é importante que os cursos de graduação e pós-graduação sejam repensados, assegurando ao profissional a especialização em aprendizagem humana e integralização dos diversos contextos nos quais a aprendizagem acontece.

d) Aliar tecnologia à Psicopedagogia: outra necessidade que os psicopedagogos indicam é que sejam utilizados recursos tecnológicos como aliados para melhorar a formação, atuação e a qualidade do serviço psicopedagógico oferecido à população. Os profissionais sugerem que sejam criados aplicativos que aproximem e possibilitem a interação e o diálogo entre os psicopedagogos de diferentes municípios e regiões do Brasil. Como menciona a psicopedagoga A5 “*seria necessário criar um grupo de WhatsApp para que os profissionais da área da psicopedagogia possam socializar conhecimentos, ideias, eventos na área. Já tentei encontrar, mas até o momento não achei*”.

Os psicopedagogos mencionam que, diariamente, possuem questionamentos e necessitam dialogar com outros profissionais da área da Psicopedagogia. Portanto, os grupos e aplicativos contribuiriam para que profissionais principiantes e

atuantes pudessem compartilhar experiências, esclarecer dúvidas e construir conhecimentos em conjunto em prol da melhoria do trabalho psicopedagógico.

Da mesma forma, é mencionada pelos psicopedagogos a necessidade de criação de plataformas que possibilitem ao psicopedagogo esclarecer dúvidas em tempo real, interagir individualmente e coletivamente com seus pares e compartilhar e construir conhecimentos em conjunto. Também indicam a necessidade de haver programas e softwares que ofereçam suporte para o trabalho psicopedagógico, conforme relata a psicopedagoga A2 “*vocês deveriam pensar em criar programas acessíveis que pudessem nos ajudar no processo de avaliação, atendimento e diagnóstico preciso*”.

Os psicopedagogos também sugerem que sejam pensados e desenvolvidos cursos semipresenciais abrangendo conhecimentos atualizados da área da Psicopedagogia, os quais precisam ser divulgados a todos os profissionais atuantes na rede pública municipal.

e) *Romper com rótulos sobre trabalho psicopedagógico*: os psicopedagogos apontam que é preciso romper com o rótulo de que profissional resolve todos os problemas de aprendizagem em curto espaço de tempo. Como verifica-se no relato da psicopedagoga A333 “*a visão de muitos professores e familiares é que o psicopedagogo vai resolver todos os problemas de aprendizagem do educando de um dia para outro*”.

É preciso compreender que o aluno encaminhado para o serviço psicopedagógico está em fase de desenvolvimento, outros ainda estão imaturos para atender as exigências escolares, alguns apresentam limitações cognitivas, entre outros aspectos. Deste modo, é preciso compreender que cada criança evolui no seu tempo e possui níveis de desenvolvimento diferenciados.

Outro aspecto citado por 15% (111) dos psicopedagogos, é a exigência de aligeiramento dos atendimentos psicopedagógicos. Relatos apontam que, em um dia, o professor encaminha o aluno e, em seguida, solicita um diagnóstico pressionando a gestão, a qual exige retorno imediato do psicopedagogo. Também os psicopedagogos encontram outro desafio, a resistência dos professores em ouvir e receber orientações psicopedagógicas.

Outra questão verificada consiste na rotulação ou antecipação do diagnóstico pelos professores, antes mesmo de a criança ser encaminhada para avaliação psicopedagógica, como se constata no relato da psicopedagoga A10 “*hoje tem muito*

laudo, se não estou conseguindo ensinar preciso de laudo. Em muitos casos o professor já dá laudo antes mesmo do atendimento psicopedagógico, por exemplo: a criança não pode piscar o olho que já tem autismo". Nesse sentido, Weiss (2016, p. 26) explica que "é preciso não confundir o aluno com dificuldades de aprendizagem com o aluno que aprende, mas não tem a produção esperada pelo professor ou pela família".

É preciso que os profissionais compreendam o nível de desenvolvimento da criança, sua singularidade, o seu estilo de aprendizagem e suas características cognitivas, biológicas, afetivas e sociais. Cada criança experiencia situações e realiza interações diferentes com mundos e objetos, os quais contribuem para a estruturação cognitiva e o processo construtivo de aprendizagem que é próprio de cada sujeito (POZO, 2004).

f) Acesso a materiais e informações atualizadas da área: outra necessidade apontada pelos psicopedagogos consiste em obter acesso a materiais e informações atualizadas na área da Psicopedagogia. Os psicopedagogos também indicam que as instituições, os pesquisadores e órgãos representativos da Psicopedagogia no Brasil encaminhem às Secretarias Municipais de Educação e seus respectivos psicopedagogos links de sites atualizados, informações de documentos vigentes e indicação de novos materiais que possam ser adquiridos para enriquecer o serviço psicopedagógico oferecido nas redes de ensino.

Destacam também a falta de ações e de aproximação das pesquisas com a rede pública municipal, apontando a importância de que os trabalhos desenvolvidos na área sejam divulgados e compartilhados, contribuindo para o enriquecimento do serviço psicopedagógico em outras regiões do Brasil.

Alguns psicopedagogos atuantes em diferentes municípios desconhecem os órgãos representativos da Psicopedagogia em nível estadual, regional e nacional, como percebe-se no relato da psicopedagoga A209 "*Me diz, mas existe algum órgão que representa nos psicopedagogos? Pois desconheço, seria importante saber para poder entrar contato inclusive*".

Nesse sentido, sugere-se que órgãos representantes da Psicopedagogia no Brasil, busquem estabelecer aproximações com as redes públicas municipais de educação objetivando compartilhar informações sobre os órgãos representantes dos psicopedagogos e da Psicopedagogia no Brasil, suas atribuições, cursos

desenvolvidos e ações direcionadas ao fortalecimento da formação e atuação do psicopedagogo no campo educacional.

g) Regulamentação do cargo de psicopedagogo: Os psicopedagogos mencionam a necessidade da regulamentação do cargo de psicopedagogo que pode possibilitar avanços profissionais, realização de concursos e criação de planos de carreira. Como afirmam Rodrigues, Noffs e Fabrício (1997), a regulamentação da profissão de psicopedagogo favorecerá a definição de sua identidade e do fazer psicopedagógico.

A regulamentação do cargo de psicopedagogo poderá proporcionar o fortalecimento da identidade profissional, o reconhecimento da profissão, do trabalho psicopedagógico e da Psicopedagogia como aliada para a melhoria da aprendizagem e da educação no Brasil.

Além da regulamentação, a pesquisa aponta a necessidade de que os psicopedagogos sejam reconhecidos como profissionais da educação, tendo em vista favorecer os processos de remuneração a partir dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O reconhecimento do psicopedagogo como profissional da educação pode contribuir para incluí-lo no plano de cargos e salários, remunerá-lo adequadamente e abrir novos concursos e contratos para o cargo de psicopedagogo.

Por fim, 80%(590) dos psicopedagogos mencionam a relevância da presente pesquisa para conhecer o panorama da atuação e do serviço psicopedagógico oferecido nas redes públicas municipais bem como obter informações sobre ações que estão sendo desenvolvidas em outros municípios, as quais podem ser adotadas, adaptadas e desenvolvidas em outras regiões contribuindo para a melhoria do serviço psicopedagógico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados levantados nesta pesquisa e diante do objetivo proposto nesta tese, que foi o de analisar os cenários e desafios do psicopedagogo nas redes públicas municipais de educação de sete estados brasileiros, tornou-se possível reconhecer a importância da atuação do psicopedagogo na rede pública municipal de educação.

Assim, a partir do objetivo geral, buscou-se responder à problematização desta pesquisa que consistiu em: Quem é o psicopedagogo atuante nas redes públicas municipais de educação de sete estados brasileiros?

Com intuito de conhecer o cenário atual do serviço psicopedagógico oferecido na rede pública municipal de educação, contactou-se que em 1.537 municípios que compõem os sete estados brasileiros, 528 deles não têm o profissional psicopedagogo atuando no cargo e no setor educacional. E em outros 451 municípios existe o psicopedagogo atuante no cargo e no setor educacional na rede pública municipal.

Na rede pública municipal de educação, em sete estados brasileiros, somam-se 738 psicopedagogos atuando nos 451 municípios, demonstrando que o trabalho do psicopedagogo já é reconhecido e legitimado pela sociedade no cenário educacional. Embora haja esse reconhecimento, a pesquisa também revelou a necessidade de formação e regulamentação da profissão, do reconhecimento das gestões educacionais e políticas e da implantação do serviço psicopedagógico nos demais municípios.

Constatou-se que existe uma variação de 1 a 70 psicopedagogos atuando em cada município, o que apresenta estreita relação com as demandas de atendimento psicopedagógico da população local, a dimensão do município, a disponibilidade de recursos financeiros para a contratação de profissionais e, ainda, uma visível relação com as propostas das gestões políticas e educacionais.

A pesquisa revelou, ainda, que os psicopedagogos atuantes nas redes públicas municipais de educação possuem vínculos empregatícios diferenciados, demonstrando que o maior índice de profissionais é concursado para outros cargos e designados para atuar na função de psicopedagogo, fato que gera preocupação, pois os profissionais não possuem estabilidade profissional e nem plano de carreira e estão sujeitos a processos administrativos devido à disfunção do cargo. Essa

questão reforça a necessidade de os municípios criarem concursos específicos para o cargo de psicopedagogo.

No que diz respeito aos vínculos empregatícios dos psicopedagogos, evidenciou-se que uma parcela ínfima dos profissionais é concursada no cargo de psicopedagogo, perante o contingente total de profissionais que atuam no campo da Psicopedagogia. O enquadramento adequado para atuar no cargo de psicopedagogo é concursado na área específica, aspecto que pode contribuir para a construção da profissionalidade e identidade profissional. O cenário atual revela que os municípios possuem autonomia para criar concursos abrangendo o cargo de psicopedagogo e efetivar os profissionais.

O terceiro maior índice de profissionais psicopedagogos são os contratados temporariamente para exercer o cargo, fato que pode refletir na continuidade do serviço psicopedagógico podendo impactar inclusive na qualidade. Constata-se que a demanda pelo atendimento psicopedagógico não é temporária, pois os alunos estão em constante processo de escolarização e necessitam do atendimento para superar as defasagens e potencializar as aprendizagens.

Ocorre uma variação anual no número de profissionais psicopedagogos atuantes na rede pública municipal, isso em razão do processo contratual, que gera falta de estabilidade profissional.

Com propósito de responder quem é o psicopedagogo atuante na rede pública municipal de educação em sete estados brasileiros, a pesquisa revelou que o maior número de profissionais atuantes no cargo de psicopedagogo possui graduação em pedagogia, atua na área educacional e demonstra preocupação com o processo de aprendizagem dos educandos.

A maioria dos psicopedagogos possui especialização na área da Psicopedagogia, atendendo os requisitos propostos pela ABPp para atuar no cargo de psicopedagogo. No entanto, existe também uma parcela significativa de psicopedagogos que possui formação fragmentada na área da Psicopedagogia, por terem realizado cursos de pós-graduação com ênfase somente no âmbito institucional ou somente no âmbito clínico. E ainda se tem, em menor índice, profissionais com formações distintas da Psicopedagogia, os quais não tem reconhecimento nacional como campo de formação do psicopedagogo.

Observou-se que os psicopedagogos atuantes na rede pública municipal de educação em sete estados brasileiros possuem formações em nível de graduação e

especializações em áreas e instituições diferentes, aspectos que influenciam na formação dos diversos perfis de atuação do psicopedagogo nos municípios.

A atuação do psicopedagogo na rede pública municipal de educação compreende vários desafios, como atender uma grande demanda de alunos, estar em constante formação durante o período de exercício da profissão e atuar sem a regulamentação do cargo.

Os dados revelaram que a atuação do psicopedagogo na rede pública municipal abrange ações junto aos discentes, tais como: triagem, avaliação psicopedagógica, diagnósticos, encaminhamentos, atendimentos, orientações e suporte a alunos que apresentam dificuldades de aprender. Isso permite inferir que o psicopedagogo é um profissional que busca compreender e trabalhar com o processo de aprendizagem, considerando os fatores que desencadeiam as dificuldades de aprendizagem e os aspectos que favorecem novas aprendizagens.

Em grande parcela dos municípios, os psicopedagogos desenvolvem um trabalho em parceria com a equipe multiprofissional, tendo maior efetividade, quando os profissionais realizam encontros presenciais e periódicos, troca de informações, discussões dos casos atendidos, visando à construção de uma perspectiva mais ampla do aprendente e à realização de um trabalho integrado em prol da evolução e aprendizagem do aluno.

Por meio dos dados obtidos, evidenciou-se que o psicopedagogo atuante na rede pública municipal de educação é um profissional que apresenta necessidades com relação a aperfeiçoamento profissional, maior incentivo da gestão, regulamentação da profissão e entre outros. Convém ressaltar, ainda, que as necessidades apresentadas pelos psicopedagogos podem contribuir para o planejamento e desenvolvimento de ações tanto no âmbito municipal, estadual e nacional, que possibilitem a melhoria da qualidade do serviço psicopedagógico.

Os dados apresentados nesta tese indicaram a importância dos representantes da Psicopedagogia a nível regional e nacional planejarem e desenvolverem ações que alcancem todos os municípios, dando maior visibilidade sobre quem é o profissional psicopedagogo, suas atribuições e contribuições para o desenvolvimento do educando e para a melhoria da educação.

Diante do contexto apresentado, é relevante destacar que a presente pesquisa dispõe de contribuições significativas no sentido de atribuir maior destaque

ao profissional psicopedagogo e às suas contribuições em direção a aprendizagem e melhoria da educação para todos os educandos.

Os dados obtidos e as reflexões a partir deles propostas, portanto, são de suma importância, visto que contribuem para o conhecimento dos desafios e dos cenários de atuação do psicopedagogo na rede pública municipal de educação em sete estados brasileiros e, por conseguinte, vêm oferecer subsídios capazes de fortalecer as ações e lutas em prol da regulamentação do cargo de psicopedagogo.

Mais que produzir a tese, espera-se que esta provoque inquietações acerca da Psicopedagogia e do serviço psicopedagógico, mobilizando interessados a produzirem novos estudos que possam contribuir para o contínuo desenvolvimento da área no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; SANO, Hironobu. **Associativismo intergovernamental: experiências brasileiras**. Brasília: IABS, 2013.

AGUIAR, Joaquim Castro. **Competência e autonomia dos municípios na Nova Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

ALMEIDA E SILVA, Maria Cecília. O objeto da psicopedagogia. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 17, n. 44, p. 40-42, 1998.

ALMEIDA E SILVA, Maria Cecília. **Psicopedagogia: a busca de uma fundamentação teórica**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **ABPp no Brasil**. 2020. Disponível em: https://www.abpp.com.br/abpp_no_brasil_pa.html. Acesso em: 20 jan. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Categorias de associados**. 2019a. Disponível em: https://www.abpp.com.br/seja_associado_categoria_de_associados.html. Acesso em: 29 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **CBO - Classificação Brasileira de Ocupações**. 2002. Disponível em: https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_cbo_classificacao_brasileira_de_ocupacoes.html. Acesso em: 23 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Código de Ética do Psicopedagogo**. 2013a. Disponível em: https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html. Acesso em: 12 jan. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Código de Ética do Psicopedagogo**. 2019b. Disponível em: https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html. Acesso em: 27 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil**. 2013b. Disponível em: https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_diretrizes_formacao.html. Acesso em: 24 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil**. 2019c. Disponível em: https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_diretrizes_formacao.html. Acesso em: 25 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Estatuto Social**. 2013c. Disponível em: https://www.abpp.com.br/estatuto_nacional_registrado.pdf. Acesso em: 24 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Parâmetros Nacionais para Elaboração de Concursos Públicos para Psicopedagogos no Brasil**. 2013d. Disponível em: https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_parametro_nacional_para_elaboracao_de_concurso_publico_psicopedagogo.html. Acesso em: 15 jun. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Quem somos**. 2019d. Disponível em: https://www.abpp.com.br/psicopedagogo_quem_somos.html. Acesso em: 27 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Reunião com coordenadores**: formação dos profissionais em Psicopedagogia. 2019e.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. SEÇÃO BAHIA. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <https://abppbahia.com.br/quem-somos/abpp-secao-bahia>. Acesso em: 29 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. SEÇÃO GOIÁS. **Histórico da Associação Brasileira de Psicopedagogia – Seção Goiás**. 2020. Disponível em: <http://abppgo.com.br/index.php/historia/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

AXELRUD, Fany Miriam. Contextualizando a vida: estudo sob o enfoque psicopedagógico com crianças e adolescentes pacientes de doenças hematológicas. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 22, n. 69, p. 203-214, 2005.

BAPTISTA, Marisa T. D. S. A contribuição das publicações BOLETIM e REVISTA PSICOPEDAGOGIA para a construção da identidade da Psicopedagogia. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 15, n. 38, p. 17-28, 1996.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. A epistemologia da psicopedagogia: reconhecendo seu fundamento, seu valor social e seu campo de ação. Comemorando os 15 anos da ABPp – Paraná Sul, 2006. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 24, n. 73, p. 90-100, 2007.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **A psicopedagogia e o momento do aprender**. São José dos Campos: Pulso, 2006.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar**. Curitiba: Expoente, 2001.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Comprovação de prática para fins de credenciamento como sócio titular da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. Curitiba, 1994.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Intervenção psicopedagógica no espaço da clínica**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.

BERLIM, Clara Geni; PORTELLA, Fabiani Ortiz. Psicopedagogia e escola: um vínculo natural. *In*: BOMBONATTO, Quezia; MALUF, Maria Irene (Org.). **História da psicopedagogia e da ABPp no Brasil**: fatos protagonistas e conquistas. Rio de Janeiro: Wak, 2007. p. 85-89.

BLASZKO, Caroline Elizabel; PORTILHO, Evelise Maria Labatut; UJIIE, Nájela Tavares. Atuação psicopedagógica na equipe multidisciplinar: relevância da interação do psicopedagogo com os profissionais que atendem alunos com dificuldades específicas de aprendizagem. *In*: UJIIE, Nájela Tavares. **Psicopedagogia clínica & institucional**: nuances, nexos e reflexos. Curitiba: CRV, 2016. p. 143-152.

BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* Regulamentação da profissão de Psicopedagogo. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 4-28, 2001.

BORTOLANZA, Maria Lourdes; KRAHL, Simone; BIASUS, Felipe. Um olhar psicopedagógico sobre a velhice. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 22, n. 68, p. 162-170, 2005.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 3.124, de 1997**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Psicopedagogo, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicopedagogia e determina outras providências. 1997. Disponível em: <https://www.abpp.com.br/pl3124-1997.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2017.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL. **PL 3512-C/2008**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia. 2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/398499>. Acesso em: 11 jul. 2018.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2010**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia. 2010. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/96399>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. 1996a. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109143/decreto-1948-96#art-3>. Acesso em: 04 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 09 mar. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRUM, Franciélin Teixeira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. Espaços psicopedagógicos na escola: legitimados ou urgentes? **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 31, n. 95, p. 09-18, 2014.

CARLBERG, Simone. Psicopedagogia Institucional – uma práxis em construção. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 19, n. 51, p. 16-19, 2000.

CARVALHO, Lígia Leitão de Moraes. Habilidades cognitivas – desenvolvimento do raciocínio e formação do educador. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 17, n. 44, p. 8-11, 1998.

CHEDID, Kátia A. Kühn. Psicopedagogia, educação e neurociências. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 24, n. 75, p. 298-300, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

CLAXTON, Guy. **Ensinando os alunos a se ensinarem**. Petrópolis: Vozes, 2019.

CLAXTON, Guy. **O desafio de aprender ao longo da vida**. Porto Alegre: Penso, 2005.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COLOMER, Teresa; MASOT, Maria Teresa; NAVARRO, Isabel. A avaliação psicopedagógica. *In*: SÁNCHEZ-CANO, Manuel; BONALS, Joan (Org.). **Avaliação psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 15-23.

COMA, Ramon; ÁLVAREZ, Luis. Técnicas e instrumentos de avaliação psicopedagógica. *In*: SÁNCHEZ-CANO, Manuel; BONALS, Joan. **Avaliação psicopedagógica**. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 44-63.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (BRASIL). Parecer CNE/CP 28/2001. Da nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jan. 2002. Seção 1, p. 31. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (BRASIL). Resolução CNE/CES nº 1, de 03 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Seção 1, p. 12. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (BRASIL). **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 05 jan. 2020.

COOPER, Donald R.; SHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CÔRTEZ, Ana Rita Ferreira Braga. **A inserção do psicopedagogo nas escolas da rede municipal de Itajaí**: possibilidades e desafios. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

COSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e educação**: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COSTA, Auredite Cardoso. Avanços da psicopedagogia em Sergipe. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 23, n. 72, p. 221-223, 2006.

COUTINHO, Karyne Dias. **A emergência da psicopedagogia no Brasil**. 2008. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. O conceito de política pública. *In*: DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-21.

FABRÍCIO, Nivea Maria de Carvalho. Currículo, cultura e aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 57-59, 2001.

FAGALI, Eloisa Quadros; VALE, Zélia Del Rio do. **Psicopedagogia institucional aplicada**: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2007.

FARIAS, Carla Jeane. A intervenção psicopedagógica e o processo de ensino e aprendizagem. **Revista Multitexto**, Minas Gerais, v. 5, n. 02, p. 44-50, 2017.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 1991.

FERNÁNDEZ, Alicia. **O saber em jogo**: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FLORES, Herval Gonçalves. Entrevista com Edith Rubinstein. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 13, n. 29, p. 05-08, 1994.

FONTANELLA, Gerusa *et al.* **Acúmulo de função**: o entendimento Jurisprudencial do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Rio de Janeiro: Editora 34, 2017.

FREIRE, Madalena. **Educador, educa a dor**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GASPARIAN, Maria Cecília Castro. ABPp Nacional - Gestão 2002-2004. *In*: BOMBONATTO, Quezia; MALUF, Maria Irene (Orgs.). **História da psicopedagogia e da ABPp no Brasil**: fatos protagonistas e conquistas. Rio de Janeiro: Wak, 2007. p. 107-114.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. **O vereador e a câmara municipal**. Rio de Janeiro: IBAM, 2015.

HUGUET, Teresa. Avaliação psicopedagógica dos alunos e trabalho em rede. *In*: SÁNCHEZ-CANO, Manuel; BONALS, Joan. **Avaliação psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 81-98.

IBGE. **Apostila conhecendo o IBGE**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 09 set. 2019.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 12 jun. 2019.

KIGUEL, Sônia. Abordagem psicopedagógica da aprendizagem. *In*: SCOZ, Beatriz *et al.* (Org.). **Psicopedagogia**: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

LEONEL, Neusa; ROSSI, Ednéia Regina. Função e atuação do pedagogo: uma reflexão a partir do Colégio Estadual Monteiro Lobato. *In*: PARANÁ. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **O professor PDE e os desafios da escola pública Paranaense**. 2010. v. 1. p. 2-20. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uem_ped_artigo_neusa_leonel.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Michelle Cristina Carioca de; NATEL, Maria Cristina. A psicopedagogia e o atendimento pedagógico hospitalar. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n. 82, p. 127-139, 2010.

LURIA, A. R. **Fundamentos de neuropsicologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da USP, 1981.

MACHADO, Fabiane Konowaluk Santos; GIONGO, Carmen Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa. Terceirização e precarização do trabalho: uma questão de sofrimento social. **Revista Psicologia Política**, v. 16, n. 36, p. 227-240, maio/ago. 2016.

MANO, Amanda de Mattos Pereira. **Aprendizagem de conteúdos da Astronomia em uma perspectiva piagetiana**: intervenção pedagógica e desenvolvimento cognitivo. 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Katiane Braga da Silva. **A constituição da psicopedagogia institucional/escolar na cidade de Uberlândia**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A terceirização e o direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1997.

MASINI, Elcie F. Salzano. Formação profissional em Psicopedagogia: embates e desafios. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 23, n. 72, p. 248-259, 2006.

MASINI, Elcie F. Salzano. Psicopedagogia & inclusão: o papel do profissional e da escola. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 20, n. 61, p. 2-6, 2003.

MASINI, Elcie F. Salzano. **Psicopedagogia na escola**: buscando condições para a aprendizagem significativa. 3. ed. São Paulo: Loyola & Unimarco, 2000.

MELLO, Eliane Thomaz de. **Análise da atuação do psicopedagogo em municípios da grande São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Centro Universitário FIEO, Osasco, 2018.

MELLO, Eliane Thomaz de. **Atuação do psicopedagogo na rede municipal de Barueri**: análise da trajetória. 2016. 77 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Centro Universitário FIEO, Osasco, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2004.

MENDES, Mônica Hoehne. Grupo de estudo: um instrumento para a formação do psicopedagogo. *In*: AMARAL, Sílvia (Coord.). **Psicopedagogia**: um portal para a inserção social. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 247-253.

MENDES, Mônica Hoehne. Psicopedagogia – Uma identidade em construção. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 44, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria e métodos e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 9-30.

MUNARI, Alberto. **Jean Piaget**. Tradução e organização: Daniele Saheb. Recife: Massangana, 2010.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do. A psicopedagogia no contexto hospitalar: quando, como, por quê? **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 21, n. 64, p. 48-56, 2004.

NETO, Barbosa. Justificativa. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 19, n. 57, p. 6, 2001.

NOFFS, Neide de Aquino. A formação e regulamentação das atividades em psicopedagogia. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 33, n. 100, p. 1-8, 2016.

NOFFS, Neide de Aquino. **Psicopedagogia na rede de ensino**: a trajetória institucional de atores-autores. São Paulo: Elevação, 2003.

NOFFS, Neide de Aquino; RACHMAN, Vivian C. B. Psicopedagogia e saúde: reflexões sobre a atuação psicopedagógica no contexto hospitalar. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 24, n. 74, p. 160-168, 2007.

NÓVOA, Antonio. Os professores e as histórias da sua vida. *In*: NÓVOA, Antonio (Org.). **Vida de professores**. Portugal: Porto, 1992.

PÁDUA, Gelson Luiz Daldegan. A epistemologia genética de Jean Piaget. **Revista FACEVV**, v. 1, n. 2, p. 22-35, 2009.

PAES, Michele Fabiane A. S.; SCICCHITANO, Rosa Maria Junqueira. 20 anos depois: uma pesquisa sobre problemas de aprendizagem na atualidade. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 25, n. 77, p. 146-157, 2008.

PAÍN, Sara Echeveria Haydee. **Psicopedagogia operativa-tratamento educativo da deficiência mental**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

PEDUZZI, Marina *et al.* Trabalho em equipe, prática e educação interprofissional. **Revista Atuação da Clínica Médica**, 2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3011330/mod_resource/content/1/Trabalho%20em%20equipe.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

PERES, Maria Regina. Perfil do aluno de psicopedagogia. **Educação**, Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 229-240, jan./abr. 2014.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PORTAL SALÁRIO. **Psicopedagogo - Salário 2020 e Mercado de Trabalho**. 2019. Disponível em: <https://www.salario.com.br/profissao/psicopedagogo-cbo-239425/>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PORTELA, Luciana Queiroz Bem; OLIVEIRA, Suely Fermon de Moraes. Psicopedagogia institucional - para além dos muros da escola, outros campos e possibilidades. *In*: PORTELA, Luciana Queiroz Bem. **Psicopedagogia clínica e institucional**: a formação do psicopedagogo. Rio de Janeiro: Wak, 2018. p. 245-262.

PORTILHO, Evelise Maria Labatut. **Como se aprende?** Estratégias, estilo e metacognição. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Conhecer-se para conhecer. *In*: AMARAL, Sílvia (Coord.). **Psicopedagogia**: um portal para a inserção social. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 124-131.

PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Evaluación de los estilos de aprendizaje y metacognición en estudiantes universitarios. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 22, n. 67, p. 14-25, 2005.

PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Formação do psicopedagogo na instituição. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 11, n. 24, p. 25-27, 1992.

PORTILHO, Evelise Maria Labatut *et al.* **A instituição que aprende sob o olhar da psicopedagogia**. Rio de Janeiro: Wak, 2018.

PORTILHO, Evelise; PAROLIN, Isabel. Ser para reconhecer-se ensinante. **Revista Psicopedagogia**, v. 25, n. 76, p. 78-82, 2008.

PORTILHO, Evelise; PAROLIN, Isabel. Conhecer-se para conhecer. *In*: CONGRESSO DE PSICOPEDAGOGIA, 6., CONGRESSO LATINO AMERICANO DE PSICOPEDAGOGIA, 2., ENCONTRO BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 10., 2004, Petrópolis. **Anais [...]** Petrópolis: Vozes, 2004. p.127-133.

PÖTTKER, Caroline Andrea. **A atuação do professor-psicopedagogo na escola**: suas implicações no processo de escolarização. 2012. 225 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

POZO, Juan Ignacio. **Aquisição de conhecimento**: quando a carne se faz verbo. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RODRIGUES, Ana Lizete Frantini Pereira; NOFFS, Neide de Aquino; FABRÍCIO, Nívea Maria de Carvalho. Regulamentação da profissão. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 16, n. 42, p. 5-7, 1997.

RODRIGUES, Vanusa dos Reis Coêlho. O psicopedagogo nas organizações: a aprendizagem como estratégia competitiva. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 29, n. 90, p. 356-362, 2012.

RUBINSTEIN, Edith. **Psicopedagogia uma prática, diferentes estilos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

RUBINSTEIN, Edith. Psicopedagogia, Psicopedagogo e a construção de sua identidade. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, n. 105, p. 310-319, 2017.

RUBINSTEIN, Edith; CASTANHO, Marisa Irene; NOFFS, Neide de Aquino. Rumos da psicopedagogia brasileira. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 21, n. 66, p. 225-238, 2004.

SANTA CATARINA. **Lei nº 5186, de 22 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a implantação de assistência psicopedagógica no centro de educação infantil e nas escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino de Itajaí/SC. 2008. Disponível em: <https://cm-itajai.jusbrasil.com.br/legislacao/736429/lei-5186-08>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SÃO PAULO. **Lei complementar nº 387, de 17 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre o estatuto e plano de carreira do magistério público municipal de Ourinhos – SP. 2002. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/o/ourinhos/lei-complementar/2002/38/387/lei-complementar-n-387-2002-dispoe-sobre-o-estatuto-e-plano-de-carreira-do-magisterio-publico-municipal-de-ourinhos-sp>. Acesso em: 09 dez. 2019.

SÃO PAULO. **Lei nº 15.719, de 24 de abril de 2013**. Dispõe sobre a implantação de assistência psicopedagógica em toda a rede municipal de ensino, com o objetivo de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem tendo como enfoque o educando e as instituições de educação infantil e ensino fundamental. 2013. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2013/1571/15719/lei-ordinaria-n-15719-2013-dispoe-sobre-a-implantacao-de-assistencia-psicopedagogica-em-toda-a-rede-municipal-de-ensino-com-o-objetivo-de-diagnosticar-intervir-e-prevenir-problemas-de-aprendizagem-tendo-como-enfoque-o-educando-e-as-instituicoes-de-educacao-infantil-e-ensino-fundamental>. Acesso em: 03 ago. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Lei nº 10.891, de 20 de setembro de 2001**. Autoriza o Poder Executivo a implantar assistência psicológica e psicopedagógica em todos os estabelecimentos de ensino básico público, com o objetivo de diagnosticar e prevenir problemas de aprendizagem. 2001. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10891-20.09.2001.html>. Acesso em: 04 jan. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Projeto de Lei nº 0128/2000**. Dispõe sobre a implantação de assistência psicológica e psicopedagógica, ao aprendiz e à instituição, em todos os estabelecimentos de ensino básico, de educação infantil, fundamental e médio. 2000. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=58845>. Acesso em: 04 jan. 2020.

SCARABUCCI, Carolina Alvim; MIRANDA, Maria Irene. A criança diagnosticada com TDAH: e agora professor? *In*: MIRANDA, Maria Irene (Org.). **A produção da pesquisa na psicopedagogia**. Curitiba: CRV, 2019. p. 35-56.

SCOZ, Beatriz. Os 20 anos da Associação Brasileira de Psicopedagogia: reflexões sobre a identidade do psicopedagogo. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 19, n. 52, p. 16-21, 2000.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar**: o problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1994.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar**: o problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1998.

SERAFINI, Arlete Zagonel *et al.* Aprendizagem: várias perspectivas e um conceito. *In*: PORTILHO, Evelise (Org.). **Alfabetização aprendizagem e conhecimento na formação docente**. Curitiba: Champagnat, 2011. p. 43-69.

SILVA, Andréia Aires da; HUBNER, Marcus. O perfil do pós-graduando em psicopedagogia: um olhar da trajetória de formação de um profissional peregrino. *In*: CAIRÃO, Iara; HICKEL, Neusa; KORTMANN, Gilca (Org.). **A psicopedagogia entre conhecimentos e saberes**: fazer pensar escrever. Rio de Janeiro: Wak, 2016. p. 64-75.

SILVA, Galeara Matos de França; CASTRO, Maria José Weyne Melo de. Imersão do Projeto Lumiar: um mergulho dentro de nós mesmos. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 24, n. 73, p. 45-49, 2007.

SIMILI, Manoela de Fátima Cabral. **A práxis psicopedagógica institucional**: instrumentos de avaliação e intervenção no século XXI. Ourinhos: Edições & Publicações, 2019.

SIQUEIRA, Cláudia Machado; GIANNETTI, Juliana Gurgel. Mau desempenho escolar: uma visão atual. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 57, n. 1, p. 78-87, 2011.

SOLÉ, Isabel. **Orientação educacional e intervenção psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

STROILI, Maria Helena Melhado. Psicopedagogia: identidade de uma especialidade em construção. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 14-16, 2001.

TEIXEIRA, Maria Luiza Gomes; FREITAS, Suely B. de. O trabalho do NOAP junto aos profissionais que atuam na escola. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 20-23, 1993.

TEIXEIRA SOARES (PR). **Concurso Público nº 01/2019**. Disponível em: https://ippec.org.br/painel/templates/_arquivos/editais_concurso/d5057803cc7e70a8f194b76845c50b58.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIFIEO. **Sobre a UNIFIEO**. 2020. Disponível em: <http://www.unifieo.br/index.php/2015-07-06-20-28-50/sobre-o-unifieo>. Acesso em: 10 jan. 2020.

VAILLANT, Denise; MARCELO, Carlos. **Ensinando a ensinar: as quatro etapas de uma aprendizagem**. Curitiba: UTFPR, 2012.

VISCA, Jorge. **Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

VISCA, Jorge. **Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente**. Tradução: Laura Monte Serrat Barbosa. 2. ed. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010.

VISCA, Jorge. **Psicopedagogia: novas contribuições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

VYGOTSKY, Lev S. Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar. *In*: VIGOSTKY, L.; LURIA, A.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WEISS, Maria Lúcia. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. Reflexões sobre a psicopedagogia na escola. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 21, p. 6-9, 1992.

ZENICOLA, Ana Maria; CASTRO, Clyntia Siano Freire de. A história da psicopedagogia no Rio de Janeiro. *In*: MALUF, Maria Irene; BOMBONATTO, Quezia. **História da psicopedagogia e da ABPp no Brasil**. Rio de Janeiro: Wak, 2007. p. 149-153.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Prezado (a) Secretário (a) de Educação ou responsável pelo setor psicopedagógico,

Este questionário faz parte da pesquisa de doutoramento denominada Mapeamento Nacional do setor psicopedagógico, de Caroline Elizabel Blaszkó, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Evelise Maria Labatut Portilho, vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, cujo objetivo é investigar a situação atual da Psicopedagogia no Brasil. Para tanto, entramos em contato, solicitando o preenchimento das perguntas relacionadas aos psicopedagogos dos municípios e o encaminhamento para o e-mail psicopedagogia2018mapeamento@gmail.com

Nome do município: _____ Estado _____

Respondido por: _____ Cargo: _____

1. No seu município é oferecido o serviço psicopedagógico?

() Sim. () Não.

2. Se sim, qual é o vínculo empregatício dos psicopedagogos que atuam no município?

Concursado como psicopedagogo. Quantos? _____

Contratado como psicopedagogo. Quantos? _____

Contratado para outro cargo, mas exerce a função de psicopedagogo. Quantos? _____ Qual cargo foi contratado? _____

Concursado para outro cargo, mas exerce a função de psicopedagogo. Quantos? _____ Qual cargo foi concursado? _____

3. Preencha os dados relativos a cada psicopedagogo (a) que faz parte do quadro funcional do seu município.

Nome do psicopedagogo (a) _____

Formação inicial _____ Especialização _____

E-mail _____

Nome do psicopedagogo (a) _____

Formação inicial _____ Especialização _____

E-mail _____

4- Como ocorre o serviço psicopedagógico no seu município? Relate.

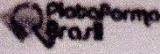
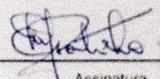
5. No município, a equipe pedagógica é composta por:

- () psicopedagogo.
- () psicopedagogo e psicólogo.
- () psicólogo.
- () psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo.
- () psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo e assistente social.
- () a equipe faz trabalho em conjunto com neurologista.
- () Outros. Quais? _____

6. Com relação ao serviço psicopedagógico e a atuação do psicopedagogo na rede pública municipal, quais são as necessidades na área?

Obrigada pela colaboração!

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP			
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: APRENDIZAGEM E CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO CONTINUADA	2. CAAE		
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7: Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Evelise Maria Labatut Portilho			
6. CPF: 234.009.439-91	7. Endereço (Rua, n.º): CHICHORRO JUNIOR CABRAL nº 220 apto 1001 CURITIBA PARANA 80035040		
8. Nacionalidade: BRASILEIRA	9. Telefone: (41) 9976-9950	10. Outro Telefone:	11. Email: evelisep@onda.com.br
12. Cargo:			
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: ____ / ____ / ____		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
13. Nome: Associação Paranaense de Cultura - PUCPR	14. CNPJ: 76.659.820/0001-51	15. Unidade/Orgão: Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR	
16. Telefone: 412712292	17. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 196/96 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>MARIA LOURDES GISI</u>		CPF: <u>258 235 259-49</u>	
Cargo/Função: <u>DECANA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES</u>			
Data: <u>02 / 08 / 2012</u>		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL		Prof.ª Dr.ª Maria Lourdes Gisi	